REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade-Disciplina-Trabalho)

MINISTÉRIO DE ECONOMIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

DIRECÇÃO GERAL DE PLANEAMENTO

RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DA POBREZA (ENRP II)

2014

Índice

Acrónimos..... **Erro! Indicador não definido.**

Introdução 8

3.1 - Eixo I – Reforma das instituições públicas e reforço da política boa governação 11

3.1.1 - Programa de reestruturação do estado e da administração pública..... 12

3.1.2 - Programa de promoção da governação local..... 12

3.1.3 - Programa de promoção da defesa nacional..... 12

3.1.4 - Programa de controlo marítimo..... 13

3.1.5 - Programa de garantia da segurança pública..... 13

3.1.6 - Programa de reforma do sistema eleitoral..... 14

3.1.7 - Programa de credibilização e melhoria da acessibilidade à justiça..... 14

3.1.8 - Programa de capacitação dos recursos humanos da administração pública..... 15

3.1.9 - Programa de gestão as finanças públicas..... 15

3.1.10 - Programa de melhoria da eficácia da ajuda pública..... 16

3.1.11 - Programa de melhoria do sistema de informação e orientação de política Pública..... 16

3.1.12 - Programa de acessibilidade da tecnologia de informação e comunicação (TIC)..... 18

3.1.13 - Programa de promoção dos mass medias..... 18

3.1.14 - Programa da sociedade civil e do seu envolvimento participativo..... 19

Constrangimentos do Eixo I..... 20

Conclusões e Recomendações do Eixo I..... 20

3.2- Eixo II – Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado 21

3.2.1 - Programa de fomento da produção e produtividade das culturas de exportações..... 22

3.2.2 - Programa de aumento e melhoria da qualidade de produção animal..... 23

3.2.3 - Programa de melhoria da qualidade do pescado..... 27

3.2.4 - Programa de promoção de um ambiente saudável e de utilização racional dos recursos naturais..... 29

3.2.5 - Programa de garantia da segurança alimentar..... 32

3.2.6 - Programa de promoção do sector privado como opção viável para o desenvolvimento..... 35

3.2.7 - Programa de valorização do turismo e actividades conexas..... 36

3.2.8 - Programa de inserção da economia na sub-região e no sistema comercial multilateral..... 38

3.2.9 - Programa de desenvolvimento da indústria petrolífera..... 39

3.2.10 - Programa de infra-estrutura de transporte rodoviário..... 40

3.2.11 - Programa de modernização e expansão aeroportuária..... 41

3.2.12 - Programa de provisão de energia fiável e de baixo custo..... 41

3.2.13 - Programa de construção de habitação a custo controlado..... 42

3.2.14 - Programa de Integração das questões relativas a alterações climáticas nas políticas de desenvolvimento..... 43

Constrangimentos do eixo II..... 43

Conclusões e Recomendações do eixo II..... 44

3.3 - Eixo III - Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos 46

3.3.1 - Programa pré-escolar..... 46

3.3.2 - Programa de ensino básico..... 47

3.3.3 - Programa de ensino secundário técnico profissional..... 48

3.3.5 - Programa de ensino recorrente/alfabetização..... 50

3.3.6 - Programa de prestação de cuidados de saúde..... 51

3.3.7 - Programa de reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água..... 53

3.3.8 - Programa de melhoria do acesso ao saneamento básico..... 54

Constrangimentos do eixo III:..... 55

Conclusões e Recomendações do Eixo III:..... 56

3.4 - Eixo IV - Reforço da coesão e protecção social 58

3.4.1 - Programa de valorização e preservação da identidade histórico-cultural de STP..... 58

3.4.2 - Programa de promoção de igualdade e equidade de género..... 58

3.4.3 - Programa para promoção da juventude e desporto..... 59

3.4.4 - Programa de desenvolvimento do sistema de protecção social..... 60

Constrangimentos do Eixo IV:..... 65

Conclusão e Recomendações do Eixo IV:.....65

Capítulo IV: Análise de execução financeira.....67

Capítulo V: Mecanismo de seguimento e avaliação.....68

Constrangimentos.....69

Recomendações.....70

Capítulo VI: Conclusões e Recomendações Gerais.....71

Capítulo VII: Anexos.....72

Anexo I. Evolução de Indicadores da ENRP II 73

Anexo II: Evolução da matriz de medidas da ENRP II 85

Índice de Tabela

Tabela nº 1 – Balanço do programa de experimentação de inseminação artificial nos bovinos de raça local.....26

Tabela nº 2- Evolução dos efectivos pecuárias nacionais e da produção interna de carne (2005-2014).....27

Tabela nº 3-Captura do pescado 29

Tabela nº 4 – Evolução da entrada de turistas e excursionistas.....38

Tabela nº 5 – Nº de professores formados 49

Tabela nº6- Formados no centro de Formação São Tomé e Príncipe – Brasil.....49

Tabela nº 7 – Principais realizações do ONG IMVF.....53

Tabela nº 8 – Atribuição de subsídio as mães ou avós chefes de famílias.....61

Tabela nº9 – Subsídio contínua e não conhecido.....62

Tabela nº 10 – Principais indicadores de criação de risco acolhidos em instituições vocacionados.....62

Tabela nº 11– Principais indicadores de resultados da actividades da Santa Casa de Misericórdia em 2014.....63

Tabela nº 12 – Programação/ execução.....67

Tabela nº 13: Programação/execução segundo fonte de financiamento.....68

Acrónimo

ACASTEP	Associação dos Cegos e Amblíopes de São Tomé e Príncipe
ADAPPA	Associação para o Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e protecção do Ambiente
ADSTEP	Associação dos Deficientes de São Tomé e Príncipe
APCI	Agência de Promoção do Comercio e Investimentos
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CATAP	Centro Aperfeiçoamento Técnico Agro-pecuário
CACVD	Centro de Aconselhamento Contra Violência Doméstica
CECAB	Cooperativa de Exportação do Cacau Biológico
CECAFEB	Cooperativa de Exportação de Café Biológico
CECAQ	Cooperativa de Exportação de Café de Qualidade
CIAT	Centro de Investigação Agronómico Tecnológico
CPAP	Plano de Acção do Programa do País
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
DEJA	Direcção de Educação para Juventude e Adultos
DRCAE	Direcção de Regulação e Controlo das Actividades Económicas
DGC	Direcção Geral da Cultura
DPSS	Direcção de Protecção Social e Solidariedade
EDIC	Estudo de Diagnóstico e Integração do Comércio
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
EN3	Estrada Nacional nº 3
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para População
FIC	Fundo de Investimento Comunitário
GEF	Fundo Mundial de Ambiente
GIME	Grupo de Intervenção e Manutenção das Estradas
HCFC	Hidrocloro Flour Carbono
HIV/SIDA	Vírus de Imunodeficiência Humana/Síndroma de Imunoficiência Adquirida
ICAO	Organização Internacional de Aviação Civil
IHI	Instituto de Habitação e Imobiliária
INJ	Instituto Nacional da Juventude
INM	Instituto Nacional de Meteorologia
INAE	Instituto Nacional de Estrada
INPG	Instituto Nacional para Promoção da Igualdade e Equidade do Género
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
IMVF	Instituto Marquês de Vale Flor
MARAPA	Mar, Ambiente e Pesca Artesanal

NEE	Necessidade Educativas Especiais
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG´S	Organização não-governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PNUD	Programa de Nação Unidas para Desenvolvimento
PAPAFPA	Programa de Apoio Participativo à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal
PASC	Projecto de Apoio ao Sector do Comercio
PIPAGA	Promoção de Iniciativas Produtivas do Sector Agro-Alimentar
PIC	Polícia de Investigação Criminal
PRIASA	Projecto de Reabilitação de Infra-estrutura de Apoio à Segurança Alimentar
PNPI	Plano Nacional da Propriedade Intelectual
PME	Pequenas e Médias Empresas
PASC	Projecto de Apoio ao Sector do Comércio
RGPH	Recenseamento Geral de População e Habitação
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SISA	Sistema Integrado de Segmento de Ajuda
SNPI	Sistema Nacional de Propriedade Intelectual
TARV	Tratamento Anti-retroviral
UCA	Unidade de Cooperação das Ajudas
UNICEF	Fundo das Unidas para a Infância

Introdução

O presente documento vem na sequência do primeiro relatório (2012-2013) de implementação da Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP II) adoptado pelo Governo em Agosto de 2012.

Tal como a elaboração da ENRP II, também se recorreu ao processo participativo para a elaboração deste relatório. Foram distribuídos temas segundo os eixos da ENRP II e domínios prioritários desse documento. Cada tema foi orientado por um técnico facilitador para a recolha, análise, tratamento e compilação das informações que retrate o ponto de situação das acções/projectos, medidas de política e indicadores dos sectores com responsabilidade na implementação, seguimento e avaliação. Foram consultadas, igualmente, informações nos documentos de referências, como documento de OGE, estudos sectoriais e foram feitas entrevistas aos responsáveis dos sectores, dos Ministérios, instituições, ONG e poder local.

Após a elaboração deste relatório, o mesmo foi submetido aos sectores, ONG e poderes locais para apreciação e, em seguida, recolhidas as contribuições para a melhoria do mesmo.

O presente relatório, para além dessa introdução, está estruturado da seguinte forma:

Capítulo II: Contexto macroeconómico 2014

Capítulo III: Análise da implementação física da ENRP II por eixos

Capítulo IV: Análise de Execução financeira

Capítulo V: Mecanismo de seguimento e avaliação

Capítulo VI: Conclusões e Recomendações Gerais

Capítulo VII: Anexos

Capítulo II: Contexto macroeconómico 2014

A expansão da actividade económica em 2014 continuou particularmente condicionada pelas dificuldades das autoridades nacionais na captação de financiamento externo, que afectou a capacidade de execução dos projectos de investimentos públicos e privados.

De facto, as mais recentes estimativas do crescimento económico para 2014 das autoridades são-tomenses e do Fundo Monetário Internacional (FMI), apontam, para uma taxa de crescimento real do PIB cifrada em 4,5%, inferior ao projectado na anterior revisão do programa de ajustamento apoiado pelo Fundo Monetário Internacional em Julho de 2014 (5%) e ligeiramente superior ao registado em 2012 e 2013 (4%).

O regime de taxa fixa entre a dobra e o euro tem sido eficaz a contribuir para o abrandamento da cadência inflacionária santomense, a este respeito, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresenta a tendência de desinflação que se vem registando ao longo dos últimos anos, continuando em 2014, cuja cifra em 31 de Dezembro 2014 foi de 6,4%, contra a de 7,1% observada no período homólogo de 2013.

O défice primário interno ficou em 3,5% do PIB, percentagem acima do programado para 2014 (3% PIB), este aumento do défice primário interno, deveu-se sobretudo a deficiente arrecadação das receitas correntes que ficaram 10% abaixo do programado, para suportar as despesas correntes.

Os dados da Balança Comercial indicam, um ligeiro agravamento do défice comercial em 2014, este indicador, evoluiu de 40% do PIB em 2013, para uma média 45% em 2014.

Em 2014, a dívida externa pública de São Tomé e Príncipe atingiu um total de USD 243,4 milhões, sendo a Bilateral USD 201,9 milhões e a Multilateral USD 41,5 milhões.

As reservas cambiais, enquanto elemento de suporte do regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro, situaram-se em patamares confortáveis, com saldo final em 2014, acima de 3 meses das importações.

Principais indicadores macroeconomicos

		2010	2011	2012	2013	2014
		efectivo	efectivo	efectivo	efectivo	estimado
Produção e preços						
PIB nominal	mil milhões de dobras	3.719,0	4.376,0	5.021,0	5.732,0	6.524,0
	milhões de dolares	201,0	248,3	263,3	310,2	359,1
PIB real	Preço corrente	4,5%	5,0%	4,0%	4,0%	4,5%
inflação (IPC)	Tx var. Anual	12,9%	11,9%	10,4%	7,1%	6,4%
	Tx var. Média	5,3%	6,7%	5,4%	3,5%	3,1%
Finanças Públicas						
receitas totais	% PIB	20%	18%	16%	17%	16%
receitas efectivas	% PIB	39%	36%	29%	29%	19%
receitas correntes	% PIB	19%	18%	15%	17%	16%
receitas fiscais	% PIB	17%	17%	14%	15%	14%
receitas não fiscais	% PIB	2%	1%	1%	2%	1%
donativos	% PIB	20%	18%	14%	12%	4%
Despesas totais	% PIB	23%	21%	19%	20%	19%
despesas efectivas	% PIB	50%	47%	44%	31%	26%
despesas correntes	% PIB	21%	18%	17%	17%	18%
despesas de investimento	% PIB	29%	30%	27%	14%	8%
saldo primário interno	% PIB	4,1%	3,0%	3,3%	3,1%	3,5%
balança comercial						
exportações	taxa var. anual	17,7%	-13,6%	9,2%	14,0%	50,1%
importações	taxa var. anual	24,1%	13,3%	15,3%	3,4%	11,6%
Divida externa publica						
Divida externa publica total	milhões de DBS	2.906.831,00	3.229.452,60	3.963.853,86	4.018.743,70	4.940.810,68
	% PIB	78,2%	73,8%	78,9%	70,0%	78,8%
Atrasados do Capital	milhões de DBS	4.459.405,48	2.625.795,0	5.143.393,8	4.994.756,5	5.932.686,80
Atrasado do Juros da divida	milhões de DBS					1.053.577,90
taxa de cambio (USD/DBS)	taxa média anual	18.574	17.754	18.723	17.908	20.299

Capítulo III: Análise da implementação física da ENRP II por eixos

Neste capítulo é feita a análise da implementação dos programas de cada eixo da ENRP II através das acções e/ou projectos desenvolvidos a nível sectorial, poder local e ONG respeitando os objectivos estabelecidos para cada programa.

3.1 - Eixo I – Reforma das instituições públicas e reforço da política boa governação

Preconiza-se com este eixo, rever a organização e funcionamento do Estado, imprimindo uma nova dinâmica na modernização das instituições, simplificando procedimentos para promover o crescimento económico que se concretiza irrefutavelmente na redução da pobreza.

Sendo assim, foram programados como objectivos específicos, adequar e modernizar o aparelho de estado às necessidades e aos recursos do país, promover o envolvimento participativo do sector privado e da sociedade civil na concepção e execução de medidas de combate à pobreza, garantir a eficiência e a qualidade na prestação de serviços da Administração pública, renovar o quadro de diálogo de concertação com os parceiros de desenvolvimento.

Para dar resposta a esses objectivos foram definidos programas, medidas e indicadores nas três vertentes que se seguem:

A – Consolidação da autoridade do Estado e reforço de boa governação;

B – Promoção de uma gestão responsável e transparente das finanças públicas

C – Promoção do acesso à informação e conhecimento e da participação do cidadão.

A - Na vertente de **Consolidação da autoridade do Estado e reforço da boa governação** foram definidos os seguintes programas:

i) Reestruturação do estado e da administração pública
ii) Promoção da governação local
iii) Promoção da defesa nacional
iv) Controlo marítimo
v) Garantia da segurança pública
vi) Reforma do sistema eleitoral
vii) Credibilização e melhoria da acessibilidade da Justiça
viii) Capacitação dos recursos humanos da administração pública

ix) Gestão das finanças públicas
x) Melhoria da eficácia da ajuda pública ao desenvolvimento
xi) Melhoria do sistema de informação e orientação de políticas públicas
xii) Acessibilidade da tecnologia de informação e comunicação
xiii) Promoção dos mass medias
xiv) Promoção da sociedade civil e do seu envolvimento participativo

3.1.1 - Programa de reestruturação do estado e da administração pública

Este programa visa, dentre outros, proceder à redefinição do papel do Estado e a adequação da Administração Pública e o reforço das normas de protecção dos direitos dos cidadãos.

No âmbito deste programa foi feita a:

- ✓ Simplificação dos procedimentos Administrativos.
  Esta simplificação poderá contribuir na diminuição do tempo de resposta às solicitações administrativas e para uma melhor aplicação da Lei 5/97 – EFP, 8/2009-Lic. C.P, 11/2009-IRS.

3.1.2 - Programa de promoção da governação local

Este programa tem como objectivo, dentre outros, reforçar e melhorar a capacidade de intervenção das instituições do poder local.

Para o alcance deste objectivo realizou-se o seguinte:

- ✓ Acção de formação e capacitação dos líderes e quadros autárquicos, visando dotá-los de conhecimentos e técnicas de Administração local;
- ✓ Visitas de prospecção e apoio técnico às autarquias de forma a conhecer melhor as suas fraquezas e potencialidades e prestar assistências julgadas necessárias;
- ✓ Aquisição de equipamentos informáticos e meios de transporte, de forma a melhorar o desempenho da administração das autarquias.

3.1.3 - Programa de promoção da defesa nacional

Com este programa pretende-se preservar a integridade territorial nacional, lutar contra a insegurança e a criminalidade transfronteiriça e a proliferação de armas ligeiras, dinamizar a engenharia militar e participar em actividades de manutenção de paz ao nível do continente.

De forma a melhorar a capacidade de intervenção das Forças Armadas foi realizado:

- ✓ Exercício Felino 2014 em Timor Leste tornando as Forças Armadas muito mais capacitadas em termos de operações de paz e de assistência humanitária.
- ✓ Adquirido de três viaturas tipo Jeep e artigos musicais às Forças Armadas no quadro da nova orgânica a fim de colmatar as carências que existiam na instituição;
- ✓ Concluído a aquisição de Fardamentos como forma de Equipar as Forças da Defesa e Segurança.

3.1.4 - Programa de controlo marítimo

Este programa visa dotar o sector marítimo de instrumentos de controlo de segurança e minimizar os riscos de naufrágio e outros acidentes.

No quadro deste programa foi:

- ✓ Concluído a manutenção de faróis e operações de busca e salvamento efectuadas pela Guarda Costeira – Unidade Naval. Este projecto poderá contribuir em grande medida para melhoria do serviço de meios de visualização nocturna em pontos essenciais da Costa.

3.1.5 - Programa de garantia da segurança pública

Este programa tem como objectivo garantir a segurança dos cidadãos e dos seus bens, com vista a assegurar a paz e a tranquilidade indispensáveis ao processo de desenvolvimento socioeconómico do país; garantir uma polícia de proximidade às populações; combater o crime organizado e o tráfico tanto de pessoas como de estupefacientes; melhorar a imagem das forças policiais perante os cidadãos e a sociedade.

De forma a garantir uma polícia de proximidade às populações e melhorar as condições da PIC foram:

- ✓ Celebrado o contrato para construção do edifício do Comando Distrital de Caué e Lembá, com vista a proporcionar uma melhor condição na prestação de serviços ao nível dos referidos distritos.
- ✓ Reabilitado e requalificado o espaço de detenção da PIC;
- ✓ Adquirido rádio e acessórios para activação da comunicação específica à PIC;
- ✓ Adquirido equipamentos informáticos e mobiliário de escritório para PIC;
- ✓ Assegurada e melhorada a alimentação dos agentes de piquete e reclusos.

- ✓ O transporte regular dos reclusos e agentes (S. Tomé - Príncipe e vice-versa).

De forma a melhorar as condições para o combate ao incêndio foi:

- ✓ Celebrado o contrato para aquisição de um carro de bombeiro a fim de responder com prontidão as solicitações evitando perdas de vida humana e dos seus bens.

3.1.6 - Programa de reforma do sistema eleitoral

O presente programa visa melhorar as actividades políticas e eleitorais.

No quadro das actividades eleitorais foram feitas a:

- ✓ Actualização e inscrição do caderno eleitoral para realização das eleições Autárquicas e Regionais de 2014, tendo contribuído para uma eleição justa e transparente;
- ✓ Capacitação dos Juízes conselheiros para resolução de conflitos e contencioso eleitoral e realização do estudo sobre a participação nas eleições, em particular das mulheres;
- ✓ Com o apoio do PNUD foi desenvolvida uma base de dados para a redução/eliminação dos riscos de fraudes com vista a uma eleição mais transparente.

3.1.7 - Programa de credibilização e melhoria da acessibilidade à justiça

Um dos grandes objectivos deste programa tem a ver com a melhoria da performance do sistema jurídico de S. Tomé e Príncipe e tornar os serviços mais acessíveis aos cidadãos.

No que toca a este programa foram realizadas as seguintes acções:

- ✓ Apoio à ordem dos advogados;
- ✓ No contexto de Apoio à Reforma da Justiça o PNUD tem contribuído para o reforço da capacidade da Policia de Investigação Criminal (PIC) em direito penal e direitos humanos;
- ✓ Elaboração da Lei orgânica, regulamentos, normas e procedimentos para PIC formulados com o apoio da cooperação portuguesa e estão actualmente em vigor.

3.1.8 - Programa de capacitação dos recursos humanos da administração pública

O referido programa visa melhorar a capacidade técnica e profissional dos recursos humanos da Administração Pública de forma a elevar o seu desempenho.

Neste contexto, destacam-se as seguintes realizações:

- ✓ Capacitação de 14 técnicos no domínio de estatísticas sectoriais nomeadamente emprego e desemprego, justiça e segurança pública;
- ✓ Formação de alguns quadros nacionais para efectuar as operações estatísticas (MICS-5 e o Recenseamento Agrícola);
- ✓ Capacitação de técnicos nacionais em matéria de definição das hipóteses da mortalidade e fecundidade a nível dos distritos com apoio de especialistas em projecção demográfica e consultor internacional.

B - No que concerne à vertente de promoção **de uma gestão responsável e transparente das finanças públicas,** foram definidos os seguintes programas:

i) A) Programa de gestão das finanças públicas;
ii) B) Programa de melhoria da eficácia da ajuda pública ao desenvolvimento;
iii) C) Programa de melhoria de sistema de informação e orientação de políticas públicas.

3.1.9 - Programa de gestão as finanças públicas

Este projecto pretende reforçar a transparência e responsabilização na gestão das finanças públicas e no controlo interno bem como promover a estabilidade macroeconómica e melhoria do desempenho orçamental.

No que tange à gestão de finanças públicas destacam-se:

- ✓ O normal funcionamento do SAFE, o que tem permitido uma melhor harmonização das regras de controlo financeiro dos órgãos públicos do Estado e a consequente obtenção de informações oportuna sobre comportamento orçamental do Estado;
- ✓ Realização da formação dos técnicos das DAF's (Direcção Administrativa e Financeira) em matéria de gestão orçamental;
- ✓ Conclusão do projecto de melhoria das capacidades instaladas (Inspecção Geral das Finanças + Direcção dos Impostos) com vista dotar as referidas direcções de melhores condições funcionais;

- ✓ Reabilitação da Direcção dos Impostos e a melhoria das instalações do Ministério das Finanças no sentido de dotar os serviços com condições adequadas para o seu bom funcionamento.

3.1.10 - Programa de melhoria da eficácia da ajuda pública

Com este programa, as autoridades preconizam melhorar os mecanismos de mobilização e de gestão dos recursos externos e assegurar uma melhor previsibilidade das ajudas externas.

Neste contexto procedeu-se à:

- ✓ Actualização do Sistema de Informação sobre a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (SISA) e revitalizada a Unidade de Coordenação das Ajudas - UCA;
- ✓ Avaliação e seguimento dos diferentes projectos de cooperação nomeadamente: i) Lançamento do Relatório do Desenvolvimento Humano; ii) Elaboração do Plano e Contingência para a Preparação e Resposta à Epidemia de Febre Hemorrágica pelo Vírus a Ébola; Relatório da Revisão a ½ percurso do UNDAF para o período de 2012-2014;
- ✓ Continuação do Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2012-2015, com a Cooperação Portuguesa, nos domínios de Finanças Públicas, Desenvolvimento dos Serviços Legais Judiciários, Cooperação Técnico-Militar, Cooperação Técnico-Policial, Gestão dos Resíduos sólidos em STP; Combate às alterações climáticas, Educação para Todos (Escola +), Saúde para Todos, Bolsa de estudo interno e externo.

3.1.11 - Programa de melhoria do sistema de informação e orientação de política pública

Este programa tem como finalidade ajudar a administração central e regional na tomada de decisões em matéria de política económica e social.

Nesta ordem de ideia destacam as seguintes contribuições para a tomada de decisão:

- ✓ Conclusão das grelhas de análise e planificação sectorial nomeadamente Turismo, Indústria Comércio e Juventude;
- ✓ Realização do Inquérito (MICS) - Inquérito de indicadores Múltiplos para ajudar o governo e os parceiros de desenvolvimento nas planificações à favor da população.

- ✓ Realização do ateliê de disseminação da base de dados STPInfo 2.0 para 26 membros (sendo 10 homens e 16 mulheres) da ETI no quadro do Programa de População para incentivar o uso e a actualização da mesma;
- ✓ Finalização da introdução, verificação dos dados globais da STPCENSUSinfo já publicados bem como dos temas: Juventude, estrutura da população, actividade económica, mulher crianças e adolescentes, educação, dinâmica da população, idosos, nupcialidade, condições de vida das famílias, habitação e migração (temas=11; dados globais =1; Maquetes = 11; números de dados existentes no STPCENSUSinfo = 29.835 Nacionais;
- ✓ Aquisição de imagens, tradução do interface do DI7 (inglês-português), revisão linguística, maquetização, introdução e verificação de dados concernentes a STPINFO 3.0 (Número de dados existentes no STPInfo 3.0 = 24.400);
- ✓ Configuração do Web site GRIP e publicação de boletins informativos e programas audiovisuais;
- ✓ Realização dos seminários de sensibilização e informação em todos os distritos e na Região Autónoma do Príncipe sobre base de dados em questão de petróleo;
- ✓ Conclusão da base de dados de Apoio Parlamentar (BADAP) com progresso de quadro fluxogramas (projecto de lei, interpelações ao Governo e petições);
- ✓ Realização da formação dos administradores em Base de Dados de Apoio Parlamentar (BADAP).

Para melhoria da produção dos dados estatísticos:

- ✓ Encontra-se na fase de finalização do ano Base 2008 do ERETES (Software para calcular o PIB) – Contas Nacionais. As acções desenvolvidas tiveram um impacto positivo no que concerne à melhoria das Contas Nacionais do ano base 2008 ERETES;
- ✓ Foram recolhidos e digitados dados de preços de Janeiro à Dezembro de 2014 para contribuir na determinação do novo cabaz – IPC com apoio de Assistência Técnica.

C - Na vertente de **Promoção do acesso à informação e conhecimento e da participação cidadã,** compreende os seguintes programas:

I) Programa de acessibilidade da tecnologia de informação e comunicação (TIC);

II) Programa de promoção dos mass medias;

III) Programa da sociedade civil e do seu envolvimento participativo

3.1.12 - Programa de acessibilidade da tecnologia de informação e comunicação (TIC)

Este programa tem como objectivo contribuir no processo de aquisição e gestão de informação como condição para uma participação consciente e responsável no processo de luta contra a pobreza e desenvolvimento de iniciativas empreendedoras para a criação de riqueza e bem – estar da população.

Para o alcance dos objectivos acima referidos destacam-se as realizações dos seguintes projectos:

a) STP em Rede cujas execuções durante o período em estudo concentraram na:
   - ✓ Criação de 2 Telecentros em S. Tomé (em Santana e em Trindade, mais concretamente na Biblioteca Nacional) e outro na Região Autónoma do Príncipe;
   - ✓ Realização de acções de sensibilização e capacitação para o uso das TIC.

b) Kitembú Digital em que foram feitas:
   - ✓ Revisões das práticas adoptadas e a sensibilização para a importância do uso das TIC por parte dos decisores e dos cidadãos em geral, com a finalidade de se atingir as metam definidas.

Além disso tiveram início:
   - ✓ A informatização dos Serviços do Registo Civil numa perspectiva de modernizá-los e oferecer por conseguinte melhor condição de trabalho.
   - ✓ G-Net que visa interligar os Ministérios e Direcções chaves da administração pública numa rede privada com sistema VOIP entre esses sectores.

3.1.13 - Programa de promoção dos mass medias

Com este programa pretende-se melhorar o papel da comunicação social e promover o acesso às informações.

Neste contexto, no período em estudo concentrou-se na:
   - ✓ Conclusão da 1ª fase das obras de construção do Auditório da Rádio Nacional;
   - ✓ Pequena reparação nos emissores da Rádio Nacional;
   - ✓ Aquisição de 20 cadeiras para a Televisão São-tomense.

3.1.14 - Programa da sociedade civil e do seu envolvimento participativo

Este programa visa reforçar a dinâmica de uma sociedade civil organizada e assim favorecer o seu envolvimento na promoção da boa governação, em parceria com o Estado e com o sector privado.

Deste modo, esta em curso o projecto Sociedade Civil pelo Desenvolvimento implementado pela Federação das ONG's (FONG). Este projecto contempla três componentes nomeadamente comunicação, capacitação e advocacia.

No âmbito da Comunicação foi:

- ✓ Elaborado o Boletim informativo que retrata as principais actividades do projecto e da própria FONG divulgado trimestralmente;
- ✓ Elaborado o Boletim digital "Na Imprensa" onde são reunidas recortes de imprensa sobre políticas públicas dos países, publicados nas médias nacionais e internacionais, e são divulgados bimensalmente;
- ✓ Realizado 9 edições do programa radiofónico "FONG Informa" com diferentes temas difundido mensalmente na antena da Rádio Nacional.

Ainda dentro desta componente foi instalado na comunidade de Porto Alegre, uma rádio comunitária designada "Rádio Yogo" de frequência 97.2 FM. Esta rádio abarca também as comunidades de Malanza e de Ponta Baleia. Apesar de se encontrar na sua fase experimental, tem havido a adesão positiva da população local quebrando assim a rotina da mesma, mantendo a população mais informada sobre vários aspectos.

No que concerne à capacitação foram:

- ✓ Realizadas 10 formações tanto na Ilha de S. Tomé como na Região Autónoma do Príncipe, em diversos temas ligados a sociedade civil tais como: monitoria do orçamento, papel da sociedade civil nas eleições democráticas, processo de participação da sociedade civil na governação local, mecanismos e instâncias de participação política e social das Organizações da sociedade civil (OSC), técnicas de advocacia e o papel da sociedade civil na monitoria das políticas públicas.

A FONG realizou encontros de advocacia com alguns órgãos de soberania entre eles, o Presidente da Assembleia Nacional, Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, sobre *a problemática dos direitos das crianças*, para que sejam aprovados alguns diplomas em defesa e protecção dos direitos das crianças.

Constrangimentos do Eixo I

Os constrangimentos registados para a execução dos programas inerentes a este eixo são:

- Insuficiência de recursos financeiros;
- Necessidade de capacitação de recursos humanos;
- Excessiva burocratização na função pública e o processo de licitação extremamente lento;
- Pouca de apropriação do Documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza e do Objectivo do Milénio para o Desenvolvimento;
- Falta de engajamento e garantia de financiamento por parte dos doadores.

Conclusões e Recomendações do Eixo I

Analisando o desempenho do Eixo I, constatou-se que apesar dos constrangimentos registados, é possível assinalar, que as instituições envolvidas em diferentes programas tentaram em alguns casos cumprir com êxito as acções programadas com o apoio dos parceiros.

No entanto, recomenda-se, que as instituições, os órgãos do poder local, as ONGs, se esforcem de forma, a articular as acções, a fim de se encontrar sinergias para obter melhores resultados, na execução dos programas da ENRP.

Que as actividades programadas possam ser realizadas de acordo à Programação Orçamental aprovado pelo Governo no exercício.

3.2- Eixo II – Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado

O processo de luta contra a pobreza deve ser acompanhada de um crescimento económico sustentável e integrado que assenta na revalorização do sector primário propiciando um aumento da produção de culturas alimentares para o consumo interno e para garantia da segurança alimentar, a diversificação da produção, a implementação de pequenas indústrias de transformação de forma a criar produtos com valor acrescentado, criando postos de emprego, aumentando rendimento para as famílias e a estabilizando as populações rurais. Deverá ainda criar condições infra-estruturais que dinamizem a base económica (sector produtivo) e o sector privado.

É neste sentido que este eixo tem como objectivo específico promover o desenvolvimento do sector primário, travar o êxodo rural e melhorar as condições sócio económicas das populações do mundo rural, desenvolver infra-estruturas de base de apoio ao desenvolvimento económico, melhorar o ambiente de negócios e garantir a sustentabilidade ambiental.

Para atingir esses objectivos foram definidos programas, medidas e indicadores, em quatro vertentes, como se segue, que serão analisados de acordo as acções e projectos realizados em 2014. As vertentes definidas neste eixo são:

A - Desenvolvimento do sector privado;
B - Promoção de desenvolvimento do sector privado e reforço da performance do sector terciário;
C- Desenvolvimento das redes de transportes e infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico;
D- Integração das questões relativas as alterações climáticas nas politicas de desenvolvimento

Sendo assim:

A – Na vertente do **Desenvolvimento do sector primário** temos os seguintes programas:

i) Fomento da produção e produtividade das culturas de exportações
ii) Aumento e melhoria da qualidade de produção animal
iii) Melhoria da qualidade de produção do pescado
iv) Promoção de um ambiente saudável e de utilização racional dos recursos naturais
v) Garantia a segurança alimentar

3.2.1 - Programa de fomento da produção e produtividade das culturas de exportações

Este programa tem com objectivo aumentar e diversificar a produção de culturas de exportações.

No que concerne ao fomento e diversificação da produção de culturas de exportação concorrem o Projecto de Apoio à Promoção de Culturas de Exportação, Programa de Apoio Participativo à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal (PAPAFPA) e o Projecto de Apoio ao Sector do Comércio.

No que tange ao Projecto de Apoio à Promoção de Culturas de Exportação:

- ✓ Foram produzidas 25.000 mudas de cacau, 20.000 mudas de café e 7.132 mudas de pimenta no centro de viveiro do CIAT contribuindo assim para a redensificação das áreas de cacau, café e pimenta com mudas de boa qualidade e para o aumento da produção a curto e médio prazo.

Relativamente ao PAPAFPA através das fileiras de cacau biológico, cacau convencional, pimenta e café biológico registaram o seguinte:

a) Fileira de cacau convencional
   - ✓ Produção de 60.000 plantas de cacau;
   - ✓ Realização do tratamento fitossanitário com sulfato em 1.400 hectares de plantas;
   - ✓ Realização de 56 formações de capacitação aos agricultores;
   - ✓ Actualização da base de dados e feita a classificação dos agricultores
   - ✓ Realização de 2 auditorias externas à CECAQ-11 com vista a melhorar a capacidade produtiva dos agricultores.

b) Fileira de cacau biológico
   - ✓ Produção de 1.661 toneladas de cacau de boa qualidade.

c) Fileira de café biológico

- ✓ Produção de 17 toneladas de café de boa qualidade;
- ✓ Construção de um secador solar para a CECAFEB na comunidade de Água Casada e um armazém na comunidade de Mongo a fim de melhorar a qualidade de armazenamento do café local.

d) Fileira de pimenta

✓ Produção de 27.200 plantas de pimenta.

Através do Projecto de Apoio ao Sector do Comércio (PASC) financiado pela União Europeia

✓ Teve início o Estudo de Competitividade das Fileiras de Exportação em que foram identificadas as fileiras chaves com potencialidades de exportação (nomeadamente cacau, café, pimenta).

Para a melhoria da qualidade dos produtos exportados foram:

✓ Estabelecidos os parâmetros de qualidade do café e cacau a nível físico, químico e microbiológico (Cacau grau 1 " fino" e café de Monte Café);

✓ Elaborada a proposta do Decreto-lei sobre Indicação Geográfica/Denominação de origem;

✓ Realizado o estudo sobre a situação das Pequenas e Médias Empresas de transformação dos produtos Agro-industrial e da Pesca e teve início a parceria entre a Direcção da Indústria e o projecto Promoção de Iniciativas Produtivas do Sector Agro-Alimentar (PIPAGA).

3.2.2 - Programa de aumento e melhoria da qualidade de produção animal

Este programa visa aumentar a produção e a produtividade dos efectivos pecuários e melhorar o acesso das populações à proteína animal.

Concorrem para o alcance dos objectivos deste programa o Projecto de Desenvolvimento da Suinicultura financiado por Taiwan, Projecto-piloto de Sensibilização e Apoio na Reforma da Política de Prestação dos Serviços Pecuários/ Veterinários financiado por UA_BIRA e outros.

Neste sentido, de forma a reforçar a capacidade técnica dos criadores e prestadores dos serviços veterinários e pecuários, no âmbito do Projecto-piloto de Sensibilização e Apoio na Reforma da Politica de Prestação dos Serviços Pecuários/ Veterinários:

✓ 115 Criadores de animais ao nível nacional (bovinos, caprinos e ovinos) foram formados em melhores competências práticas de forma a estarem mais capacitados para dar resposta ao problemas zoosanitários;

- ✓ Mais de 35 prestadores de serviços veterinários e pecuários[1] ao nível nacional foram identificados e sensibilizados com a finalidade de se organizarem numa rede de prestação de serviços;
- ✓ Foi aprovado o documento que regulamenta a prática de prestação dos serviços pecuários e veterinários.

Para reforçar as técnicas de abate, corte e transformação de carne fresca através do Projecto de Desenvolvimento da Suinicultura:

- ✓ 8 carniceiros e 8 magarefes foram capacitados em técnicas modernas de abate, corte e transformação de carne fresca.

No que concerne à prevenção contra as doenças de origem animal através do Projecto Piloto de Sensibilização e Apoio na Reforma da Politica de Prestação dos Serviços Pecuários/ Veterinários:

- ✓ 7.000 Aves, 250 bovinos, 500 ovinos e caprinos foram vacinados com objectivo de reduzir a taxa de prevalência e mortalidade dos animais e de algumas patologias nas aves;[2]
- ✓ 400 Bovinos, 650 ovinos e caprinos, 400 suínos e 2.000 aves foram desparasitados[3];
- ✓ Foram realizados 741 inquéritos epidemiológicos dos ectoparasitas e endoparasitas (análise coprológicas das fezes) aos animais suínos, caprinos e bovinos;
- ✓ Foram realizadas 24 autópsias nas aves e perus com o propósito de fazer o controlo zoosanitário das doenças parasitológicas;
- ✓ 12 Bovinos foram submetidos a raspagem cutânea;
- ✓ 5 Lotes de produtos farmacêuticos e veterinários foram colocados a disposição dos criadores em diferentes delegações regionais;
- ✓ Realizadas mais de 20 visitas aos criadores e assistida tecnicamente mais de 15 explorações de animais.

No âmbito das infra-estruturas de apoio à produção no quadro do Projecto de Desenvolvimento da Suinicultura:

[1] Esta actividade não foi realizada da RAP

[2] Não estão incluídos as informações dos criados médios e modernos que fazem directamente as suas vacinações

[3] Não estão incluídos as informações dos criados médios que fazem directamente as suas disparasitações.

- ✓ Foi apetrechado com equipamentos modernos na linha de abate o Matadouro central de S. Tomé. Foi igualmente equipado o centro de quarentena e criação de suínos;
- ✓ Foi concluído 85% das obras para construção do Centro de reprodução de suínos de em Nova Olinda;
- ✓

No que concerne à produção animal no âmbito do mesmo projecto foram:

- ✓ Produzidos 605 leitões, abatidos 200 porcos e produzidos 11.675 kg de carne;
- ✓ Distribuídos 229 animais suínos para engorda e realizada assistência técnica para os 23 criadores;
- ✓ Foram organizadas e especializadas na produção de chouriço local, 15 Mulheres criadoras tendo as mesmas produzidos 3.000 kg de chouriço local. Esta acção visa melhorar o rendimento familiar das mesmas;
- ✓ Criadas duas associações de criadores de suínos sendo uma em Água Izé com 11 membros e outra em S. Luzia com 12 tendo sido capacitados 42 membros das mesmas associações em matérias básicas de criação, associativismo, cooperativismo e em noções básicas de agro-negócios e realizada actividade de sensibilização para 23 criadores membros da associação dos criadores;

Por outro lado, para o reforço da gestão, qualidade e capacidade de diagnósticos do laboratório da Direcção de Pecuária destacam-se:

- ✓ Tradução de 6 fichas de controlo de qualidade,
- ✓ Actualização do preçário dos serviços laboratoriais, o organograma do laboratório elaborado uma lista de meios de cultura, reagentes e kits de diagnósticos para o projecto de capricultura à FAO.
- ✓ Reforço de capacidade técnica na utilização do leitor Elisa e Kits de diagnósticos, montado 1 bi-destilador no LCDV e enviada amostras de soros, órgãos e tecidos para o laboratório INIAV para conhecer as causas de mortalidade em Bovinos Nelore.

De acordo com os dados fornecidos pela Direcção da Pecuária, relativamente ao Programa experimental de inseminação artificial nos bovinos da raça local, que teve início em Setembro de 2013, no quadro do PADP II, com vista a melhoria da produtividade das explorações pecuárias, constatou-se uma baixa taxa de natalidade dos animais submetidos à inseminação nas cinco explorações pecuárias seleccionadas conforme a tabela nº1.

Tabela nº1: Balanço do programa de experimentação de inseminação artificial nos bovinos da raça local

Nº Ordem	Local	Nº Vacas Inseminadas	Data Inseminação	Nº de Vacas prenhas	Natalidade Vitelos	Mortalidade Vitelos
1	Água Izé	4	25/10	4	4	0
2	M. Belo	5	25/10	0	0	0
3	Canavial	4	26/10	0	0	0
4	S. Carlos	12	26/10	3	3	0
5	Pinheira	11	31/10	3	3	2
Total		**36**		**10**	**10**	**2**

Fonte: Direcção da pecuária, 2015

A baixa taxa de natalidade deveu-se a pobre dieta alimentar que os animais foram submetidos e ao não cumprimento, por parte dos beneficiários, das recomendações técnicas traçadas pela equipa técnica.

No que concerne ao Centro de Quarentena localizado em Nova Olinda foi desenvolvido o seguinte:

- ✓ Alargamento do período de pastagem do gado bovino;
- ✓ Capinação e limpeza no centro e na área circundante;
- ✓ Tratamento químico (expurgo) do milho em stock;
- ✓ Apoio aos criadores que apresentaram problemas de reprodução de animais importados;
- ✓ Colheita e debulha de milho seco (forrageiro) para gado com apoio dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social e do CIAT. Constatou-se que grande parte (2/3) do milho perdeu qualidades organoléticas, apesar da produção de milho do ano ter sido aproximadamente de 1 tonelada, porque os secadores solares existentes em Nova Olinda encontram-se inoperante o que impossibilitou de submetê-los a uma boa secagem logo após a colheita.

No que toca à produção e a produtividade dos efectivos pecuários, com base nos dados fornecidos pela mesma Direcção sobre a evolução dos efectivos pecuários nacionais e da produção interna de carne, constatou-se, no período 2013-2014, uma evolução positiva dos efectivos (cabeça) nas quatro espécies de animais analisadas, conforme a tabela nº 2. Entretanto, quanto a produção de carne para o consumo verificou-se uma diminuição principalmente na carne bovina e caprina devido a prática de roubo e abates clandestinos de animais que tem se verificado no país.

Tabela nº 2: Evolução dos efectivos pecuários nacionais e da produção interna de carne (2005-2014)										
Efectivos/ Cabeças	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Efectivos (Cabeças)										
Bovinos	834	875	25477	870	950	884	1000	1048	1158	1262
Caprinos	24506	25100	25477	25589	25686	25758	27643	27660	27680	27808
Ovinos	2249	2361	2442	2542	2621	2418	2588	2532	2589	2730
Suínos	26452	26882	26984	27379	27985	27643	27657	27680	28210	28350
Produção Interna de carne (Tonelada)										
Bovinos	6,2	10,4	6,1	5,9	6,4	6,1	9	12,5	13	10
Caprinos	2,1	2,6	4,5	2,7	2,7	2,6	5,9	2,5	4,2	3,8
Ovinos	0,41	0,48	1,6	1,1	1,4	1,5	4	2,8	1,2	1,8
Suínos	339	315	323,2	225,4	320	347	361	360	361	363

Fonte: Direcção da pecuária, 2015

3.2.3 - Programa de melhoria da qualidade do pescado

O presente programa pretende aumentar os níveis de pescado, modernizar a frota artesanal e semi-industrial e melhorar a conservação do pescado.

No quadro dos objectivos deste programa destacam-se realizações nos seguintes domínios:

a) Pesca artesanal
   - ✓ Construção e instalação de 15 dispositivos de concentração de peixe com apoio do PAPAFPA. E encontram-se em funcionamento 2 oficinas para construção de canoas tipo PRAO.
   - ✓ Distribuição de matérias de pesca nomeadamente fios, anzóis, redes e motores para as associações de pescadores do país;
   - ✓ Concessão de crédito à aproximadamente 240 palaiês no valor de Dbs. 4.000.000,00;
   - ✓ Criação de uma loja para venda de materiais de pesca na casa dos pescadores em praia de S. Pedro. A loja encontra-se disponível e em funcionamento;
   - ✓ Realização do concurso público para construção de 50 canoas praos e 10 botes de fibra.

Para melhorar à conservação do pescado, através do Projecto de Reabilitação de Infra-estruturas de Apoio à Segurança Alimentar (PRIASA), foi:

   - ✓ Adquirido uma câmara de frio e de conservação para o mercado de Santana, Neves e para o mercado municipal de S. Tomé.

b) Pesca industrial
   - ✓ Assinatura do acordo de parceria com a União Europeia para o quadriénio 2014-2018 e o acordo de parceria com Armador Espanhol de grandes

atuneiros-OPAGAC com objectivo de fazer o aproveitamento económico dos recursos pesqueiros nacionais e migratório;

- ✓ Formação de capacitação de 10 marinheiros no domínio de segurança básica e pirataria em Portugal.

c) Investigação estatística e aquacultura

- ✓ Formação, como apoia dos consultores cabo-verdianos, de dois técnicos no domínio de estatística;
- ✓ Aquisição de equipamentos informáticos, com apoio do PRIASA, e aguarda-se pela instalação do software de base de dados estatístico e pela aquisição de um computador com capacidade para instalação da referida base;
- ✓ Elaboração do 1º Draft do relatório do recenseamento da frota de pesca artesanal e semi-industrial financiado por CIAT. Aguarda-se a aprovação do referido relatório e publicação dos resultados.

d) Inspecção e controlo sanitário

- ✓ Conclusão das obras de remodelação do laboratório de controlo de qualidade dos produtos de pesca e adquirido equipamentos e produtos o mesmo com apoio do PRIASA. Foi igualmente inaugurado o centro de seguimento, controle e vigilância das pescas;
- ✓ Validação da proposta de decreto-lei sobre VMS estabelecendo assim o quadro legislativo para o seguimento e controlo das pescas.

e) Infra-estrutura de pesca

- ✓ Realização do concurso público para aquisição de uma fábrica de produção de gelo para o complexo pesqueiro de Neves;
- ✓ Lançamento do concurso público para a construção do mercado de peixe na capital. O título de posse do espaço foi autorizado estando em curso o processo de desapropriação com os ditos proprietários do terreno.

f) Suporte legal para o sector das pescas

- ✓ Aguarda-se a aprovação e publicação da proposta de revisão do Decreto – lei nº 12/2012 que aprova as regras de exercício das actividades das pescas e a Lei nº 9/2001, a lei das pescas e dos recursos haliêuticos;
- ✓ Elaboração da proposta do Decreto – lei sobre o Estatuto Orgânico da Direcção das Pescas e submissão ao Governo para aprovação.

De acordo com os dados fornecidos pela Direcção das Pescas constatou-se que no período em estudo a captura do pescado totalizou 5.341 toneladas contra as 5.208 registadas no ano anterior.

Tabela nº 3 - Captura do pescado			
	2012	2013	2014
Captura do pescado (ton)	5.079	5.208	5.341

Fonte: Direcção das Pescas

3.2.4 - Programa de promoção de um ambiente saudável e de utilização racional dos recursos naturais

Este programa visa reduzir os efeitos das mudanças climáticas, melhorar a gestão dos ecossistemas e diminuir os desperdícios de madeira.

No que tange a este programa concorrem o projecto de adaptação as mudanças climáticas nas zonas costeiras, Programa Africano para Adaptação às Mudanças Climáticas, projecto de eliminação do HCFC, (Hidrocloro flour carbono), projecto de luta contra o abate ilegal de árvores e o Projecto REDD + (Redução das Emissões devido a Desflorestação e a Degradação das Florestas)

Com vista a redução dos efeitos acima referidos concorrem os seguintes projectos:

a) Projecto de Adaptação às Mudanças Climáticas nas Zonas Costeiras que visa aumentar a capacidade de adaptação das comunidades costeiras vulneráveis do país aos impactos adversos da variabilidade e mudanças climáticas tendo até 2014 realizado o seguinte:
   - ✓ 600 Pescadores de 23 comunidades piscatórias do país (17 da ilha de São Tomé e 6 da ilha o Príncipe) foram beneficiados com materiais de segurança marítima sendo 500 Coletes Salva vida, 500 Capas de Chuva com as respectivas calças impermeáveis, 500 malas com kits de primeiros socorros, 500 capas de telemóvel impermeável, 750 Foguete de mão para a sinalização das canoas em caso de perdas, 1200 Reflectores de Radar, 200 GPS, e 250 Luz para a sinalização de redes no alto mar;
   - ✓ Foram realizadas obras de drenagem das águas fluviais e de protecção das comunidades de Ribeira Afonso e Santa Catarina;
   - ✓ Foi concluída as obras de protecção da comunidade de Ribeira Afonso contra inundação marítima;

- ✓ Foram criados 16 Comités de gestão de risco em 16 comunidades costeiras e capacitados com técnicas capazes de lidar com a população e prestar os primeiros socorros em caso de riscos e catástrofes.

Já se observa alguns efeitos directos destas acções sobre a população. As fortes chuvas que se fizeram sentir de forma espontânea tanto em Santa Catarina como em Ribeira Afonso não provocaram inundações pluviais nem os rios saíram do seu leito devido as obras de engenharia realizadas como a construção de diques e de acesso a população aos rios. Entretanto, apesar das valas de drenagem terem sido construídas recentemente, a população deita os lixos nas mesmas, o que pode vir a obstruí-las e causar inundações nessas comunidades.

Entretanto, ainda se verifica perdas de pescadores e espera-se que as campanhas de sensibilização venham a mudar de atitude dos mesmos no alto mar.

b) Programa Africano para Adaptação às Mudanças Climáticas e do projecto de promoção da sustentabilidade ambiental e alterações climáticas cujas realizações durante o período foram:

- ✓ Conclusão, reprodução e publicação da segunda comunicação nacional sobre mudanças climáticas financiado pelo Fundo Mundial do Ambiente;
- ✓ Conclusão estudos de vulnerabilidade que serviu de base para actualizar a estratégia nacional de resposta às catástrofes;
- ✓ Realização de estudos climáticos com objetivo de fazer compreender os riscos climáticos e as vulnerabilidades e o país dispõe de uma melhor informação técnica que lhe permita tomar decisão;
- ✓ Reforço da capacidade técnica dos decisores e o pessoal técnico em matéria de análise e utilização dos dados climáticos;
- ✓ Reforço da capacidade institucional com o estabelecimento do Centro de Observação ecológica e com a atualização do web site da Direcção Geral do Ambiente.

c) Projecto de Eliminação do HCFC concentrou-se na:

- ✓ Realização de inventários ao nível nacional de todos os equipamentos que contêm HCFC;
- ✓ Formação de técnicos nacionais de frio, das alfândegas e da polícia fiscal neste domínio e dotados de tecnologias capazes de detectarem o HCFC nos equipamentos como nas botijas importadas e em outros tipo de gases;

- ✓ Distribuição de gases amigos do ambiente aos técnicos do frio para substituírem os HCFC nos equipamentos que os contêm.

Como efeito destas realizações constatou-se que grande parte dos equipamentos antigos que possuíam HCFC foi substituída e as casas comerciais já não importam os equipamentos que possuem este tipo de gases.

Relativamente à melhoria da gestão dos ecossistemas, utilização racional dos recursos florestais e diminuição dos desperdícios de madeira destacam-se os seguintes projectos:

a) Projecto de Luta Contra o Abate Ilegal de Árvores onde foram realizadas o seguinte:

- ✓ Difusão da lei florestal e de materiais de sensibilização;
- ✓ Recenseamento de 60 postos de venda de materiais de madeira e legalização de 38 postos;
- ✓ Registo de 160 motosserras;
- ✓ Reforço do processo de fiscalização nas áreas florestais que resultou na apreensão de 15 motosserras que operavam ilegalmente e apreensão de 564 materiais de diferentes qualidades (tábuas, barrotes, vigas, etc).

b) Projecto REDD +

No âmbito deste projecto foi validado e aprovado o R-PP (Proposta de Medidas para o Estado de Preparação) para a redução das emissões devido a desflorestação e a degradação das florestas no país.

Ainda no quadro dos objectivos do programa de promoção de um ambiente saudável e de utilização racional dos recursos naturais, destacam-se também acções desenvolvidas pela Direcção responsável pela gestão do Parque Natural Obô que consistiu na:

- ✓ Sinalização e delimitação dos limites do Mangal de Yo Grande;
- ✓ Protecção das Tartarugas Marinhas;
- ✓ Recolha de plantas endemicas para suprir o défice no recinto de Jardim Botânico e a sua etiqueta de identificação;
- ✓ Elaboração do quinto relatorio sobre o estado da biodiversidade em S.Tomé;
- ✓ Elaboração de Plano de Acçao especifico Para os Mangais de Yo Malanza e Praia das Conchas;
- ✓ Revisão e actualização dos Planos de Manejo e de Gestão dos Parques;

- ✓ Reabilitação do complexo turístico da Praia jalé;
- ✓ Revisão e actualização da Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade.

3.2.5 - Programa de garantia da segurança alimentar

Este programa visa garantir a segurança alimentar da população.

Para o cumprimento desse objectivo concorrem o PRIASA nas suas diversas componentes, o Projecto de Desenvolvimento das Culturas Alimentares**,** Projecto de Desenvolvimento da Suinicultura, Projecto-piloto de Sensibilização e Apoio na Reforma da Politica de Prestação dos Serviços Pecuários/Veterinários, Projecto de Reforço da contribuição dos produtos florestais não lenhosos já mencionados neste relatório, acções desenvolvidas pelo PAPAFPA através da fileira de culturas alimentares e pelas ONG.

Para o desenvolvimento de culturas alimentares destacam-se realizações nos seguintes projectos:

a) PRIASA:
   - ✓ Reabilitação, com apoio do FIC, dos sistemas de irrigação nas áreas de culturas alimentares situada nas comunidades de Mesquita (Uba - Cabra), em Pinheira (Nierere à Camavo), Caldeira e Canavial.

b) Projecto de Desenvolvimento de Culturas Alimentares:
   - ✓ Prosseguimento na produção de milho, matabala, fruta-pão, mandioca, soja e batata-doce contribuindo assim para o aumento da produção dos mesmos, para a melhoria da dieta alimentar e nutricional da população bem como para a melhoria das condições de vida dos agricultores;
   - ✓ Realização de três feiras agrícolas na cidade de capital nos dias 1 de Maio, 30 de Setembro e 20 Dezembro com objectivo de abastecer o mercado local e fornecer a população produtos produzidos localmente a preço acessível.

c) PAPAFPA através da fileira de culturas alimentares:
   - ✓ Produção 747 kg de batata semente pelos agricultores da comunidade de Novo Destino e de S. Carlos com objectivo de criar um banco de sementes para fornecer aos produtores;
   - ✓ Instalação do sistema de irrigação nas comunidades de Laranjeiras e Oquê Máquina e de um 1 kit de biogás na comunidade de Novo Destino;

- ✓ Realização de estudos para a instalação do sistema de irrigação nas comunidades de Plancas I e Plancas II e desenvolvido estudos para a instalação de unidades de transformação nas comunidades rurais de S. Tomé nomeadamente nas comunidades de Dona Augusta, Porto Alegre, Claudino Faro e Colónia açoriana, e nas comunidades de Ponta do Sol e Terreiro Velho na ilha do Príncipe.
- ✓ Construção de 10 capoeiras e fornecimento 70 pintos de raça galinha de campo à dez criadores da comunidade de S. José;

d) Projecto de Reforço da Contribuição dos Produtos Florestais não Lenhosos para Segurança Alimentar

- ✓ Realização de estudos nos sítios piloto de Novo Destino e Plancas I com objectivo de avaliar o impacto da contribuição dos mesmos produtos para a segurança alimentar e redução da pobreza.

  Constatou-se que a contribuição dos PFNL para a subsistência alimentar dos agregados familiares nessas comunidades é vital. Os produtos como búzio, a Lussua, a fruta-pão, o vinho da palma, o azeite de palma e a jaca são os 6 PFNL mais consumidos pelos agregados familiares; Por outro lado, apurou-se que o dinheiro proveniente da venda desses produtos é utilizado para atender um conjunto de necessidades básicas da família no que concerne a educação das crianças, saúde, compra de alimentos, aquisição de insumos agrícolas, material de construção, vestuário, televisores, etc.

Ainda no quadro do programa de segurança alimentar:

- ✓ 29 técnicos da Ministério de agricultura e agricultores de diversas comunidades realizaram visitas de estudos à Cabo Verde e Camarões para troca de experiência técnica no domínio de cacau, pimenta, propagação vegetativa da banana e outros. Neste intercâmbio técnico, os agricultores tiveram a oportunidade de conhecer novas técnicas de produção agrícola e adequar a sua implementação no país de acordo a realidade específica;

Através do PRIASA:

- ✓ Aquisição de equipamentos informáticos, materiais de formação, de escritórios e consumíveis para o Centro de Apoio Técnico Agro-pecuário (CATAP);
- ✓ Reabilitação da unidade de formação e concessão de visitas de estudos para os melhores alunos que participaram formação;
- ✓ Realização de formações de capacitação para os técnicos do CIAT.

Foto: Unidade de transformação do CATAP reabilitada
Fonte: Relatório do PRIASA, 2014

Por outro lado, o governo no seu esforço para a promoção do crescimento económico e garantia de segurança alimentar tem estabelecido parcerias com as ONG em diferentes domínios deste eixo.

Assim para o desenvolvimento do sector de agro-indústria e de transformação, a ONG ALISEI em parceria com a QUÁ-TELA e a ADAPPA deram início em Março de 2013, o projecto de apoio a Promoção de Iniciativas Produtivas no Sector Agro-alimentar (PIPAGA) com objectivo de fortalecer as capacidades de intervenção dos atores não estatais através da promoção de emprego no sector agro-alimentar.

Neste sentido foi realizado estudo diagnóstico dos agricultores, estudos das fileiras, capacitação técnica dos agricultores tanto teórica como prática, acompanhamento técnico, intercâmbio entre os agricultores e estabelecimentos de parceria técnica público-privada entre o projecto (PIPAGA) e a empresa SATOCAO (instalação de parcelas demonstrativas onde se estabeleceu a associação de culturas alimentares coma cultura de cacau na sua fase inicial).

B – Na vertente de **Promoção do desenvolvimento do sector privado e reforço da performance no sector terciário** foram definidos os seguintes programas:

i) Programa de Promoção do sector privado como opção viável para o desenvolvimento
ii) Programa de Valorização do turismo e actividades conexas
iii) Programa de Inserção da economia na sub-região e no sistema comercial multilateral

3.2.6 - Programa de promoção do sector privado como opção viável para o desenvolvimento

Este programa visa superar os constrangimentos que deparam os homens de negócios são-tomenses e contribuir para a criação de um ambiente propício ao surgimento de um sector privado forte e competitivo.

No que tange à melhoria do ambiente de negócios foram realizadas as seguintes acções:

- ✓ Elaboração da proposta de decretos-lei sobre: Normalização dos produtos e serviços e Taxas industriais a serem aplicadas sobre os produtos e que alarga a competência do SENAPI para a gestão do sistema nacional de qualidade (SNQ);
- ✓ Realização de vários encontros na Direcção de indústria com representantes das câmaras distritais e realizado seminário de sensibilização às câmaras distritais com objectivo de dotar as mesmas de conhecimentos que lhes permitem um melhor acompanhamento das unidades industriais;
- ✓ Elaboração do formulário modelo para o pagamento de anuidade das actividades reconhecidas ou formalizadas pelas câmaras distritais.

A fim de modernizar e dinamizar o SENAPI destacam-se:

- ✓ Elaboração e validação do Plano Nacional da Propriedade Intelectual (PNPI) 2014-2018;
- ✓ Elaboração e assinatura do contrato de execução da TISC entre SENAPI e OMPI;
- ✓ Feita a adesão de STP à ARIPO;
- ✓ Realização de formações em matéria da Propriedade intelectual, transformação, quadro jurídico entre outros, os técnicos da Direcção da Indústria e alguns empreendedores industriais;
- ✓ Assinatura do protocolo com a Direcção Geral da Cultura (DGC) no quadro da implementação do serviço de Direitos do autor e realizada visita de estudo ao exterior dos técnicos da DI/SENAPI e DGC;
- ✓ Implementação do Decreto – lei nº 15/2012 para atribuição das licenças e alvarás, criada a base de dados e o site do SENAPI. Constatou-se melhorias nas consultas e análise de fundo e do site da SENAPI;
- ✓ Realização do estudo sobre a situação das PME de transformação dos produtos agro-industrial e da pesca;

- ✓ Realização de experiência de cadastramento por GPS com vista a criar uma base de dados actualizada sobre as indústrias existentes com a colaboração técnica do INE.

Ainda no âmbito do programa de promoção do sector privado como opção viável para o desenvolvimento destacam-se também as seguintes realizações:

- ✓ Apetrechamento da agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI) com alguns equipamentos e materiais de escritório no quadro do Projecto de instalação da APCI. Apesar de estar razoavelmente apetrechada, a instituição carece de um espaço físico adequado para desenvolvimento das suas actividades que visa dentro outras fomentar o espírito empreendedor, incentivar as exportações e melhorar o ambiente de negócios. No mesmo ano, a APCI desenvolveu actividade de sensibilização, divulgação e recolha de informações para a promoção do comércio e investimento;

- ✓ Aquisição de equipamentos para Direcção de Regulação de Controlo das Actividades Económicas (DRCAE) tais como cinco computadores de mesa, um portátil, uma impressora de multifunção, um televisor plasma, uma mesa com doze cadeiras; Instalação de internet nos diferentes departamentos e secções da Direcção bem como a colocação dos computadores na rede no âmbito da melhoria das condições laborais e de alguns serviços da DRCAE;
  E no âmbito da fiscalização das actividades económicas, a DRCAE identificou alguns casos de estabelecimentos comerciais com anomalias no que concerne a falta de livro de cálculo preço (30 casos), ausência de documentos (22 casos), com falta de etiqueta de preços de produtos (23 casos), falta de cartão de sanidade (10 casos) e entre outros.

3.2.7 - Programa de valorização do turismo e actividades conexas

Este programa pretende introduzir o destino de São Tomé e Príncipe nas rotas do turismo internacional, melhorar a oferta dos produtos turísticos e receber até 2015 15 mil turistas.

No sentido de introduzir o destino do país nas rotas do turismo internacional foram realizadas as seguintes acções:

- ✓ Primeiro workshop do turismo da CPLP com vista a integrar a actividade turística dentro da comunidade;

- ✓ Workshop sobre legislação turística com o propósito de apresentar as leis turísticas existentes no país e colher sensibilidades do sector privado sobre as mesmas;
- ✓ Inauguração/abertura do BIT no aeroporto internacional de São Tomé e Príncipe
- ✓ Elaboração de agenda cultural-calendário de eventos turísticos na capital;
- ✓ Elaboração do TDR para a feira de Itália (BIT) e Londres (WTM) e do mapa cidade;
- ✓ Preparação da participação de São Tomé e Príncipe na feira do Berlim, Londres, Taiwan – Taipei, BTL e na Expo de Milão 2015.

A fim de melhorar a qualidade de prestação de serviços turísticos e aumentar a taxa de legalização dos estabelecimentos existentes de forma a diminuir a concorrência desleal foi feita:

- ✓ Fiscalização dos estabelecimentos que foram isentos do processo de licenciamento directo sob o abrigo do Decreto – lei nº 11/2011;
- ✓ Visitas rotineiras de fiscalização às unidades turísticas, ao Hotel Miramar e ao estabelecimento Ondas Divinas.

Quanto a capacitação de profissionais no domínio do turismo, no quadro do Projecto de Capacitação de Profissionais foi realizado quatro sessões de formação para, aproximadamente, 400 jovens no domínio de *Atendimento e relações públicas, Técnicas de guia de turistas, Marketing turístico inglês para guias turísticos e francês*. Nestas sessões participaram proprietários, gerentes e funcionários dos restaurantes, bares, hotéis, pensões e outros alojamentos, jovens que estão no desemprego, estudantes do curso de turismo do Liceu nacional.

E está em curso a requalificação de sítio de interesse turístico em Ana Bom com objectivo de valorizar os espaços através da construção/reabilitação de Infra-estrutura de apoio.

Como se pode observar na tabela, aumentou o interesse dos turistas em visitar as ilhas do equador no período 2010 à 2014 ultrapassando assim a meta prevista para o ano 2015.

Tabela nº 4: Evolução de entrada de turistas e excursionistas												
Estações do ano	2002	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total	4.460	6.766	10.230	7.250	6.265	9.424	8.187	7.104	10.319	12.753	13.708	18.187

Fonte: Direcção do Turismo e Hotelaria, 2015

3.2.8 - Programa de inserção da economia na sub-região e no sistema comercial multilateral

Este programa visa integrar convenientemente o país na sub-região e no sistema comercial multilateral de modo a tirar proveito da sua localização estratégica no golfo da Guiné e no mundo.

A luz dos objectivos deste programa procedeu-se à:

- ✓ Actualização do Memorando sobre o Regime do Comércio Exterior de STP permitindo que o país disponha de um documento sobre as informações mais recentes sobre o sector do comércio;
- ✓ Actualização do EDIC (Estudo de diagnóstico e integração do comércio, ou seja, as medidas e as orientações de integração do comércio;
- ✓ Elaboração da Estratégia para o sector do comércio 2015-2025 favorecendo ao sector do comércio um documento orientador;
- ✓ Subvenção de transportes marítimos para a RAP com apoio do Governo. Entretanto, não se tem conseguido uniformizar os preços.
- ✓ Aquisição de bens para comercialização, nomeadamente arroz, para regular o abastecimento do mercado e garantir a estabilidade de preços. Entretanto, o produto foi comprado mas não foi comercializado;
- ✓ Reabilitação do edifício que funciona as Direcções do Comércio e Indústria permitindo assim melhores condições de trabalho com a criação de salas de reuniões, fornecimento de equipamentos.

Através do Projecto de Apoio ao Sector do Comércio (PASC), financiado pela União Europeia foram desenvolvidas as seguintes acções:

- ✓ Operacionalização da Comissão Nacional de Negociação Comercial (CNNC). A última reunião com os membros da CNNC foi realizada no primeiro trimestre de 2014 e permitiu que mesmos tenham maior domínio sobre questões ligados ao comércio internacional. Esta comissão funciona na Direcção do comércio e carecem de meios para o desenvolvimento das suas actividades;
- ✓ Identificação das fileiras com potencialidades de exportação;

- ✓ Adequação de 6 legislações comerciais às normas internacionais;
- ✓ Realização programas de formação em matéria de gestão de pequenos negócios, elaboração de projectos, técnicas de importação e exportação, negociações comerciais, informáticas, técnicas de vendas e marketing.

3.2.9 - Programa de desenvolvimento da indústria petrolífera

No que tange a este programa foram desenvolvidas as seguintes acções:

- ✓ Assinatura do CPP com a SONAGOL e com a ERHC para realização de estudos de exploração nos blocos 2 e 11 respectivamente;
- ✓ Assinatura do acordo que autoriza a prospecção com a STAPET para realizar estudos de pesquisas " on shore";
- ✓ Workshop e seminários direccionados à classe académica, órgão estatais e sociedade civil com a finalidade de informar e esclarecer sobre o desenvolvimento da indústria petrolífera em STP;
- ✓ Obras de beneficiação do edifício da NAP- STP;
- ✓ Aprovação do novo Estatuto da ANP – STP para dotar a Agência Nacional de Petróleo de instrumentos legais mais adequados;
- ✓ Formação de quadros da ANP – STP. Em constante actualização para melhorar o desempenho dos quadros;
- ✓ Aprovação do regime legal aplicável à autorização de prospecção.

Encontra-se em curso a elaboração de *Guidelines* com procedimentos administrativos e circulares interpretativas da legislação petrolífera vigente, a assistência técnica e institucional no âmbito da cooperação em ANP – Timor e a aquisição sísmica 2D e 3D no âmbito dos CPP da ZEE-STP.

C- Na vertente de **Desenvolvimento das redes de transportes e infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico** foram definidos os seguintes programas:

i) Infra-estrutura de transporte rodoviário;
ii) Modernização e expansão aeroportuária;
iii) Provisão de Energia fiável e de baixo custo;
iv) Promoção e desenvolvimento da rede de telecomunicações
v) Ordenamento do território e Urbanismo
vi) Construção de habitação a custo controlado

3.2.10 - Programa de infra-estrutura de transporte rodoviário

Este programa visa capacitar as instituições do sector de transporte rodoviário, melhorar e expandir vias de acesso com vista a garantir a circulação rodoviária de pessoas, bens e serviços em segurança.

No âmbito dos objectivos deste programa foi:

- ✓ Reabilitada as salas do edifício da Direcção de Transporte Terrestre visando melhor prestação dos serviços.

No quadro da melhoria das vias de acesso e a circulação rodoviária de pessoas o Grupo de Interesse e Manutenção de Estrada (GIME), com financiamento do FIC, reabilitou as seguintes pistas rurais no território nacional:

- ✓ Troço de estrada caldeira à Boa Esperança (3 km);
- ✓ Troço de estrada Milagrosa Quinta das Flores (0,0575 km);
- ✓ Troço de estrada Ponta das Palmeiras à Santo António (5,7 km);
- ✓ Troço de estrada Praia campanha (2,9 km);
- ✓ Troço de estrada S.José/ S.Carlos (2,7) km

Reabilitação das pistas caldeiras à Boa esperança e Ponta das Palmeira à Santo Antonio
Fonte: Relatório do PRIASA, 2014

Encontram-se em curso, sob a tutela do INAE, a reabilitação de estradas em Betão betuminoso os seguintes troços:

- ✓ Estrada nacional nº3 (15,4 km);
- ✓ Estrada Conde /Micoló (4,9km);
- ✓ Estrada Aeroporto/ Praia Gamboa (3,8 km);
- ✓ Estrada Pantufo /S. Marçal (1,35 km);
- ✓ Estrada Agua Creola/Batepá (4 km).

3.2.11 - Programa de modernização e expansão aeroportuária

O presente programa visa criar as condições de acolhimento de aeronaves de maior porte através do aumento das pistas, das placas de estacionamento e do terminal de passageiros em STP.

Relativamente a este programa, a Empresa Nacional de Segurança Aérea (ENASA) desenvolveu as seguintes acções:

- ✓ Iluminação da pista e da parte frontal e do lado terra do aeroporto em que foi feita a substituição de todas as lâmpadas e cabos eléctricos da pista do aeroporto. Na parte frontal do lado terra foi colocado postes de iluminação pública na zona de aeroporto e aerogar (terminal do passageiro) com objectivo de proporcionar segurança à navegação aérea nas áreas aeroportuárias e a população;
- ✓ Aquisição de carro de bombeiro e ambulância, que foi identificado pelo Governo e, adquirido pela ENASA através do crédito bancário junto do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe. O carro encontra-se disponível e em funcionamento com objectivo de cumprir com as recomendações da Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO) relativo a categoria do aeroporto (categoria 8);
- ✓ Aquisição de duas viaturas para Direcção Geral e um mini autocarro para trabalhadores para facilitar a mobilidade dos membros da Direcção Geral e dos trabalhadores;
- ✓ Realização do estudo de viabilidade para a certificação do aeroporto internacional de São Tomé e Príncipe com apoio dos consultores de Portugal e Cabo Verde.

3.2.12 - Programa de provisão de energia fiável e de baixo custo

Este programa pretende aumentar e melhorar a qualidade de energia da rede nacional de forma a dar resposta a solicitação dos consumidores, e melhorar a qualidade dos serviços da EMAE e elevar a eficiência técnica e operacional.

Para atingir os objectivos procedeu-se à:

- ✓ Assinatura do contrato de O e M (Operação e Manutenção) da Central Térmica de Santo Amaro para o período de 5 anos (2013-2018) com a TEMES;
- ✓ Extensão da rede de Média tensão (30 KV) de baixa tensão e construção de postos de transformação com objectivo a assegurar e expandir o acesso da população a energia eléctrica;

- ✓ Construção de linhas de Média tensão, de Baixa tensão e de posto de transformação em Milagrosa com o objectivo de fazer o abastecimento de energia eléctrica para a estação de tratamento de Água em Santa Fé;
- ✓ Construção de uma linha Aérea e cabo subterrâneo de alta tensão a 60 KV e de suas subestações entre a Central de Santo Amaro e a Central de S. Tomé com objectivo de pôr termo a situação contingente de ligação por uma única linha em média tensão que sofre do inconveniente de suportar muitas derivações;
- ✓ Requalificação da rede de baixa tensão, incluindo baixadas aos clientes em cabo traçado em 16 aglomerados para remodelar e reconverter vários elementos da rede de baixa tensão obsoletos de forma a permitir uma boa qualidade da energia eléctrica e prevenir os incidentes eléctricos;

3.2.13 - Programa de construção de habitação a custo controlado

Tem como objectivo reforçar a capacidade técnica e institucional do instituto de habitação e garantir o acesso das populações às habitações de baixo custo.

No quadro deste objectivo destaca-se as seguintes realizações:

- ✓ Celebração do contrato com investidores estrangeiros nomeadamente a Empresa Gallactoriagem / Portugal e com o Instituto de Habitação e Imobiliária (IHI) para a elaboração da Maket com modelo de casas T1, T2 e T3 no projecto da arquitectura para o espaço em Almas e gaveto de Guadalupe;
- ✓ Visita ao bloco de apartamentos em Bombom e a recepção provisória;
- ✓ Reuniões com os beneficiários de casas do Estado pertencentes ao IHI com objectivo de regularizar os pagamentos das rendas;
- ✓ Reforço de capacidade na cobrança das dívidas;
- ✓ Entrega à Procuradoria-geral da República e ao Tribunal Tributário as processos dos beneficiários dos aportamentos do Estado para efeito de cobrança coerciva das dívidas. Realização dos descontos aos funcionários públicos e que se encontram em estado de incumprimento;
- ✓ Recepção do título de posse de um talhão em S. Marcos para construção de bairro habitacional;
- ✓ Submissão ao Governo do projecto de Decreto sobre o modelo para cobrança das casas/apartamentos do Estado;
- ✓ Realização de obras de conservação do edifício sede do IHI;
- ✓ Revisão das condições de trabalhos dos funcionários incluindo o aumento salarial;
- ✓ Reparação de alguns equipamentos de escritório, equipamento de frio e viaturas;

- ✓ Aquisição de um computador.

D - Vertente de **Integração das questões relativas a alterações climáticas nas políticas do desenvolvimento do país.**

3.2.14 - Programa de Integração das questões relativas a alterações climáticas nas políticas de desenvolvimento

Está em curso o projecto de adaptação às mudanças climáticas para as zonas costeiras financiado pelo Fundo Mundial de ambiente – GEF que já foi mencionado neste relatório.

Constrangimentos do eixo II

Os principais constrangimentos identificados na implementação dos projectos /acções dos programas deste eixo prendem-se com:

- Recursos financeiros limitados e insuficientes para financiar os projectos/acções previstas;
- Recursos humanos pouco qualificados;
- Dificuldade de aquisição de estufas para realização de feiras agrícolas fazendo a mesma ser realizada em barracas precárias não compatíveis com a preservação do meio ambiente e do ecossistema contribuindo para o abate de árvores para a obtenção de materiais de construção;
- Ocorrência de praga de cosmopolites que atacaram fortemente a cultura de bananeira – pão e presença de animais soltos que causaram prejuízo avultados aos agricultores;
- Problemas derivados de alterações climáticas (chuvas irregulares comprometeram a instalação das parcelas demonstrativas a tempo e hora).
- Não cumprimento das recomendações técnicas traçadas pela equipa técnica da pecuária;
- Dificuldade de aquisição de suplementos para a alimentação dos animais principalmente dos reprodutores importados (Brasil);
- Inexistência de leis e atraso na sua aprovação principalmente a lei que regulamenta a entrada e comercialização de equipamentos com HCFC;
- Carência de um edifício propício e conveniente para o desenvolvimento das actividades de algumas instituições públicas principalmente a APCI e falta de meios (página Web, programa de rádio e televisão) para divulgação dos seus serviços;

- Fraca participação da APCI e do tecido empresarial nacional em eventos internacionais destinados a promoção de investimento (feiras, exposições, conferências e workshops);
- Fraca participação das comunidades na preservação e manutenção das infra-estruturas construídas de preservação do meio ambiente;
- Falta de cumprimento por parte das empresas de algumas recomendações exigidas, necessidade constante de importação de material para os trabalhos de construção civil e reabilitação de estradas, atraso na execução e na entrega das obras;
- Medidas de controlo do vírus da ébola comprometeu a deslocação de alguns quadros da DRCAE ao exterior para participar numa formação de capacitação.

Conclusões e Recomendações do eixo II

Apesar dos constrangimentos identificados na implementação das acções e projectos em 2014, constatou-se que para a promoção do crescimento económico sustentável esforço foram feitos pelo Governo com apoio dos parceiros para que alguns resultados fossem alcançados neste eixo.

Entretanto, recomenda-se que esforço financeiro adicional deve ser feito para que: os projectos programados quer no PAP como no OGE sejam realizados, os quadros técnicos sejam formados e capacitados continuamente, as leis e os decretos sejam aprovados e actualizados principalmente o decreto que regulamenta a entrada e comercialização de equipamentos com HCFC no país e a alteração do novo estatuto da DRCAE.

Na vertente do sector primário é necessário dar continuidade a política de apoio a produção e fornecimento de mudas de exportação e de culturas alimentares e persistir na assistência e a fiscalização técnica às plantações agrícolas existentes.
É imprescindível reparar os secadores solares existentes do centro de Nova Olinda, aumentar a campanha de sensibilização junto aos criadores e fazer um maior acompanhamento dos mesmos de forma aplicarem as recomendações traçadas pela equipa técnica da pecuária para o melhoramento nutricional dos animais inseminados, no combate as pragas de cosmopolites e no acompanhando o comportamento das dos animais durante as pastagens.
Necessário se torna adoptar medidas de combate a prática de roubo, de abate clandestinos de animais e aos animais soltos; Implementar a lei das florestas e as medidas de reflorestação; esforço financeiro adicional para aquisição de estufas e

tendas para realização de eventos agrícolas (feiras agrícolas); apostar na formação contínua dos quadros técnicos em várias especialidades agrícolas.

Na vertente de desenvolvimento do sector privado deve-se fazer os démarches para o arrendamento, construção ou aquisição de um novo edifício para a instalação da APCI, promover maior participação da mesma e do tecido empresarial nacional em eventos internacionais destinados a promoção de investimentos (feiras, exposições, conferências, workshop, etc), criar página Web e difundir programas televisivos sobre mercado são-tomense e as oportunidades de negócio nele existente, elaborar um calendário sobre eventos (feiras, fóruns de negócio, etc) destinados à promoção do investimento, produtos e serviços nacionais no território nacional e entre outros.

Na vertente de infra-estruturas económicas deve-se continuar com as acções de reabilitação de pistas rurais levadas a cabo pelo GIME, requalificação e construção de casas rurais. Realizar campanhas de sensibilização junto à população na preservação e manutenção das infra-estruturas. Apetrechar a nova torre de observação meteorológica do aeroporto internacional e adquirir consumíveis para novas estações clássicas.

3.3 - Eixo III - Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos

O desenvolvimento do capital humano constitui o pilar da participação activa da população, tendo em conta que a mesma constitui um dos recursos de maior riqueza do país, sendo agente de transformação do espaço geográfico e dos recursos naturais neles presentes, através do conjunto de actividades que permitem a satisfação das necessidades humanas.

O eixo desenvolve-se em três sectores fundamentais a saber, Educação, Saúde e Água e Saneamento do Meio, contribuindo irrefutavelmente para a redução da pobreza. Para o efeito, foram definidos os seguintes objectivos estratégicos:

- Desenvolver uma educação de qualidade e promover a formação profissional nos domínios prioritários de desenvolvimento;
- Assegurar que 100% das crianças e jovens em idade escolar concluam o Ensino Básico até 2016;
- Garantir até 2016 que 100% da população tenham acesso aos serviços básicos de saúde e de qualidade.

Para o cumprimento desses objectivos, foram definidos programas, em duas vertentes, que serão analisadas de acordo às acções e projectos desenvolvidos no ano 2014.

As medidas e os indicadores encontram-se em anexo.

A - Na vertente **Melhoria do acesso, equidade e qualidade no sistema de Educação e da formação** temos os seguintes programas**.**

i) Pré-escolar
ii) Ensino básico
iii) Ensino secundário técnico profissional
i) Ensino superior e formação
ii) Ensino recorrente/alfabetização

3.3.1 - Programa pré-escolar

Tem como objectivos: Tornar o acesso ao ensino pré-escolar (3-5 anos) universal, obrigatório e gratuito e dispensar um ensino pré-escolar de qualidade para todas as crianças Santomenses, incluindo aquelas com NEE.

No contexto de acessibilidade, foi feita a:

- ✓ Concepção do terreno pela Câmara de Mé-Zochi e lançada a primeira pedra para a construção de um Jardim de Infância na zona de Bobo Forro.

Relativamente à qualidade, foram feitas:

- ✓ Adopção do instrumento orientador das actividades pedagógicas para o currículo de 4 anos para 17 escolas;
- ✓ Elaboração dos conteúdos curriculares para quatro áreas de conhecimento: Linguagem Matemática, Meio Físico e Social e Expressões Artísticas no quadro do projecto levado a cabo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC.

3.3.2 - Programa de ensino básico

No âmbito deste programa, também, destacam-se 2 aspectos: Acessibilidade e qualidade.

No que tange à acessibilidade, foram feitas:

- ✓ Reabilitações das Escolas de Diogo Vaz e de Morro Peixe;
- ✓ Construção de duas salas de aula na localidade de Morro Peixe;
- ✓ Construção de uma escola de raiz na zona de Agostinho Neto.

Relativamente à qualidade, destacam-se os seguintes projectos:

a) Reforço Institucional e Qualitativo do Ensino (RIQUEB) cujas realizações durante o período concentraram em:

- ✓ Elaboração dos manuais metodológicos de Ensino das Expressões, Matemática, Ciências Naturais e Língua Portuguesa para os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE);
- ✓ Elaboração de manuais de orientação de avaliação;
- ✓ Elaboração de 45 materiais didácticos de apoios às actividades de formação inicial (aos alunos que frequentam ISEC);
- ✓ Formação inicial de 45 alunos;
- ✓ Formação de 21 professores;

b) Educação de Qualidade para Todos, em que foi feita:

- ✓ A selecção das candidaturas dos consultores para a formação dos formadores.

Ainda no contexto da melhoria de qualidade e do acesso desse nível de Ensino, foram realizadas outras acções como:

- ✓ Reabilitação das casas de banho e escolas de, Praia das Conchas, Capela, Atanásio Gomes, Bobo Forro, Oquê-Del Rei, Manuel da Trindade Sousa Pontes, José Bouças, Francisco Tenreiro, Porta Alegre e Madalena, Santa Catarina;

- ✓ Construção das cantinas escolares e refeitórios nas escolas de Almas, Neves e Santana, através da cooperação com o Brasil;

3.3.3 - Programa de ensino secundário técnico profissional

Tem como objectivos, alargar até 2016, o ensino secundário como ciclo completo nos distritos do país; proceder à reforma curricular e pedagógica que propicie alto coeficiente educativo, facilitar a inserção socioprofissional dos alunos que terminam 9ª e 12ª classe; promover uma política firme e voluntarista de formação técnico-profissional; criar e desenvolver uma entidade encarregue da promoção, gestão e coordenação da formação técnico-profissional de qualidade, formar e capacitar recursos humanos qualificados em diversas áreas.

Quanto à acessibilidade:

Foi construída uma escola em Ribeira Afonso com 5 salas de aulas e 1 polivalente e encontra-se em curso a construção da escola de Porta Alegre.

Alargou-se o nível de 9º ano para a Escola de Porta Alegre, 10º ano para as escolas de Bombom e Desejada, 11º ano para as Escolas de Guadalupe, Santana, e Angolares e 12º ano à Escola Maria Manuela Margarido.

No contexto da melhoria de qualidade, diversas acções tiveram continuidade, através do apoio de Portugal enquanto parceiro de desenvolvimento, para melhorar as competências dos professores desse nível de Ensino:

- ✓ Formação Contínua de 158 professores para melhorar as competências dos mesmos:

Tabela nº5: Nº de Professores Formados

Didáctica geral I		Prática de Escrita I	
Escolas Envolvidas	Professores formados	Escolas Envolvidas	Professores formados
Santana, Água Izé, Colónia Açoriana	30	Liceu Nacional, Patrice Lumumba e Almas	20
Desejada e Guadalupe	26	Liceu Nacional, Patrice Lumumba e Bombom	17
Liceu Nacional, Patrice Lumumba e Bombom	13	Angolares e Porto Alegre	18
Neves e Santa Catarina	16	Maria M. Margarido e Trindade	18
Total	85		73

Fonte: Projecto Escola +/Educação para Todos

- ✓ 2.334 Textos de apoio aos alunos foram disponibilizados;
- ✓ 154 Visitas foram realizadas às escolas e prestados apoios metodológicos.

No âmbito das formações técnico-profissionais, o Governo procurou apoiar a concretização desses objectivos, através da formação profissional nos diversos Centros de Formação:

Formação profissional - Centro de Budu-Budu

Foram formados jovens que pretenderam aprender uma arte, assim como os que procuram o primeiro emprego e jovens mães com responsabilidades familiares:

- ✓ 133 Formados, entre os quais, jovens, adultos e trabalhadores empregados e 216 transitaram para 2015.

Formação profissional - Centro de Brasil - São Tomé e Príncipe

- ✓ Foram formados 511 jovens e adultos dos 18 anos a 59 anos, e de classes a partir de 6ª à 12ª, incluindo alunos com formação superior. Dos 511 formados, 151 são do sexo feminino e 360 do sexo masculino.

Tabela do nº 6: Formados no Centro de Formação São Tomé e Príncipe – Brasil

	Especialidades																	
	Informática		Pedreiro de Alvenaria e Acabamento		Armador de Ferragens		Pedreiro de Betão Armado		Instalador Hidráulico		Electricidade Instalador Prediar		Padaria e pastelaria		Operador de processo		Padeiro Confeiteiro	
Sexo	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
	92	88	30	2	19	1	28	2	74	21	104	4	3	14	3	7	7	12

Total	180	32	20	30	95	108	17	10	19
Total	----------**511** ----------								

Fonte: Centro de Formação Profissional Brasil - São Tomé e Príncipe

Formação profissional (Centro Profissional)

- ✓ Foram formados 21 alunos, distribuídos pelos diversos cursos, sendo 6 alunos para o curso de Mecânica auto, 9 alunos para Estrutura Metálica e 6 para Construção Civil.

3.3.4 - Programa de ensino superior e formação

Este programa tem como objectivo garantir o acesso em função da necessidade do mercado do trabalho e melhorar a qualidade de ensino; promover e incentivar a formação à distância.

Como forma de garantir a acessibilidade à formação em função da necessidade do mercado de trabalho,

- ✓ 38 Alunos foram beneficiados com bolsa de estudo para estrangeiro, sendo 27 feminino e 11 masculino.
- ✓ Deu-se continuidade ao pagamento das bolsas internas.

3.3.5 - Programa de ensino recorrente/alfabetização

Este programa visa erradicar o analfabetismo dos jovens e adultos maiores de 15 anos e reforçar a capacidade institucional da Direcção de Educação para Juventude e Adultos (DEJA).

Para dar resposta aos objectivos acima, foram:

- ✓ Colocados à disposição 2500 manuais, sendo 500 manuais para professores e 2.000 para alunos, tendo sido possível alfabetizar 1.104 jovens e adultos, sendo 653 mulheres e 451 homens.

Desses jovens e adultos alfabetizados, 282 alunos foram matriculados na 4ª classe, sendo 113 homens e 169 mulheres. Dos matriculados, 88 alunos concluíram este nível de ensino, 39 mulheres e 49 homens. 16 Mulheres ingressaram no 2º ciclo do Ensino Básico e 27 homens também ingressaram no mesmo nível de Ensino

B - Na vertente **Melhoria do acesso e da qualidade da saúde, do abastecimento em água e de saneamento de base.**

Com esta vertente pretende-se contribuir para a melhoria no acesso e equidade dos serviços de cuidados de saúde, tanto na componente preventiva como curativa, bem como a melhoria no acesso à água potável e ao saneamento básico, cujos programas previstos são:

i) Prestação de cuidados de saúde
ii) Reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água.
iii) Melhoria do acesso ao saneamento básico

3.3.6 - Programa de prestação de cuidados de saúde

No âmbito deste programa, o Governo com o apoio dos parceiros, designadamente Fundo Global, FNUAP, Brasil, Cooperação Portuguesa, UNICEF, OMS; Taiwan; Fundo Global, PNUD e o ONGD - IMVF realizou actividades em torno dos Programas Nacionais de Luta contra o VIH/SIDA, Tuberculose, Malária e Saúde Reprodutiva:

- ✓ Disponibilização de testes de diagnóstico, antirretrovirais e tuberolostáticos e da condução de actividades de diagnóstico, despistagem e aconselhamento.

Como corolário desses apoios foram:

- ✓ Adquiridos os principais consumíveis e medicamentos, dentre os quais realçamos os medicamentos AVR para os portadores do HIV/SIDA e Tuberculose e paludismo.

Essas aquisições permitiram que no contexto do HIV/SIDA:

- ✓ 398 Pessoas estivessem sob o tratamento com o ARV, sendo 260 mulheres e 138 homens. Destas, 104 são casos novos que iniciaram o TARV, sendo 53 feminino e 51 masculino. O que quer dizer que 11 casos não iniciaram o TARV, tendo em conta que os casos novos são 118, em 2014.

- ✓ A distribuição de 635.136 preservativos, sendo 629.638 masculino e 5.498 feminino em todos os distritos sanitários acompanhado por acções de sensibilização e aconselhamento.

- ✓ 105 Órfãos e crianças que vivem com HIV que receberam o apoio nutriticional, educacional e psicológico no quadro das constribuições dos parceiros.

Relativamente à tuberculose:

- ✓ 28 Casos com HIV estiveram sob TARV, sendo 11 masculino e 17 feminino.

Na luta contra o paludismo procedeu-se à:

- ✓ pulverização intra-domiciliar regular, a distribuição em massa de mosqueteiros impregnados, a aquisição de medicamentos, testes e tratamentos.

A realização do programa Nacional de Luta Contra o Paludismo de saúde concretizados pelo Governo e dos parceiros de Desenvolvimento fizeram com que o país tivesse um baixo nível de transmissão do paludismo:

- ✓ Menos de dois mil casos, concretamente 1.817 casos em 2014, face aos 9.245 casos em 2013.
- ✓ A ilha do Príncipe esteve em situação de pré-eliminação do paludismo e a de São Tomé na fase de consolidação.
- ✓ Não houve nenhum registado de mortes por paludismo em todo o país em 2014.

Ainda no contexto da Saúde, o governo em parceria com as ONG, tem desenvolvido todo um conjunto de acções que tem contribuído para a melhoria dos indicadores de saúde. Por exemplo: com o Instituto Marquês de Vale Flor (IMVF) financiado pela Cooperação Portuguesa, em 2014, permitiu através do Programa Saúde Para Todos:

- ✓ Alargar os cuidados de saúde a toda população do país, especificamente os Cuidados Preventivos e Primários, os Cuidados Especializados, Telemedicina e de Luta Contra as Doenças Não Transmissíveis.

Relativamente à protecção materno-infantil e planeamento familiar deu-se a:

- ✓ Continuidade de consultas neste domínio em todos os distritos sanitários.
- ✓ Foi assegurada a continuidade das acções de informação e sensibilização, junto dos utentes dos centros e postos de saúde, em escolas, jardim-de-infância, junto de professores, alunos e respectivos familiares, para a importância da vigilância da saúde e progressiva adopção de hábitos de higiene e comportamentos mais saudáveis para a prevenção de doenças.

No âmbito da prevenção e controle de doenças crónicas, ao longo de 2014, foram:

- ✓ Mantidas actividades de sensibilização e aconselhamento, essencialmente junto de utentes dos postos e centros de saúde, para o progressivo abandono e comportamentos de risco associados às doenças crónicas e não transmissíveis e adoção de hábitos de vida mais saudáveis, através de afixação de cartazes informativos e distribuição de brochuras infoprmativas, também através de campanhas nos meios de comunicação locais, tv e rádio.

No quadro desta parceria destacam-se as principais realizações e resultados em 2014:

Tabela nº 7: Principais realizações da ONG IMVF	**Resultados (2014)**
1- Cuidados primários: Autonomia e Eficácia	
Consultas de Planeamento Familiar e Protecção Materno-Infantil (pré-natal e pós-nata)	88.293/ pré-nal 10.473 e 35.714 pós-parto
Consultas médicas de especialidades de medicina geral e familiar, medicina interna, Ginecologia-obstetrícia, pediatria, cirurgia geral, psiquiatria e estomatologia	78252
Crianças receberam doses de desparasitante	39.916
Vacinas administradas (BCG, PÓLIO, Sarampo, Antitetânica, entre outras)	78.813
2- Projecto de luta contra as doenças não transmissíveis	
Spots televisivos e radiofónicos produzidos	
Cartazes e brochuras impressos, distribuídos e afixados	
Artigos publicados na imprensa são-tomense	
3- Projectos de cuidados especializados e telemedicina	
Missões de 8 especialidades médicas de curta duração	74
Consultas realizadas	3.244
Intervenções cirúrgicas das especialidades médicas abrangidas realizadas	60

Fontes: Relatório Global de Execução Técnica, Narrativo e Financeiro de Saúde para Todos - IMVF,2014

3.3.7 - Programa de reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água

No âmbito deste programa destacam-se os seguintes projectos que tiveram início em 2014:

- ✓ Reabilitação e Extensão do Sistema de Água Potável da Cidade de Neves. Este projecto tem como objectivo o fornecimento de água potável, através da construção de captação-adução-ETA-reservatórios-distribuição-ligações domiciliárias às populações das Neves, Ponta Figo, Monte Forte e Arribana de Praia de Generosa;

- ✓ Reabilitação e Extensão do sistema de Abastecimento de Ribeira Afonso, também, tem como objectivo o fornecimento de água potável, através da construção de captação-adução-ETA-reservatórios-distribuição-ligações domiciliárias às populações de Ribeira Afonso e Alto Douro, e se encontrava na fase de negociação com a Empresa Mota Engil por causa de um GAP de aproximadamente 800.000,00 USD;

- ✓ Substituição das condutas de adopção e reabilitação da rede de abastecimento de água em Madre-de-Deus e Chácara (EN3), teve os mesmos objectivos acima referidos. Esse projecto encontra-se praticamente parado devido a falta de pagamentos;

- ✓ Reabilitação Extensão do Sistema de Abastecimento de água da cidade de Santana e Água Izé. Os procedimentos encontram-se em curso para se efectuar os empréstimos.

Ainda no contexto desse programa, foram identificadas as áreas de intervenção no quadro do 11º FED na RDSTP no sector de água e Saneamento a saber:

- ✓ Construção de novos sistemas integrados, estudos engenharia e fiscalização das obras;
- ✓ Extensão de redes de distribuição e ramais domiciliares (subsidiado);
- ✓ Reabilitação das redes de distribuição e ramais domiciliares, instalação e contadores;
- ✓ Instalação de macro medidor nas captações e rede primária;
- ✓ Apoio ao laboratório de controlo de qualidade de água.

3.3.8 - Programa de melhoria do acesso ao saneamento básico

Neste programa, destaca-se a preocupação do governo na obtenção de um documento de inventário que servirá de base para elaboração de um programa nacional de aprovisionamento em água potável e saneamento em meio rural até 2030. Para efeito, foram recrutados:

- ✓ 2 Consultores, 1 para SIG e 1 para o inventário;
- ✓ Lançamento de um concurso para o recrutamento de um Gabinete de estudo e de auditoria;
- ✓ Análise das propostas para aquisição de equipamentos informáticos e;
- ✓ Encontra-se em curso o processo de adjudicação para a compra de viaturas.

Destacam-se, igualmente, os seguintes projectos:

Projecto da Demonstração da GIRHBH-RIO Próváz e Reabilitação das Estações hidrométricas.

Relativamente à Demonstração da GIRHBH-RIO Próváz teve como objectivo de maximizar, de forma participativa, os benefícios económicos, sociais da bacia hidrográfica do referido rio de forma equitativa às populações e às empresas, tendo sido realizadas as seguintes acções:

- ✓ Limpeza em conjunto com a Câmara Distrital de Lembá e ONG;
- ✓ Adquiridos materiais de limpeza para a referida Câmara;
- ✓ Reflorestação com a Direcção das Florestas;
- ✓ Recrutado o consultor em hidrologia;
- ✓ Estudo diagnóstico sobre as condições de salubridade em Neves;
- ✓ Construção de jojós na cidade de Neves.

Projecto de Reabilitação das Estações hidrométricas.

Este projecto teve como objectivo fortalecer as capacidades de monitorar as informações climatológicas. Para atingir esse objectivo procedeu-se às compras dos equipamentos e preparação dos locais para instalação dos mesmos.

Constrangimentos do eixo III:

- Fraca apropriação da ENRP II e por conseguinte do Eixo III,
- Inexistência de um sistema integrado de informação inter e intra-ministerial devidamente estruturado, organizado e funcional;
- Insuficiência de recursos financeiros e materiais para implementação de muitos projectos previstos na ENRPII segundo a programação anual;
- Falta de apoio alimentar como incentivo às mulheres e homens a alfabetizar;
- Insuficiência de meios de transporte para a supervisão e seguimento às turmas de alfabetização;
- Desistência dos técnicos com muita experiência no âmbito do ensino de alfabetização;
- Ausência de uma política virada para o abastecimento de água e saneamento básico nas escolas;
- Ausência de uma política de gestão de espaços para obras de carácter público devido a escassez do terreno que se faz sentir em todo espaço nacional;

- O acesso ao Ensino Especial na fase embrionária, assim como o nível de 12º ano de escolaridade.

Conclusões e Recomendações do Eixo III:

Constatou-se que no âmbito do desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos, muitos projectos não foram levados a cabo pelo governo devido a falta de financiamento, pondo em causa o cumprimento do segundo objectivo do eixo. Todavia, através do Ministério de Educação, o Projecto Escola +/Educação para Todos financiado pela Cooperação Portuguesa e das contribuições dos outros parceiros de desenvolvimento, melhorou-se o Ensino secundário, actuando a nível metodológico e do reforço das competências dos professores.

Os parceiros de desenvolvimento como PNUD, UNFP, OMS, UNICEF, Fundo Global, e ONGD (IMVF) com apoio da Cooperação Portuguesa permitiram o alargamento aos cuidados preventivos e primários de saúde, em termos qualitativo, minimizando o risco de transmissão do HIV e DSTs. Verificou-se uma ligeira diminuição de novas infecções por VIH-SIDA (120 novos casos) em 2013 face a 118 novos casos em 2014. Foi melhorada a qualidade de vida dos portadores mais vulneráveis com HIV/SIDA, através do apoio médico e medicamentosa. Desta forma podemos afirmar, que estes apoios contribuíram para que o impacto social e económico da doença em portadores mais vulneráveis com HIV/SIDA, órfãos e crianças vulneráveis em STP, foi reduzida. O processo de apropriação da luta dos diferentes sectores/atores na luta contra o HIV/SIDA em STP foi melhorado.

O sistema educativo conheceu um desempenho positivo, tendo a taxa líquida de escolarização registada uma evolução positiva, 91% em 2012/03 e 99,3%.

No âmbito da cobertura escolar foi, igualmente, mais de 100% (vide a taxa bruta de admissão).

O progresso de escolarização no ensino básico teve impacto nos ciclos seguintes. O ensino secundário aumentou a taxa da sua escolarização pelo facto de ter havido uma escolarização universal no ensino básico.

O governo deve continuar com acções direccionadas para o reforço de qualidade e da eficiência do ensino, formando professores e educadores, aumentando o nº de manuais, materiais de aprendizagens, laboratórios e outros materiais e horas de aulas, entre outros.

Quanto à acessibilidade, é imprescindível que se continue com acções de oferta educativa, reabilitando salas de aulas e escolas e construindo salas de aulas e escolas do segundo ciclo do básico, assim como da Pré-Escolar, mormente nas zonas periféricas do país para continuarmos a atender o segundo objectivo do eixo; reforçando a alimentação escolar, tanto no ensino básico, a fim de se evitar as taxas de abandono e até mesmo de repetência, como no Ensino de Alfabetização para jovens e adultos para assegurar as mulheres alfabetizadas, sobretudo nas comunidades rurais. Por fim, deve consolidar a educação especial, na verdadeira perspectiva de escola para todos.

A nível de Saúde, o governo deve continuar com acções que permitam o desenvolvimento do sistema sanitário nos distritos com enfoque nas periferias destes de forma a continuar a melhorar a equidade e qualidade dos cuidados de saúde, eliminação do paludismo, é preciso que se continue com acções de comunicação para mudança de comportamento na população em geral para a problemática diagnóstico precoce e a importância de adesão ao TARV, aumento do número de preservativos femininos e do seu uso, de forma a caminharmos para zero óbitos, tendo em conta os 41 casos de óbitos e 104 novos casos de SIDA em STP.

Relativamente à água e saneamento, o governo deve mobilizar sinergias para melhorar o acesso e qualidade nesses domínios.

3.4 - Eixo IV - Reforço da coesão e protecção social

A coesão social é um princípio incontornável para a construção de uma sociedade mais integradora e equilibrada, e para diminuição da pobreza. Porém ainda registam-se uma grande desigualdade social inibidora do exercício da cidadania, por um lado, e, por outro, com consequências críticas para o desenvolvimento das crianças, a sobrevivência condigna dos idosos e a participação social dos portadores de deficiência. Os Jovens e mulheres chefes de família engrossam a fila dos grupos mais vulneráveis sem alternativas de ocupação e oportunidades de emprego que lhes permitem a melhoria das condições de vida. Neste contexto as acções e as medidas programadas para este eixo da ENRP-II, visam: i) Promover a identidade Santomense e Valorização do património cultural; ii) Garantir a igualdade e equidade de género; iii) promover iniciativas de protecção eficaz aos grupos sociais vulneráveis ou desfavorecidos através de políticas de apoio a inserção social. Para alcançar esses objectivos foram desígnios quatros seguintes programas: 1) Valorização e preservação da identidade histórico-cultural de STP; 2) Promoção de igualdade e equidade de género; 3) Promoção da juventude e desporto; 4) Desenvolvimento do sistema de protecção social.

Para o cumprimento desses objectivos, foram definidos programas, em duas vertentes, que serão analisadas de acordo às acções e projectos desenvolvidos no ano 2014.

A – Vertente de **Promoção da cidadania e equidade social.**

No âmbito dessa vertente, durante 2014, foram desenvolvidas acções no quadro dos diversos programas; Como passaremos a analisar:

3.4.1 - Programa de valorização e preservação da identidade histórico-cultural de STP

Este programa consiste na promoção e preservação dos valores éticos e morais, culturais da sociedade Santomense.
Não tendo sido disponibilizado informação pelo sector não nos é possível analisar as realizações.

3.4.2 - Programa de promoção de igualdade e equidade de género

Para a promoção de igualdade e equidade de género, o Governo por intermédio do INPG e VBG, durante 2014 desenvolveu acções que contaram com apoios dos parceiros sociais, nomeadamente (UNFPA, UNICEF, PNUD) que permitiram o

desenvolvimento das capacidades institucional e promoção do estatuto da mulher dentre as quais, destacam-se as seguintes:

- ✓ Implementação da Estratégia Nacional Contra Violência Baseada no Género; acção teve o seu início no ano 2014, embora tenha uma meta para sua conclusão em 2017; espera-se combater todas as formas de violência existentes e garantir a protecção das vítimas sem discriminação de sexo idade ou condições sociais.
- ✓ Acção de reforço da resposta à epidemia de VIH/SIDA e às doenças sexualmente transmissíveis aos grupos mais vulneráveis em S. Tomé e Príncipe, através de campanhas de sensibilização e desenvolvimento de parcerias nas áreas sanitárias e jurídica social, designadamente técnicos e profissionais de saúde, agente da polícia, donos de hotéis, restaurantes bar e os participantes das comunidades.
- ✓ Acção de sensibilização em 24 comunidades rurais de São Tomé sobre a importância da integração da mulher no desenvolvimento de S.Tomé de forma a colocar cobro a inúmeros casos de gravidez precoce entre as adolescentes.
- ✓ Acção de capacitação de 20 quadros sectoriais para desenvolver as actividades de seguimento e avaliação da integração de género nas políticas, estratégias, planos e orçamentos sectoriais e da implementação das acções para a igualdade e equidade de género. A INPG no âmbito da acção de capacitação, formou 20 quadros técnicos, incluindo membros das ONG´S em planificação baseada em resultado e em sistema de seguimento e avaliação da integração de género nas políticas e estratégias nacionais e para execução das actividades inscritas na agenda do desenvolvimento permitindo deste modo a INPG criar uma equipa de trabalho multissectorial mais alargada, para desenvolver as actividades de seguimento e avaliação para integração de género nas políticas, plano e orçamentos nos Ministérios da saúde, educação e Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural e da implementação das acções para igualdade e equidade de género.

3.4.3 - Programa para promoção da juventude e desporto

Este programa visa potenciar a prática de desporto juvenil nas mais diversas modalidades enquanto, promotor da saúde física e psicológica e promover a integração social e profissional dos jovens.

No âmbito desse programa foram realizadas as seguintes acções:

- ✓ Capacitação de 110 jovens em matérias do empreendedorismo juvenil no ramo do artesanato e estilismo, como forma de dotarem os jovens dos instrumentos necessários para autosustento.
- ✓ Sensibilização de 500 jovens em matéria de ocupação dos tempos livres.
- ✓ Advocacia junto aos membros do Governo para criação de um espaço polivalente (lazer, formação, informação).
- ✓ Promoção do intercâmbio juvenil, a fim de ver reduzido o nível de comportamento de riscos entre jovens.
- ✓ Criação de associação com 70 jovens a fim de desenvolverem programas de voluntariado e de solidariedade.
- ✓ Realização e participação em eventos nacionais e internacionais para jovens.
- ✓ INJ ao longo do ano em análise fomentou intercâmbio de 400 jovens a nível das comunidades locais.

  Ainda com o apoio de parceiros de desenvolvimentos encontram-se em curso:
- ✓ Reabilitação do parque EX-SNECA com vista a proporcionar aos desportistas melhores condições de trabalho.
- ✓ Projecto Centro de Medicina Desportiva com capacidade de resposta as exigências médicas de alta competição permitindo ao país concorrer para as realizações dos campeonatos africanos.
- ✓ Reabilitação e Ampliação de pista Tartan e requalificação do estádio 12 de Julho permitindo acolher eventos nacionais e internacionais para praticantes de atletismo e futebol.
- ✓ Construção do polo Desportivo em Água Grande e Cantagalo para acolhimento das crianças, jovens e adultos à praticarem mais desporto.
- ✓ A terraplanagem, aterro, drenagem, construção e montagem das balizas, do campo de futebol da trindade

B – Vertente **Assistência e Protecção Social**

No âmbito dessa vertente foram desenvolvidas acções nos diversos programas:

3.4.4 - Programa de desenvolvimento do sistema de protecção social

Visa melhorar a capacidade institucional de intervenção no domínio da protecção social e garantir as condições mínimas de sobrevivência aos grupos mais vulneráveis da sociedade.

Neste domínio para melhorar a capacidade de intervenção institucional do sistema de protecção social, o Governo contou com apoio de UNICEF em 2014 para levar a cabo as seguintes acções:

- ✓ Apoio as pessoas portadoras de deficiências, cujo objectivo foi de apoiar as associações ADSTEP, ACASTEP como forma de evitar a discriminação e exclusão social. Foram apoiadas 2.300 pessoas nesta acção;
- ✓ Acolhimentos de meninos de rua (crianças vitimas de violência, maus tratos e abandono-SOS), cujo objectivo consiste na construção de infra-estruturas para acolher essas vítimas com essa acção 30 meninos de rua foram protegidos, em 2014 embora o projecto encontra-se na sua face inicial.
- ✓ 90% das instituições foram articuladas em matéria de apoio aos projectos de desenvolvimento da rede protecção social, com objectivo de promover maior articulação a nível das execuções dos projectos sociais.
- ✓ Apoio a integração social dos grupos mais vulneráveis ficando definidas quatro componentes:

- ➢ **Mães carenciadas**,

Consistiu na atribuição de subsídio às mães ou avós chefes de família em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Foram atribuídos subsídios à 1.224 famílias chefiadas pelas mães ou avós, tendo sido beneficiadas 3.672 crianças no regime escolar obrigatório.

Tabela nº 8 Atribuição de subsídio as mães ou avós chefes de famílias

Distrito	Nº de Beneficiários
Água Grande	232
Mé-Zochi	203
Cantagalo	201
Lobata	187
Lembá	182
Caué	108
Pagué	111
Total……	**1224**

Fonte: Dados obtidos através da Direcção de Protecção Social e Solidariedade

- ➢ **Subsídio não conhecido e subsídio contínuo**

Consistiu em apoiar idosos que nunca descontaram para o INNS; idosos que tiveram descontos pouco expressivo no INSS, o programa abrange ainda

pessoas portadoras de deficiências, doentes crónicos e órfãos, através desta acção, em 2014, 3.045 idosos tiveram acesso à esse subsídio.

Tabela nº9: Subsídio contínuo e não Conhecido

Distritos	Nº de Benificiários
Água Grande	906
Mé-zochi	483
Cantagalo	474
Lobata	429
Lembá	329
Caué	180
Pagué	244
Total	**3.045**

Fonte: Dados obtidos através da Direcção de Protecção Social e Solidariedade

- ✓ Projecto Cozinha social (Atribuição de um prato quente aos idosos carenciados) com objectivo de atribuir um prato quente aos idosos, e pessoas portadoras de deficiência mental e física grave, em situação de pobreza e vulnerabilidade social e na maioria dos casos de abandono familiar, com esta acção em 2014 cerca de 300 idosos passaram a usufruir de um prato quente o que lhes permitiu atingir uma melhor alimentação.
- ✓ Construção e Reabilitação de casas, distribuição de Materiais de construção civil, apetrechos, géneros Alimentícios, vestuários, e batas uniformes e materiais escolares
- ✓ 17 ONG's foram apoiadas como acção de apoio às ONG's Parceiras da DPSS como forma de darem respostas as questões do desenvolvimento sociais que afectam as Populações;
- ✓ 398 Idosos e 240 crianças foram abrangidos pela acção de apoio a Stª Casa da Misericórdia, e consistiu no apoio atribuído pelo MASAS à Stª Casa, de forma à contribuírem na gestão do lar Semôa Godinho. Neste contexto, outras instituições também foram abrangidas, em 2014, como:

Tabela nº 10: Principais indicadores de Crianças em situação de risco Acolhidas em Instituições Vocacionadas

Instituição	Rapazes	Raparigas
Arcar de Centro de Mesquita	50	
Arcar de Bairro de Liberdade	33	32
Arcar Mulundo	11	5
Caritas	13	12
Fundação novo Futuro	16	5
Total.....	**123**	**54**

Fonte: Santa Casa da Misericórdia

Ainda no quadro de protecção Social é relevante o papel que joga a Santa Casa da Misericórdia, no quadro da cooperação portuguesa, dando respostas sociais nos centros de apoio à infância, centros sociais de apoio aos idosos, aos domicílios nos diferentes Distritos do País incluindo o RAP, centros comunitários, etc. A tabela nº 10 abaixo reflecte os indicadores de resultados das intervenções destas instituições registado em 2014 contribuindo assim para redução da extrema pobreza e não só, no país.

Tabela nº 11: Principais Indicadores de Resultados das Actividades da Santa Casa de Misericórdia em 2014

Nº	Principais Indicadores	Execução (2012)	Execução (2013)	Execução (2014)
1	Nº de posto de trabalho apoiado	87	86	103
2	Nº de funcionários apoiados pela formação	8	10	39
3	Nº total de crianças/jovens apoiadas	1.177	717	912
4	Nº de idosos apoiados em regime de internato	86	86	88
5	Nº de idosos apoiados em regime de externato	321	328	352
6	Nº de refeições servidas aos idosos nos Centros	216.108	234.048	204.672
7	Nº de refeições entregues ao domicílio	69.888	80.868	95.472
8	Nº de refeições servidas às crianças nos Centros	36.084	36.084	32.680
9	Nº de visitas efectuadas com os idosos a diversos pontos do país	8	6	8
10	Nº de idosos envolvidos na preparação de actividade diversas	152	162	102
11	Nº de jovens e crianças que participam nas diversas atividade programadas	1.293	777	1.635
12	Nº de idosos apoiados com serviços básicos de saúde	337	344	385
13	Nº de crianças apoiadas com serviços básicos de saúde	227	166	171
10	Nº de idosos envolvidos na preparação de actividade diversas	152	162	102
11	Nº de jovens e crianças que participam nas diversas atividade programadas	1.293	777	1.635
12	Nº de idosos apoiados com serviços básicos de saúde	337	344	385
13	Nº de crianças apoiadas com serviços básicos de saúde	227	166	171
14	Nº de cabazes distribuídos aos idosos	1.029	4.016	1.384
15	Nº de familiares que participam nas formações	220	200	30
16	Nº de familiares que participam nas formações	55	62	0
17	Nº de familiares que participam nas	1.184	750	1.150

	campanhas de sensibilização nas comunidades			
14	Nº de cabazes distribuídos aos idosos	1.029	4.016	1.384
15	Nº de familiares que participam nas formações	220	200	30
16	Nº de familiares que participam nas formações	55	62	0
17	Nº de familiares que participam nas campanhas de sensibilização nas comunidades	1.184	750	1.150

Fonte: Dados fornecidos pela Santa Casa de Misericórdia

Por outro lado, algumas ONG's vem desenvolvendo acções que concorrem para os objectivos do programa deste eixo dentre elas a Fundação Novo Futuro e a Associação Naturais e Amigos de Santo Amaro (ANASA).

No que concerne à Fundação Novo Futuro, em 2014, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- ✓ No domínio de educação, formação e aproveitamento escolar os trabalhos incidiram sobre o acompanhamento pedagógico diário da equipa do lar e voluntários as crianças/ jovens, contacto regulares com os Directores de turma, estabelecimento de parcerias com a Universidade de Aveiro e Braga e as escolas profissionais de Portugal, visitas de acompanhamento aos meninos bolseiros que se encontram em Portugal.

  No período 2013/2014, 100% das crianças /jovens transitaram de ano.

- ✓ No domínio da saúde, as crianças/ jovens beneficiaram de assistência médica em várias ocasiões e em diversas especialidades. Uma criança foi evacuada para Portugal para efeitos de recuperação;
- ✓ Efectivaram-se 3 saídas de jovens da associação sendo que dois fizeram a formação profissional e estão colocados numa das unidades hoteleiras do país mas continuam beneficiando de acompanhamento semanal e de apoios pontuais para a autonomia. O outro está cumprindo o serviço militar;
- ✓ Reintegração de três jovens na Fundação oriundos de angolares por questões de dificuldades alimentar e de deslocação dos mesmos diariamente da roça soledade à angolares para capital;
- ✓ Submissão da proposta da criação de um Comité para selecção e seguimento das crianças e jovens da Fundação;
- ✓ Continuação da 3ª fase do projecto Meninos da Rua com apoio da CPLP

- ✓ Exposição do livro " Vozes de Nós" na Alliance Francaise, Missão de Cooperação, CACAU, Lar Virgínia Silva, Centro Cultural Português e na Ilha do Príncipe;
- ✓ Realização de feira de solidariedade intitulada " Mãe solidária" com o tema " ajude-nos a ajudar" e participação no festival Gravana com exposição/venda de artigos, produtos de costura, bordados, sorteios e rifas para angariação de fundos;

Quanto à ANASA, no âmbito das suas atribuições, destacam-se as seguintes realizações em 2014:

- ✓ Distribuição de cabazes a todos os combatentes do massacre de 53 das 16 localidades que compõem a ANASA e almoço de confraternização com os mesmos e alguns idosos da freguesia de Santo Amaro;
- ✓ Visita aos sinistrados da maré alta em Santa Catarina e entrega de cabazes (roupa e géneros alimentícios);
- ✓ Inauguração do centro de informática para os jovens na localidade de Santo Amaro;
- ✓ Entrega de materiais didácticos e géneros alimentícios às escolas básicas de Boa Entrada e de Santo Amaro e Escola secundária de Santo Amaro.

Constrangimentos do Eixo IV:

Pôde-se constatar que de uma forma geral, as instituições deparam com inúmeras dificuldades, mormente a nível financeiro, logísticos e de transporte, interdependência das actividades, de capacitação dos recursos humanos e, desmotivação por parte dos mesmos, a cultura de desigualdade de género, fraca implementação da lei 11/2008, entre outos.

Conclusão e Recomendações do Eixo IV:

No que toca ao eixo IV, nota-se um grande esforço por parte das instituições em fazer cumprir os programas estabelecidos na Estratégia Nacional de Redução de Pobreza 2012/2016 nas duas vertentes, a de promoção da cidadania e equidade social e na vertente assistência e protecção social, tendo sido levadas a cabo pelas instituições inúmeros projectos e/ou acções com vista a melhoria das condições de vida das populações menos protegidas, sobretudo dos jovens. Porém, muitas actividades

programadas não teve início por falta de financiamento, pelo que recomenda-se que o governo tenha em atenção os seguintes pontos:

- Alargamento do valor orçamental no âmbito de protecção social para um maior apoio aos deficientes, mães carenciadas, idosos;
- Criar mecanismo financeiro para um maior apoio à instituição do INPG;
- Capacitar os quadros técnicos em matéria de especialidades dirigidas às actividades desempenhadas pelo INPG;
- Implementação da estratégia de formação para a integração de género no desenvolvimento;
- Realização de sessões de advocacia junto às autoridades competentes viradas para questões de género e promover os direitos das raparigas e igualdade de género
- Reforçar a capacidade das OSC e ONG para promover os direitos reprodutivos e a autonomia da mulher e
- Impulsionar novas actividades geradoras de rendimento nas comunidades, como costura, cabeleireiro, culinária transformação dos produtos.

Capítulo IV: Análise de execução financeira

O Programa de Acções Prioritárias (PAP) 2013-2016 constitui o quadro de referência e o instrumento de mobilização de recursos junto aos parceiros de desenvolvimento para a ENRP II. Este justifica-se pela necessidade de priorizar e programar as acções com vista a materialização dos objectivos da ENRP II. A sua implementação vai depender da capacidade de mobilização dos recursos seja interno ou externo.

Para o período 2013-2016, o PAP foi estimado em 6.889.382 milhões de dobras sendo que para o ano 2014 foi previsto 2.106.685 milhões de dobras.

Para o tratamento deste capítulo, com base nos dados preliminares fornecidos pela Direcção de Contabilidade Pública, foi feito o enquadramento dos projectos do Programa de Investimento Público (PIP) do ano 2014 às acções previstas no PAP para o referido ano aos diversos programas que compõem os quatro eixos da ENRP II, respeitando os objectivos de cada eixo e de cada programa.

Com base neste enquadramento apurou-se que o montante programado para a execução da ENRP II em 2014 representou 67% do montante previsto no PAP, 48 % do OGE programado e 79% do PIP programado, ou seja, Dbs.1.406.673.589.954,00 (Um *bilhão, quatrocentos e seis mil milhões, seiscentos e setenta e três milhões. Quinhentos e oitenta e nove mil e novecentos e cinquenta e quatro dobras)*.

Entretanto, a execução financeira no período em estudo não foi além dos 17% em relação ao PAP programado, 25% do PIP e 12% do OGE.

Tabela 12 : Programação/ Execução

Eixos	PAP programado	Programação ENRP	Realização ENRP	ENRP realiz/PAPprogr	ENRP realiz/ ENRP prog
I	264.108.000.000,00	406.902.691.563	71.396.364.571,73	27%	18%
II	1.236.790.000.000,00	663.629.237.279	174.958.096.079,58	14%	26%
III	565.605.000.000,00	290.262.914.547	88.360.767.509,38	15%	30%
IV	40.735.000.000,00	45.878.746.565	17.378.062.232,43	43%	38%
Total	**2.107.237.000.000,00**	**1.406.673.589.954***	**352.093.290.393,12***	**17%**	**25%**

Fonte: elaborada pela DMA,2015

O baixo nível de execução pode ser explicado pela fraca entrada de recursos externos para financiar o OGE em 2014, especialmente o PIP. Os recursos externos, como já vem

* Dados preliminares

sendo em alguns anos, constituem a principal forma de financiamento do OGE e o ano em estudo não foi diferente como se pode observar no quadro a seguir.

Tabela nº 13: programação/execução segundo fonte de financiamento

	Programação	% prog	Realização	%Real	Realiz %
Recursos externos	**1.287.997.092.070,50**	**92%**	**306.356.379.279,38**	**0,87**	**24%**
Donativo	682.276.302.117,00	53,0%	130.476.798.979,80	0,43	19%
Emprestimo	605.720.789.953,50	47,0%	175.879.580.299,58	0,57	29%
Recursos internos	**118.018.148.500,00**	**8,4%**	**45.736.911.113,74**	**0,13**	**39%**
Tesouro	94.766.365.000,00	80,3%	38.186.380.014,13	0,83	40%
HIPIC	23.251.783.500,00	19,7%	7.550.531.099,61	0,17	32%
Total	**1.406.673.589.954,00**	**100%**	**352.093.290.393,12**	**100%**	**25,0%**

Fonte: elaborada pela DMA,2015

Capítulo V: Mecanismo de seguimento e avaliação

Neste capítulo pretende-se dar o ponto de situação das demarches feitas para dinamizar o funcionamento do mecanismo de implementação, seguimento e avaliação proposto na ERNP II que tinha como objectivo melhorar a eficácia de implementação da referida Estratégia e consequentemente melhorar os resultados das acções e desta feita alcançar os objectivos programados.

Neste âmbito em 2014, foi planificado no quadro do Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira (PAGEF), uma assistência técnica para o reforço de capacidade no domínio de mecanismo de seguimento e avaliação de ENRP/Políticas Públicas.

Assim sendo, as actividades do Observatório de Redução da Pobreza durante o período centraram-se fundamentalmente em preparativos para o arranque dos trabalhos dessa consultoria e da elaboração do 3º Relatório dos Objectivos de Milénio, assim como a elaboração do Relatório de implementação da ENRP II referentes aos anos 2012 e 2013.

Em Agosto de 2014 por orientação superiores os quadros do Observatório de Redução da Pobreza foram transferidos para a Direcção Geral de Planeamento no quadro da implementação do Decreto 26/2012 que cria a referida Direcção Geral como forma de organizar, harmonizar, estruturar a nível nacional o sistema de planificação

Constrangimentos

- Ausência de um sistema nacional de planificação e consequentemente ausência de unidade de planificação e gestão sectorial (que inclua cadeia de planificação, isto é programação, orçamentação, implementação, seguimento e avaliação das tarefas, acções prioritárias, objectivos, medidas e dos indicadores que permitam avaliar os resultados directos de realização, bem como os respectivos impactos);
- Fraqueza institucional para lidar com o processo de ENRP II/Políticas públicas.
- Inexistência de um sistema integrado de informação inter e intra-ministerial devidamente estruturado, organizado e funcional;
- Meios financeiros escassos ou insuficientes para execução das acções programadas.

Recomendações

Face às dificuldades encontradas, recomenda-se a:

- Formação e capacitação dos recursos humanos para as diferentes estruturas do sistema de planificação, a nível central, regional sectorial e distrital;
- Aprovação da proposta da Lei de Base de Sistema Nacional de Planeamento e a sua efectiva apropriação pelo Governo;
- Criação de unidade de planificação e gestão sectorial (que inclua cadeia de planificação, isto é programação, orçamentação, implementação, seguimento e avaliação;
- Criação e/ou reforço dos departamentos de estatísticas em todos os sectores;
- Mobilização de recursos necessários para implementação efectiva dos projectos e medidas prioritárias contempladas nas Grandes Opções do Plano e/ou na ENRP.

Capítulo VI: Conclusões e Recomendações Gerais

Não obstante as dificuldades, entre elas, financeira e fraqueza institucional no processo da ENRP, da análise feita dos diferentes eixos, conclui-se que houve um esforço do governo em implementar os projectos e/ou acções e medidas no âmbito de diferentes programas com vista ao cumprimento dos objectivos que se encontram na Estratégia.

Desta feita recomenda-se uma maior mobilização de financiamentos e que sejam programados projectos exequíveis.

Por fim, o governo deve apostar na política de investimentos geradores de emprego, na formação profissional dos jovens por forma a permitir mão-de-obra de qualidade e que sejam fortalecidos os princípios de solidariedade ou seja de protecção social.

Capítulo VII: Anexos

Anexo I. Evolução de Indicadores da ENRP II

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2014		2014	Meios de verificação /fontes
Eixo I- Reforma da Instituição e Reforço Politica de Boa Governação							
1	Tempo médio de resolução de casos judiciais	nd	Min. Justiça Dir. Humanos	nd	Min.Justiça Dir.Humanos	Criminal -1 ano Cível -2,3,4 meses até 1 à 3 anos	Min. Justiça
2	% Crianças registadas menos de um mês no país	100	Min. Justiça	nd	Minist. Justiça	98%	Min. Justiça
4	Nº de sectores com instrumentos de planeamento estratégico	8	DGP (2011)			17	DGP
5	Nº de serviços público na rede do Estado	nd	INIC		INIC	10	
6	Nível de cumprimento do Plano de Acção da Governação Electronica (%)	nd					
7	Nível de cumprimento do Plano de Acção do SAFE (%)		G.SAFE		G.SAFE	100%	G.SAFE
8	Nº de unidade Gestoras FP conectada no SAFE %	Todos Ministério	G.SAFE	15	Cont. Pública G. SAFE	13	DITEI
9	PIB/ habitante	USD 1.017	INE (2010)		INE	1.672	INE 2012
10	Taxa de inflação anual		INE (2011)	3	INE	6,4	INE 2013/14
11	IDH	0,488	Relatório de Desenvolvimento Humano (2010)	nd			Relatório de Desenvolvimento Humano (2013)
12	Rang IDH	127	Relatório de Desenvolvimento Humano (2010	nd			Relatório de Desenvolvimento Humano (2013)
13	Taxa de Crescimento real do PIB	4,9	INE (2011)	6	INE	4.5	INE 2014
14	Despesas de investimento público em % do PIB	62,5	FMI (2011)		INE	8	INE
15	Taxa de inflação anual	13	INE (2010)		INE	6,4	INE 2014
16	Reservas cambiais (meses de importação)	4,3	BCSTP (2010		INE		
17	APD em % do PIB	29	DT (2010)		INE		DT 2013
18	Taxa de desemprego	13,9	INE (2010)		INE	13,6	RGPH/2012

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2014		2014	Meios de verificação /fonts
Eixo I- Reforma da Instituição e Reforço Politica de Boa Governação							
19	Taxa de crescimento efetivo da população	1,77	Projecções Demográficas de STP no Horizonte 2025	1,7	INE	2,45	RGPH/2012
20	Revisão das leis sobre a descentralização						
21	Grau de participação dos cidadãos nos assuntos de Estado	Fraco			Órgãos de Soberania		
22	Grau de adesão da Sociedade civil as iniciativas de interesse económico, social e cultural	Razoável			Governo & Parceiro de Desenvolvimento		
23	Extensão da cobertura radiofónica e televisiva	Boa			Governo		
24	Garantia da liberdade de imprensa	Boa			Governo		
25	Acesso aos meios de comunicação	Bom			Governo		
26	Linha telemóveis exploradas	18 424	STP-CST-2007	nd			
27	Nº de utilizadores de telefone fixo por 1000 habitantes	48	STP-CST-2007	nd	INE		
28	Nº de utilizadores de telefone móvel por 1000 habitantes	503	STP-CST-2007	nd	INE		
29	Percentagem de agregados que dispõem de um aparelho de rádio	64,5	IDS (2008-2009)	nd	INE	52,4	RGPH/2012
30	Percentagem de agregados que dispõem de um aparelho de TV	49,4	IDS (2008-2009)	nd	INE	54,1	RGPH/2012
31	Percentagem de agregados familiares que dispõem de telefone fixo	9,1	IDS (2008-2009)	nd	INE	7,6	RGPH/2012
32	Percentagem de agregados familiares que dispõem de telemóvel	48,7	IDS (2008-2009)	nd	INE	73,8	RGPH/2012
33	Taxa de população com acesso a internet	21,8	STP-CST-2007	nd			

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2014		2014	Meios de verificação /fonts
Eixo II - Crescimento económico sustentável e integrado							
34	% Do sector agrícola no PIB	11,6	STP-INE-2009		MPD-DGA	9,8[4]	INE
35	Evolução da produção do cacau (Ton)	2302,63	STP-INE-2010		MPD-DGA	2.614,8[5]	MADR-GEP
36	Evolução da produção do café (Ton)	12,8	STP-MADRP-2007		MPD-DGA	4,4[6]	MADR-GEP
37	Evolução da produção da pimenta (Ton)	1,7	STP-MADRP-2007		MPD-DGA	2,4[7]	MADR-GEP
38	Produção de raízes e tubérculos (Ton)	nd			MPD-DGA	11.168,5	MADR-GEP
39	Produção de frutas (Ton)	nd			MPD-DGA	48.262,0	MADR-GEP
40	Produção de cereais (Ton)	nd			MPD-DGA	814,9	MADR-GEP
41	Produção de legumes (Ton)	nd			MPD-DGA	3.359,0	MADR-GEP
42	Km de caminhos rurais reabilitados	nd					
43	Área irrigada (há)	nd			MPD-DGA	n.d	
44	Área de florestas (há)	30	OMD-2009	30	MPD-D. Florestas	53[8]	D. Florestas
45	Produção de carnes bovinos (Ton) Produção de carnes Caprinos (Ton) Produção de carnes Ovinos (Ton) Produção de carnes de Suinos				D. Pecuária	10 3,8 1,8 363	D. Pecuária
46	Captura de pescado (Ton)	4827	Boletim estatístico-Evolução de captura de STP 2001-2010			5.341	D. Pescas
47	% da população activa que vive da pesca	6,8	Boletim estatístico-Dados da INE-Cálculos da DGP			26,8%	D. Pescas
48	Pesca artesanal/semi-industrial (Ton)	4000	Plano Director da Pesca-2010				
49	Pesca industrial (Ton)	2300	Plano Director da Pesca-2010			n. d	
50	Exportação (Ton) (80% pesca industrial)	1840	Plano Director da Pesca-2010				

[4] Inclui Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
[5] Produção estimada
[6] Produção estimada
[7] Produção estimada
[8] Dados estimado

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2014		2014	Meios de verificação /fontes
Eixo II - Crescimento económico sustentável e integrado							
51	Consumo per capital (KG)	24,5	Plano Director da Pesca-2010		MDP-D. Pesca/MSAS-DCS		
52	Nº de pescadores artesanal (unidade) Nº de pescadores semi-industrial (unidade) Nº de palaiês	2500	Plano Director da Pesca-2010		MDP-D. Pescas	2.991 143 2.355	D.Pescas
53	Captura por embarcação (Ton)	1,9	Plano Director da Pesca-2010		MDP-D. Pescas	n.d	
54	Nº de pessoas que dependem directa e indirectamente da pesca	nd			D.	22.000	
55	Nº de unidade de transformação e conservação	nd			MPD-DP		
56	% De contribuição do sector industrial no PIB	9,5	STP-INE-2009		MPD-D. Industrial	7,1	INE
57	Nº de turista que visitam STP	7,962	Serviços de Migração e Fronteira-2010	20.027	MDP-DTH	18.187	D. Turismo e Hotelaria
58	Nº de instalações turísticas graduadas	20	Relatório da DTH-2011		MDP-DTH	55	D. Turismo e Hotelaria
59	Nº de instituições financeira no país	8	Relatório de BCSTP	8	BCSTP		
60	Ranking de STP no relatório "Doing Business"	163	Doing Business 2012			153	Doing Business 2014
61	% Da contribuição do sector comercio no PIB	25	STP-INE-2009			28,2	INE
62	Taxa de crescimento das importações (%)	7,6	STP-INE-2010			11,6	INE
63	Taxa de crescimento das exportações (%)	5,7	STP-INE-2010			50,8	INE
64	Nº de acordos de adesão comerciais e internacionais engajados	16	STP-INE-2010-Memorando do regime sobre o comércio exterior de STP		MTCI/MNEC	18	MRCE e os relatórios anuais do Ministério Negócios dos Estrangeiros
65	Nº de dispositivos legais do quadro regulador do comércio	4	STP-INE-2010		MTCI/MJ	12	D.L 7/2004, D.L 13/2004, 11/2011, 14/2012

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2014		2014	Meios de verificação /fontes
Eixo II - Crescimento económico sustentável e integrado							
66	Nº de operadores económicos agregados pela Inspecção	2993	STP-INE-2010		MTCI	165	Base de dados da Direcção do comércio
67	Nº Km de estrada nacional asfaltada	8,42	INAE (2006)		INAE	4	Relatórios anuais do INAE e ESAF
68	Nº Km de estrada asfaltadas reabilitadas	1	INAE (2006)		INAE	14,9	Relatórios anuais do INAE e ESEF
69	Km de pistas rurais construídas	1,1	INAE (2006)		INAE	n.d	Relatórios anuais do INAE e ESEF
70	Km de pistas rurais reabilitadas	27	INAE (2006)		INAE	14,357	Relatórios anuais do INAE e ESEF
71	Km de estradas mantidas pelo GIME	1100	INAE (2006)		INAE	807,8	Relatórios anuais do INAE e ESEF
72	Km de pista em calçada construídas	2,4	INAE (2006)		INAE		Relatórios anuais do INAE e ESEF
73	Nº de clientes de eletricidade (Mil)	25	Relatório conta EMAE-2011	31,5	EMAE		
74	Taxa de cobertura de electricidade (%)	60,7	INAE (2009)		EMAE		
75	% De população no meio urbano com acesso a electricidade	72,9	INAE (2009)		MPD/OPRN/EMAE		
76	% De população no meio rural com acesso a electricidade	48,1	INAE (2009)		MPD/OPRN/EMAE		
77	% Da produção em energia renováveis asseguradas	5			MOPRN		
78	Contribuição do sector primário no PIB (%)	17	STP-INE-2009		MPD/DGA		
79	Nº de áreas protegidas (terrestre e marinhas)	Nd			Dir. Parque Obô		Plano de gestão de Parque

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2014		2014	Meios de verificação /fontes
Eixo III- Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços básicos							
80	Taxa bruta de admissão no ensino básico	117	STPMECF-2009		MECF	105,70%	DPIE/DE
81	Taxa líquida de escolarização no ensino básico	118	Direcção de Estatística (2010/11)	107	MECF	99,3%	DPIE/DE
82	Taxa de abandono no ensino básico	2	Eixo III-2009-2010	1	MECF	4%	DPIE/DE
83	Taxa de conclusão no ensino básico	86	Direcção de Estatística (2010/11)	97	MECF	77,9%	DPIE/DE
84	Taxa de repetência no ensino básico	12	Direcção de Estatística (2010/11)	8	MECF	10%	DPIE/DE
85	Taxa de promoção no ensino básico	87	Direcção de Estatística (2010/11)	91	MECF	86%	DPIE/DE
86	% de professor do ensino básico com formação especifica	40	Direcção de Estatística (2010/11)	76	MECF	33.7%	DPIE/DE
87	Taxa de escolarização das raparigas no ensino básico	50	Direcção de Estatística (2010/11)	50	MECF	112,7%	DPIE/DE
88	Taxa bruta de admissão no ensino Secundário	84	Direcção de Estatística (2010/11)	89	MECF	96,4%	DPIE/DE
89	Taxa bruta de escolarização no ensino técnico	590	Direcção de Estatística (2010/11)	1136	MECF	1,6%	DPIE/DE
90	Taxa de promoção no ensino secundário	56	Direcção de Estatística (2010/11)	69	MECF	67,1%	DPIE/DE
91	% de repetência no ensino secundário	20	Direcção de Estatística (2010/11)	15	MECF	21,7%	DPIE/DE
92	Rácio alunos turmas no ensino secundário	54	Direcção de Estatística (2010/11)	47	MECF	62	DPIE/DE
93	% de abandono no ensino secundário	24	Direcção de Estatística (2010/11)	16	MECF	11,3%	DPIE/DE

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2014		2014	Meios de verificação /fonts
Eixo III- Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços básicos							
94	Taxa de alfabetismo	89,1	INE (2005)		MECF		DPIE/DE
95	Nº de aluno beneficiado com bolsas de estudos interna no ensino superior	253	Direcção de Estatística (2010/11)	1001	MECF		DPIE/DE
96	Nº de aluno beneficiados com bolsas de estudos no exterior	708	Direcção de Estatística (2010/11)	343	MECF		DPIE/DE
97	Estudantes no ensino superior por 100 mil habitantes	956	Direcção de Estatística (2010/11)	1342	MECF	917	DPIE/DE
98	Taxa bruta de escolarização no ensino superior	766	STPMECF_2009		MECF	9,5% (1680)	DPIE/DE
99	Nº de estruturas de formação profissional	5	Direcção de Estatística (2010/11)	8	MECF		DPIE/DE
100	% de despesas com educação no OGE	11,6	STPMECF_2009		MECF		DPIE/DE
101	Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos	63	IDS-STP;2008-2009	45%	INE	45/1000	MICS5-2014
102	Taxa de mortalidade infantil	38	IDS-STP;2008-2009	20%	INE	38/ 1000	MICS5-2014
103	Taxa de mortalidade materna	158	IDS-STP;2008-2009		INE	74/100.000	MICS5-2014
104	Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde	94,6	MS-SR;2008	95%	INE	91%	MICS5 -2014
105	% de unidade sanitárias que oferece pelo menos cincos serviços de cuidados de SR(PR cuidados pré e pós natal prevenção, IST's e gestão VB)	86,4	Instrumento de Planificação e seguimento do CPAP 2010	90%	MS	97,4%	MS-PSR

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2014		2014	Meios de verificação /fonts
Eixo III- Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços básicos							
106	% Unidade sanitária que oferece serviços de SR integrados aos jovens e adolescentes	75,6	Instrumento de Planificação e seguimento do CPAP 2010	85%	MS	97,4%	MS-PSR
107	% Unidade sanitária (nível distrital) oferece Cuidados Obstétricos Básicos de qualidade	75	Instrumento de Planificação e seguimento do CPAP 2010	80%	MS	16,20%	MS-PSR
108	% Pessoal saúde por distrito e por posto de saúde que tenha beneficiado pelo menos uma actividades de formação	97	Instrumento de Planificação e seguimento do CPAP 2010	98%			
109	% De população c/ acesso aos serviços saúde <30 min	74,1	QUIBB-2005				
110	Rácio médico/ habitante	2300	MS-SR;2008	2587			
111	Rácio enfermeira/habitante	908	MS-SR;2008	368			
112	Taxa de incidência do paludismo	22,3/1000	IDS-STP;2008-2009		MSAS	9,3/1000	MS/CNE-PNLP
113	Taxa de mortalidade do paludismo	0,14/1000	IDS-STP;2008-2009			0,0/1000	MS/CNE-PNLP
114	Unidades sanitárias que prestam cuidado de saúde materna	72,9	STP-CPAP-2009	90		38	MS/PSR
115	Índice sintético de fecundidade	3,7	Projecções Democráticas de STP no horizonte 2025	3,49			
116	Taxa de cobertura vicinal: DTP Polio BCG Sarampo	77	IDS-STP;2008-2009	82%	INE	93 88.8 97,3 89%	MICS5 -2014
117	Taxa de prevalência por tuberculose		OMD6-2009			84,3%	MS/CNE - PNLT

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2014		2014	Meios de verificação /fonts
Eixo III- Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços básicos							
118	Taxa de mortalidade por tuberculose	0,04	STP-INE-2007			11,7%	MS/CNE - PNLT
119	Nº de Agentes de Saúde comunitário orientados e prestado serviços ativamente	170	Instrumento de Planificação e seguimento de CPAP 2010	200		105	MS/CNE - PNLS
120	% De mulheres grávidas com teste do VIH	98	Instrumento de Planificação e seguimento de CPAP 2010	98%		100%	MS/CNE - PNLS
121	% De mulheres infectadas com VIH recebendo ARV para reduzir risco de transmissão de mãe para filho	70	Instrumento de Planificação e seguimento de CPAP 2010	90%		100	MS/CNE - PN LS
122	% Unidade sanitária oferecendo aconselhamento e testagem voluntária (ATV)	91,80%	Instrumento de Planificação e seguimento de CPAP 2010	99%		100%	MS/CNE - PNLS
123	Taxa de prevalência do HIV /SIDA nas mulheres grávidas frequentado consulta pré natal	0,6	STP_CPAP_2009	1,5		0,3%	MS/CNE - PNLS
124	Nº de associação e ONG's activa na luta contra VIH/SIDA	8	Instrumento de Planificação e seguimento de CPAP 2010	12	MSAS	7	MS/CNE - PNLS
125	Proporção de pessoas que fazem tratamento anti retroviral					48,3%	MS/CNE – PNLS
126	Taxa de prevalência contraceptiva	38,5	Instrumento de Planificação e seguimento de CPAP 2010		INE	40,6%	MICS5-2014
127	Taxa de prevalência do HIV positivas em vida após 12 meses de (ATV)	12%	Iniciativa OMS da União Europeia				
128	Esperança de vida a nascença	67,2	STP-INE-2008	68,9%			

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2014		2014	Meios de verificação /fonts
Eixo III- Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços básicos							
129	% De despesas da saúde no OGE	10		10%			
130	Taxa de desnutrição crónica de crianças menores de 5 anos	8,5	IDS-STP;2008-2009		MSA/MPD		
131	% De alojamentos com acesso aos serviços de recolha de lixo	nd					
132	% De alojamentos que têm fossa séptica e ligada a rede de esgotos	nd			INE 2012		RGPH 2012
133	% De alojamento com latrinas e saneamento básico (%)	29,7	QUIBB-2005		INE 2012		RGPH 2012
134	% De pessoas com acesso a fonte de água segura para beber a partir de casa ou com acesso razoável, nas áreas rurais	12	**EPAS-STP - 2030				
135	% de pessoas com acesso a fonte de água segura para beber a partir de casa ou com acesso razoável, nas áreas urbanas	57	**EPAS-STP - 2030				
136	Acesso a água potável				INE	93,9%	MICS5 -2014

Nº	Indicadores	Situação de referência		Meta	Entidade Responsável	Realização	
		Níveis de referência	Meios de verificação /fontes	2014		2014	Meios de verificação /fonts
Eixo IV - Reforço da coesão e protecção social							
137	Taxa de desemprego (H+M)	13,9	STP-NE-2008		INE 2012		
138	Taxa de desemprego Homem				INE 2012		
139	Taxa de desemprego Mulher				INE 2012		
140	Áreas históricas reabilitadas	nd					
141	Nº de beneficiários da pensão social	nd					
142	Nº de estudantes oriundos das famílias carentes beneficiadas com formação	nd					
143	Nº de associações comunitárias e ONG´s apoiadas pelo Governo	nd					
145	Nº de centro dia/ lares de acolhimento apoiadas	nd					
146	Nº de agentes sociais formados e operacionais	nd					
147	Nº de crianças em situação de risco acolhidas em instituições vocacionadas	nd					
148	Nº de casos de denúncias por violação dos direitos das crianças recebidos	nd					
149	% De famílias abaixo do limiar da pobreza chefiada por mulheres		STP-INE-2006			n.d	IOF 2010
150	% De famílias chefiadas por mulheres	38	IOF-2010		MPD/MFCI		RGPH 2012
151	Nº de carenciados beneficiados do patrocínio jurídico	nd					
152	Política nacional de habitação elaborada	nd			Dir. Habitação		

Anexo II: Evolução da matriz de medidas da ENRP II

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Politica de Boa Governação				
1. Adequar e modernizar o aparelho de estado às necessidades e aos recursos do país	7.1.1. Reestruturação e Modernização das instituições do Estado e da Administração Pública	1. Melhorar o desempenho dos serviços da administração pública	1. Criar um conselho nacional e um gabinete técnico pluridisciplinar para a reforma do estado	Inexistente
			2. Reorganizar e modernizar a Assembleia Nacional	Ausência de uma estratégia para reorganizar e modernizar a Assembleia Nacional
			3. Informatizar os serviços de Estado	Este processo ocupam uma grande lentidão
		2. Aprofundar a descentralização e desconcentração das instituições Públicas	4. Desburocratizar os serviços e simplificar os procedimentos	Falta de uma política para o efeito
			5. Racionalizar os recursos e elevar a produtividade e a eficiência do trabalho	Falta de estratégias para racionalizar os serviços e simplificar os procedimentos
			6. Introduzir sistemas de avaliação dos serviços públicos	Inexistente
	7.1.2 Promoção da	1. Reforçar e melhorar a capacidade de intervenção das instituições do poder local	1- Promover iniciativas de revisão da divisão política administrativa	O assunto presente não consta nas agendas das autoridades

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Politica de Boa Governação				
	governação Local	2. Administração local mais próxima dos cidadãos e conhecedora da realidade local	2- Actualizar a lei de finanças locais e outras disposições legais que não coadunam com a exigência actual	Inexistência de iniciativas por enquanto
			3- Melhorar acesso a poder local aos recursos financeiros e promover a gestão eficiente e eficaz	
	7.1.3. Promoção da Defesa Nacional	1. Preservar a integridade territorial nacional e lutar contra a insegurança e a criminalidade transfronteiriço e a proliferação de armas ligeiras	1- Descentralizar os serviços das unidades militares, através de reabilitação e construção de novas infraestruturas	Até a presente data não foram desencadeadas nenhumas medidas para o desiderato
			2- Promoção de capital humano, através de acções de formação e capacitação, interna e externa com o apoio dos parceiros de cooperação nos domínios das operações de salvamento e segurança marítima	Bastante positivo. Os nossos parceiros (Portugal, Brasil, EUA) têmnos apoiado de forma contundente nessa matéria
			3- Promover a participação de forças armadas em operações de ajuda humanitárias, conduzindo sob éguide de Organização de Nações Unidas (ONU), e no Âmbito de União Africana (UA), nas comunidades de Estado de África Central (CEAC) e nova parceria para o desenvolvimento de África (NPDA)	Pese embora a participação das FASTP nessas operações ser fraca, ainda assim podemos considerar de positivo
			4- Adoptar o mecanismo que possibilitem as participação da Força Armadas no combate á	O país tem enviado esforços para o desiderato, como exemplo,

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Politica de Boa Governação				
			pirataria marítima e assalto á arma aos navios e plataforma petrolíferas, em operações multinacional	assinamos com Portugal em 2013 o Acordo de Fiscalização marítima cujo objectivo é o patrulhamento dos espaços marítimo
			5- Expansão da área e vigilância e controlo do mar, visando a protecção de recursos e operações de salvamento no mar	Como exemplo, assinamos com Portugal em 2013 de Fiscalização marítima cujo objectivo é o patrulhamento. (Projecto CRINGO da União Europeia)
			6- Implementar mecanismos que visem o controlo efectivo do uso de armas, munições e outros engenhos explosivos, procedendo a recolha das que estejam em situação ilegal	Ministério da Defesa tem desencadeado esforços nesse sentido através da Direcção do armamento
	7.1.4. Garantia da Segurança Pública	1. Garantir a segurança de pessoa e dos seus bens com vista a assegurar a paz e a tranquilidade indispensáveis ao processo de desenvolvimento socioeconómico do país	1- Promoção de capital humano das forças de segurança pública	
		2. Garantir uma polícia de proximidade às populações e garantir a tranquilidade e ordem pública	2- Reforço de seguranças de pessoais e bens de Estado	

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Politica de Boa Governação				
		3. Combater o crime organizado e o tráfico tanto de pessoas como de estupefacientes	3- Intensificação e intervenções proactivas e reforço de medidas de policiamento de proximidade	
		4. Melhorar a imagem das forças de polícia perante os cidadãos e a sociedade	4- Criação de condições que concorram para a prevenção e combate de incêndio e outras calamidades	
2. Promover o envolvimento participativo do sector privado e da sociedade civil na conceção e execução da medida e combate á pobreza	7.1.5. Reforma do Sistema Eleitoral	1. Melhorar as actividades políticas e eleitorais	1- Revisão da lei eleitoral e financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais	
		2. As práticas de compra de votos dos cidadãos		
	7.1.6. Credibilização e melhoria da acessibilidade da Justiça	1. Os Tribunais e outras instituições judiciárias dotados de meios humanos, de instrumentos jurídicos modernos e ajustado a realidade do país	1- Actualizar e adaptar o quadro legislativo Santomense á realidade actual	Algumas leis já foram revistas (ex:) envolvendo-se outras para serem actualizadas
		2. Uma justiça credível, eficaz e acessível ao público	2- Melhorar a organização e a funcionalidade de tribunais e das outras instituições judiciárias	Demarches estão a ser feitas no sentido, embora os resultados não

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Politica de Boa Governação				
				sejam ainda visíveis
			3- Dotar os Tribunais e Ministério Público de um número suficiente de juízes e magistrados, com base na complexidade dos serviços, e em conformidade com a nova Lei Base do Sistema Judiciário	Em curso
			4- Criar uma Delegação da Polícia de Investigação Criminal (PIC) na Região Autónoma do Príncipe	Executado
	7.1.7. Capacitação contínua dos Recursos Humanos da Administração Pública	1. Formar e capacitar todos servidores da Administração Pública	1- Criar uma unidade central responsável pela Formação dos funcionários públicos	Inexistente
			2- Elaborar um programa nacional de capacitação dos funcionários públicos	Inexistente
			3- Rever e actualizar o Estatuto da Função Pública	Em curso
			4- Elaborar e implementar um Plano de cargos, carreiras e salários	Não executado
			5- Promover a reconversão profissional do pessoal excedentário	Não executado
			6- Introduzir sistemas de avaliação dos funcionários públicos com base em objectivos concretos e mérito	Não executado

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Politica de Boa Governação				
			7- Elaborar, com carácter urgente, estudos sobre a análise e descrição de funções e cargos em todos os sectores da administração central de Estado	
			8- Elaborar estudos, tendo em vista a alteração do actual horário de trabalho da função pública	Não executado
			9- Proceder a revisão do sistema de remuneração na administração pública	Não executado
3. Garantir e eficiência e a qualidade da prestação dos serviços da administração pública	7.2.1. Gestão das Finanças Públicas		1- Reforçar o mecanismo de combate à fraude, contrabando e lavagem de dinheiro	Acções têm sido feitas no quadro de reforçar o mecanismo de combate à fraude, contrabando e lavagem de dinheiro
			2- Garantir a eficácia e a transparência na utilização dos recursos, reorientando as despesas para os sectores com impacto directo na redução da pobreza	
			3- Vulgarizar, através dos meios de comunicação social e outros, a importância e necessidade de responsabilidade, transparência e prestação de contas respeitantes à gestão da coisa pública	
			4- Reforçar os mecanismos de preparação,	

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Politica de Boa Governação				
			elaboração, aprovação e execução do Orçamento Geral de Estado, considerando que as opções orçamentais deverão incidir em acções estratégicas de redução da pobreza	
			5- Promover a responsabilidade e prestação periódica de contas nos serviços de cobrança de receitas do Estado	
			6- Elaborar o quadro de despesas de médio prazo	Em curso
	7.2.2. Melhoria da eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento	1. Melhorar os mecanismos de mobilização e gestão de recursos externos	1- Melhorar os mecanismos de mobilização e gestão de recursos externos	Não executado
		2. Melhorar a capacidade nacional em gestão dos programas de desenvolvimento socioeconómico	2- Alinhar APD às prioridades de desenvolvimento nacionais, de forma que os mesmos sejam usados adequadamente para alavancar o desenvolvimento	
		3. Melhoria global da coordenação dos doadores	3-Reforçar a articulação entre o Gabinete de Coordenação e Gestão de Ajudas, Direcção de Cooperação Internacional, Direcção Geral de Planeamento, Direcção de Orçamento e Tesouro, para uma melhor coordenação na programação,	

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Politica de Boa Governação				
			implementação, mobilização e controlo dos recursos externos	
			4- Criar um sistema integrado de informação sobre a APD e dívida pública	Um aplicativo está a ser desenvolvido para o efeito "SISA"
			5. Elaborar uma estratégia da dívida pública	
	7.2.3. Melhoria do sistema de informação e orientação de política pública		1- Garantir e apoiar na recolha e tratamento das estatísticas económicas, sociais e demográficos, e o seguimento dos indicadores da pobreza, e dos OMD	Actividade está sendo cumprida de acordo com a disponibilidade financeira
			2- Assegurar a coordenação estatística, e a difusão dos resultados dos inquéritos e recenseamentos	Actividade está sendo cumprida na íntegra
			3- Seguir e avaliar as estratégias globais e sectoriais do País	Existe um plano de acção 2015/2017 no quadro da ENDE/2009-2018, que estão espelhadas as actividades estatísticas a nível sectorial
			4- Dispor de um sistema de informação fiáveis, nomeadamente económicas, sociais, demográficas, técnicas e outras	Actividade está sendo cumprida parcialmente, havendo necessidade de uma maior intervenção na produção das estatísticas sectoriais e das contas

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Politica de Boa Governação				
				nacionais
			5- Melhorar a produção e difusão de informação estatísticas	Necessidades de maior apoio na produção das estatísticas do país
	7.3.1. Acessibilidade da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	1. Assegurar um bom ambiente para o desenvolvimento do TIC	1- Disponibilizar infraestruturas necessárias para um acesso alargado às TIC	
		2. Promover a utilização das TIC na educação e saúde	2. Promover a utilização das TIC nos serviços públicos, particularmente nos sectores da educação e da saúde	Em curso, sobretudo na educação
		3. Reduzir o custo da comunicação telefónica no seio da administração pública	3. Garantir uma troca de experiência e assegurar uma cooperação bilateral e multilateral no domínio das TIC	Existência de cooperação neste sentido
		4. Generalizar a utilização das TIC tanto na administração central, como na regional e local de forma a reduzir o tempo de tratamento dos dossiers e de papel	4. Generalizar a utilização das TIC tanto na administração central, como na regional e local de forma a reduzir o tempo de tratamento dos dossiers e gastos com papel	Ausência de uma estratégia para generalizar a utilização das TIC tanto na administração central, como na regional e local de forma a reduzir o tempo de tratamento dos dossiers e gastos com papel
		5. Potencializar os serviços públicos através do uso das tecnologias de informação e comunicação		Falta de uma estratégia para o efeito

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Politica de Boa Governação				
		6.Técnicos de INIC capacitados para desenvolver conteúdos digitais para os projectos de STP EM REDE		Em curso, embora lento
		7. Integrar a informática no currilum escolar e integrar as TICs no processo de ensino aprendizagem		Em curso
4. Renovar o quadro de diálogo e concentração com os parceiros de desenvolvimento com base na	7.3.2. Promoção dos Mass Medias	1. Programas televisivos e radiofónicos melhorados e cobrindo todo território nacional, em condições nítidas	1- Melhorar o quadro legislativo e regulamentar para o exercício da profissão jornalística	Existência de uma proposta de estatuto de jornalista e profissionais de comunicação
		2. Garantir a cobertura da impressa escrita, tanto na distribuição com no conteúdo em 90% do território nacional	2- Reforçar as capacidades institucionais dos órgãos de comunicação social	Em curso
		3. Transformar a RNSTP e TVS numa empresa pública	3- Facilitar iniciativas de criação de órgãos de comunicação social privado	Em curso
		4. Assegurar um serviço público de imprensa independente dos interesses de grupos económicos e políticos	4- Apoiar a criação e dinamização de programas culturais, educativos e de divulgação de ciências e tecnologia	Falta de uma política direcionada do estado para o efeito existente intervenção esperados sobre o assunto

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Politica de Boa Governação				
declaração do Paris		5. Substituir o sistema analógico por sistema digital na TVS		Existência de um projecto quantificado para o efeito
		6. Dotar os serviços da Rádio e da Televisão de meios legais e com equipamentos modernos a alturas dos desafios		Em curso
	7.3.3. Promoção da Sociedade Civil e do seu envolvimento participativo	1. Ampliar o envolvimento da sociedade civil nas decisões políticas que afectam as suas vidas e promoção da participação e o fortalecimento da democracia	1- Melhorar o diálogo com a sociedade civil organizada, em particular sobre questões que requerem consenso a todos os níveis para o reforço da boa governação	Esforços têm sido evidenciados para tal
		2. Melhorar o diálogo com a sociedade civil organizada, em particular sobre questões que requerem consenso a todos os níveis para o reforço da boa governação	2- Prosseguir no esforço do reforço das capacidades técnicas e de organização das representações da Sociedade Civil através de apoios concretos nos domínios	Em curso
			3- Desenvolver uma estratégia de comparticipação das ONGs nas intervenções prioridades da estratégia de redução da pobreza	Falta de uma estratégia para o efeito

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Política	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo I: Reforma das Instituições Pública e Reforço da Politica de Boa Governação				
			4- Promover uma maior participação e envolvimento da sociedade civil organizada, tanto no processo de elaboração de instrumentos jurídicos, com de políticas e sua implementação, seguimento e avaliação	Esforços têm sido feitos no sentido de promover uma maior participação e envolvimento da sociedade civil organizada, tanto no processo de elaboração de instrumentos jurídicos, como de políticas e sua implementação, seguimento e avaliação

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
1. Promover o desenvolvimento do sector primário como fator de aumento da produção nacional, da criação de emprego e do relançamento do sector económico	8.1.1. Fomento da produção e produtividade das culturas de exportação	1. Aumentar a produção e diversificação de culturas alimentares e de subsistência para o consumo interno e a garantia da segurança alimentar e nutricional das populações, bem como a diversificação e promoção das culturas de exportações, de modo a aumentar o rendimento nacional e reduzir a dependência externa. E ainda, fomentar a transformação, conservação e comercialização de produtos agrícolas	1. Descentralizar os Serviços Públicos da Agricultura	Foram criadas Delegações Regionais da Agricultura : - Delegação Regional Centro Sediada em CATAP – Mé-zochi - Delegação Regional Centro Norte Sediada em Santa Luzia – Lobata - Delegação Regional Centro Sul Sediada em Santana- Cantagalo - Delegação Regional Sul Sediada em Angolares – Cauê - Delegação Regional Norte Sediada em Neves – Lembá
			2- Melhorar rede de abastecimento dos factores de produção	Definidas e apresentadas as listas de materiais e insumos indispensáveis para serem adquiridos. Insumos agrícolas disponíveis na loja LAINA. Existência de armazém, apetrechados em todas as Delegações regionais com factores de produção indispensáveis para a produção agrícola destinados a venda aos agricultores

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
				Subvenção de preços assumidos pelo Estado Santomense aos factores de produção expostos para abastecimento aos agricultores
			3- Desenvolver estruturas de transformação e conservação dos produtos agrícolas	Através do projecto PRIASA foram feitos estudos ligados a reabilitação dos sectores de transformação. Aquisição e instalação de câmaras frias em B.E.C.A.F, e um grupo de geradores eléctricos para a conservação de produtos.
			4- Promover e organizar circuitos de comercialização de produtores em fileiras	Concepção e construção de um centro de recolha de produtos Agro-alimentares com vista a comercialização, através do projecto de desenvolvimento de culturas alimentares financiados pala China/Taiwan. Realizadas feiras agrícolas com vista a promover os produtos Agro-alimentares produzidos localmente.
			5- Concertar sobre medidas legislativas de combate ao roubo nas propriedades agrícolas	Nada de realce que possa ter o impacto desejado no combate ao robô nas propriedades agrícolas. Existência de uma Policia Local nas comunidade com as limitações de boa conduta conhecidas que em pouco ou nada influenciam no debelar desse flagelo.

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			6- Reiniciar o processo de controlo do uso das terras distribuídas nos âmbitos da reforma agrária	Existência de uma comissão de inspecção de controlo do uso das terras distribuídas no âmbito da reforma agrária.
			7- Promover a produção e a garantia de qualidade dos produtos de origem vegetal e seus derivados, no âmbito da segurança alimentar nacional	Acções em curso com criação do laboratório de referência no Centro de Investigação Agrícola e Tecnológico (CIAT).
			8 – Reabilitar e construir as infraestruturas de apoio à produção agrícolas	Projecto de reabilitação das infraestruturas agrícolas segurança alimentar (PRIASA) em curso, ocupando da reabilitação e construção das infraestruturas tais como: estradas, abrigos, sistemas de irrigação, etc..
			9- Reforço institucional do centro de investigação existente para o acompanhamento científico e técnico do desenvolvimento agrícola	Construção de um laboratório e os respectivos equipamentos no CIAT, assim como a formação e a capacitação dos técnicos do referido sector, com objectivo de o transformar num centro laboratorial de referência.
			10- Promover uma política de microcrédito ao sector agrícola	Acções insipientes e timidamente desenvolvidas
			11- Adotar um sistema integrado de controlo de pragas e doenças	Acções desenvolvidas pelo CIAT

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			12- Promover acções conducentes ao surgimento e o fortalecimento de cooperativas agropecuárias	Acções insipientes e timidamente desenvolvidas
			13 -Reforçar o título de direito de propriedade de terra	Foram passados títulos de posse de terra aos beneficiários que eram portadores de papelinhos que referenciam a identificação de lotes.
		1. Contribuir para aumentar significativamente a produção e a produtividade dos efeitos pecuário, e consequentemente melhorar a dieta alimentar como	1- Reforçar a capacidade institucional da Direção de Pecuária (DP) com recursos humanos e financeiros para apoiar o desenvolvimento do subsector	Acções de capacitação efectuadas no âmbito do PAD I
			2- Integrar a atividade pecuária na diversificação da produção agrícola	Ausência de estratégia para o efeito
			3- Apoiar tecnicamente criadores, no que concerne a aquisição, produção e comercialização de todos os produtos pecuário e insumos zootécnicos e veterinários	Inexistência de uma política coerente para o efeito
			4- Promover e vulgarizar as técnicas de criação de animais, através de microcréditos especiais	Sem informação

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	8.1.2. Aumento e melhoria da qualidade de produção animal		5- Incentivar o desenvolvimento da produção de matéria-prima para o fabrico de ração no país	Falta de políticas e incentivos
			6- Estimular a pecuária familiar de forma que o sector contribua para a fixação das populações no meio rural e para a redução da pobreza	Ausência de estímulos
			7- Manter o controlo sanitário e vigilância epidemiológica nacional	Controlo sanitário e vigilância epidemiológica nacional
			8- Instituir um centro pesquisa para o desenvolvimento pecuário	Centro inexistente
			9- Regulamentar a prática da atividade pecuária a nível nacional	
			10- Desenvolver as estruturas de transformação e conservação dos produtos de origem animal	Estruturas de transformação e conservação do produto desenvolvida
			11. Promover uma política de microcrédito para o sector pecuário	Ausência de política de microcrédito para o sector pecuário
			1- Tomar iniciativas de renegociação dos	

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	8.1.3. Aumento e melhoria da qualidade de produção do pescado	1. Aumentar e melhorar a qualidade de produção do sub-sector pesqueiro em São Tomé e Príncipe, através da difusão de equipamento e técnicas mais adequadas ao desenvolvimento das pescas, de modo a tirar partido de uma vasta área de água territoriais não exploradas, e assim contribuir para o crescimento económico do país e melhorar as condições de vida e a segurança alimentar das 18 mil famílias que vivem da pesca. Também a contribuir para a preservação e uso racional dos recursos marinhos	acordos sobre a Pesca Industrial com a União Europeia (EU) em 2014 - Assinado acordo com Armadores Espanhol - Suspendido a acordo com Japão	
			2- Reforçar as capacidades técnicas e laboratoriais para a análise do pescado	Três técnicos da Direcção foram formados durante (dois) 2 meses em Portugal no IPIMAR (Instituto de Investigação das Pescas e Mar) em 2012. O laboratório foi reabilitado e alguns equipamentos foram adquiridos, através do projecto PRIASA. Espera-se chegada do perito para efectuar a instalação dos equipamentos adquiridos.
			3- Atualizar a Lei Sanitária para o levantamento de embargo sanitário do produto de pesca ao mercado europeu	O decreto-lei nº 19 / 2011 aprova as regras sanitária e de higiene relativas aos géneros alimentícios destinados a introdução no mercado, com vista a garantir a melhor protecção do consumidor lei sanitário for actualizada em 2011. Tendo em conta que as leis da EU (União Europeias) estão sempre sendo ajustadas para possíveis actualizações, é imprescindível a actualização da lei sanitária.
			4- Reorganizar as Associações dos	Criou-se em todas as comunidades piscatórias

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			pescadores e palaiês e incentivar a criação de Cooperativas	do país, associações de pescadores e palaiês, embora a sua funcionalidade seja ainda de certo modo deficiente na maioria destas associações. Existem grupos de palaiês organizadas, com formação, ou seja capacitadas em vários domínios como de gestão de pequenos negócios, boas práticas de manuseamento do pescado e higiene, conservação e transformação.
			5- Fomentar o aumento da produção de pescado, através da promoção da pesca artesanal e semi-industrial, da melhoria das artes de pesca actualmente utilizadas e introdução de novas tecnologias e divulgação de novos modelos de dispositivos de concentração de pescado	No domínio de fomento de produção, procedeu-se somente a distribuição de materiais e apetrechos de pesca aos pescadores através de associações de pescadores, existentes ao nível de todo o país, procedeu-se a distribuição de algumas embarcações melhoradas como botes de fibras e praus, na maiorias subvencionados pelo Estado.
			6- Reforçar a capacidade institucional do sector pesqueiro da Direção das Pescas	Encontra-se também em curso o processo para a aquisição de novos materiais e apetrechos de pesca, bem como a construção de novas embarcações. Distribuiu-se também vários materiais para a

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
				proteção dos pescadores no mar com GPS, Bússolas, Coletes de salva-vida, etc. Quanto a DCP ao nível da Direcção das pescas quase nada se fez devido a pouca eficácia da implementação do OGE, mas algo foi feito ao nível do PAPAFPA e do MARAPA.
			7- Criar uma autoridade competente para controlo sanitário de produto das pescas	A autoridade competente foi criada desde 2000 composta por (quatro) 4 inspetores sanitários formados na Direcção Geral Veterinária em Portugal em 2011 na área de controlos oficiais do pescado.
			8- Criar um sistema de informação sobre a pesca (aspectos socioeconómico, biológico, estatístico e de desenvolvimento comunitário)	No departamento de Investigação, Estatística e Aquacultura está estruturado pela secção Investigação e estatística tem como uma das funções proceder a recolha, tratamento e divulgação regular dos dados estatísticos, com vista a melhorias dos conhecimentos sobre o estado de exploração dos recursos haliêuticos.
			9- Melhorar a rede de abastecimento dos factores de produção e incrementar políticas de micro-finanças	A infraestruturas de abastecimento encontra-se em execução ao nível do projecto PRIASA, com a construção de mercados de peixes, fábricas de gelo e câmaras de conservação,etc. -No tocante ao micro-finanças, o sector

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
				concedeu micro créditos solidários (individuais) a cerca de (quatrocentas) 400 palaiês distribuídas por todo o país.
	8.1.4. Promoção de um ambiente saudável e de utilização racional de recursos naturais	1. Criar em cada uma das ilhas um parque nacional, definindo as zonas tampões e, onde for necessário, zona de protecção ambiental	1- Proteger e conservar os ecossistemas	Existência de alguns de protecção e conservação dos ecossistemas.
		2. Aumentar em 50% a área reflorestada entre 2013-2016	2- Promover o desenvolvimento económico sustentável	Existência de acções de capacitação do RH da atividade sobre o assunto.
		3. Melhorar da gestão da floresta, diminuição dos desperdícios de madeira e o controlo da exploração clandestina	3- Melhorar a Rede de Monitorização Climática	Programa de melhoria da rede monitoria- já enquadramento no projecto GEF para 2015/2016
			4. Reforçar a capacidade das instituições ambientais	Em curso com o apoio do GEF, BM e outros
			5- Implementar as ações de conformidade com as convenções internacionais, para a proteção da flora, fauna, recursos hídricos, biodiversidade, solos e ecossistemas inerentes	Em curso

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			6. Implementar o plano de gestão dos parques naturais Ôbo de S.Tomé e Príncipe	Em curso
			7.Construir aterros sanitários	Existência do estudo
	8.1.5. Garantia de Segurança alimentar	1. Aumentar o volume de produção agrícola através da melhoria da produtividade e da diversificação animal da produção melhorar o estado nutricional e alimentar das populações conservação, de transformação e de distribuição	1- Definir políticas agrícolas que permitam a articulação da agricultura de base familiar como prioridade para a garantia de segurança alimentar	Existência de documento para o efeito (PNSA,PDDA) entre outras
			2- Apoiar atividades de transformação e conservação de alimentos e consumo de alimentos ricos em proteínas e outros nutrientes	Ausência de uma política para o efeito
			3- Apoiar à organização regular de Educação Nutricional a nível comunitário	Insuficiência de iniciativas no domínio
	8.2.1. Promoção do	1. As oportunidades dos mercados disponíveis conhecidas e exploradas	1- Valorizar a livre iniciativa como factor determinante do processo de desenvolvimento económico e social e de criação de um ambiente propiciador de iniciativas privadas	Ausência de políticas de valorização de iniciativa do sector privado

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	sector Privado com opção viável para o desenvolvimento da economia nacional		2- Promover incentivo favoráveis à criação e ao crescimento do micro, pequenas e médias empresas através da desburocratização, simplificação dos procedimentos e estabelecimento de formas flexíveis de acesso ao financiamento	Falta de incentives
			3- Estimular a criação e a implantação de empresas nos diversos distritos de país, zonas rurais e desfavorecidas pela sua localização, como forma criar oportunidades de rendimento para os habitantes destas zonas	
			4- Rever o quadro institucional e legal do apoio ao sector	Em curso
			5- Elaborar um quadro de benefícios fiscais atrativos	Existência de uma proposta de estatuto de benefícios fiscais
			6- Rever o quadro institucional de apoio ao comércio e ao investimento	Em curso
			7- Rever o código de trabalho para a flexibilização do mercado de trabalho	Em curso
			8- Criar uma Agência de promoção de	Existência de Agência de promoção de

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			exportações e investimentos	exportações e investimentos
			9- Criar um sistema eletrónico de atribuição/aquisição de vistos de entrada no país	Existência de um sistema eletrónico de atribuição com visto depois de 2012
2. Travar o êxodo rural e melhorar as condições socioeconómicas das populações do mundo rural	8.2.2. Valorização do turismo e actividade conexas	1. Introdução do destino São-tomense nas grandes redes comerciais do turismo internacional	1- Criar legislação adequada para a promoção do desenvolvimento turístico no País	Em curso
		2. Melhorar os produtos turísticos	2- Incentivar investimento turístico no meio rural	Ausência de um político de incentivar investimento turístico no meio rural
		3. Aumentar para mais de 15.000 números de turistas anuais no país, mediante a estruturação e diversificação	3- Promover a formação na área do Turismo (criação de Hotel Escola)	Inexistência de um hotel escola no país
			4- Criar melhores condições materiais e humanas para o sector do Turismo	Em curso (capacitar R H, melhoraria no quadro institucional e das instituição de política (apoio de BAD)
			5- Valorizar o património arquitetónico natural e sociocultural, numa perspectiva	Inexistente

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			de desenvolvimento do turismo	
			6- Elaborar leis que regulem as atividades turísticas hoteleiras e similares	Existência de leis que regulem as actividades turísticas hoteleiras e similares (ver direcção do turismo
			7- Implementar serviços de estatística de turismo e da conta satélite do turismo	Falta de estatística do turismo e da conta satélite do turismo
	8.2.3. Inserção da economia na sub-	1. Melhorar as actividades comerciais e a inserção da economia na sub-região e no mundo	1- Criar uma Comissão Nacional de Negociação Comercial	Comissão Nacional de Negociação Comercial foi criada pelo decreto nº 27/2012, de 3 setembro de 2012
			2- Consolidar o processo de negociação com as organizações regionais no momento da redução de barreiras tarifárias e não tarifárias intra-africana, salvaguardando sempre a proteção das indústrias nascentes	CEEAC - membro efectivo CEMAC - membro observador APE - negociação em curso OHADA - negociação em curso

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	região e no sistema comercial multilateral	2. Melhorar os aspectos de gestão do comércio exterior	3- Continuar o processo de adequação e de modernização da legislação comercial	6 (seis) Legislações foram elaboradas pelo PASC com financiamento de União Europeia, mas o PASC terminou em setembro de 2014 Aguarda-se pela aprovação dessas legislações pela Assembleia da República
			4- Promover parcerias internacionais no sector do comércio e apostar na adesão aos instrumentos regionais e internacionais de facilitação do comércio	Nenhuma parceira foi promovida
			5. Conceber e implementar acções tendentes a inserção de STP na OMC	O processo de acessão encontra-se bloqueado devido ao não pagamento das quotas.
3- Desenvolver a infraestruturas de base de apoio ao desenvolvimento económico	8.2.4. Desenvolvimento industrial Petrolífera		1- Assegurar os interesses nacionais na ZDC	Interesses nacionais assegurados
			2- Estabelecer estratégias de desenvolvimento das atividades de pesquisa e produção de petróleo na ZEE e na ZDC	Existente de documento de política das actividades de pesquisa e produção de petróleo na ZEE e na ZDC
			3- Consolidar e fortalecer a ANP-STP	Em curso

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			enquanto órgão regulador do sector petrolífero	
			4- Reavaliar o potencial geológico da ZEE	Em curso
	8.2.5. Programa Nacional de Apoio a Micro-Finanças	1. Favorecer o acesso das famílias pobres ou de baixo rendimento, micro e pequenos empreendedores aos serviços micro financeiros de forma sustentável, com a criação de instituições viáveis e integradas no mercado financeiro nacional	1- Apoiar as intervenções orientadas para a criação de instituição financeiras perenes, a fim de assegurar de forma durável o acesso das populações aos serviços financeiros	Ausência de política para o efeito
			2- Assegurar a coerência das intervenções de micro finanças, identificando as complementaridades e as articulações possíveis	Falta de articulação e coerência das diferentes intervenções
			3- Facilitar a adopção e aplicação de princípios de um código de deontologia sobre as boas práticas micro financeiras	Inexistente
			4- Elaborar e implementar um quadro legal e regulamentar adaptado	Falta de iniciativas legislativas
			5- Facilitar a implementação de uma política nacional de micro finanças	Inexistência de démarche no sentido a implementação de uma política nacional de micro finanças

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			6- Criar um fundo de apoio a micro finanças	Fundo inexistente
			7- Criar um quadro institucional para a implementação de micro finanças	Quadro institucional inexistente
			8. Criar mecanismo para a implementação de um programa nacional de micro-finanças	Ausência de mecanismo para a implementação de um programa nacional de micro-finanças
			9- Criar um gabinete de micro-finanças	Gabinete de micro-finanças inexistente
	8.3.1. Infraestrutura de transporte rodoviário	1. Melhorar as condições operacionais de estradas, contribuindo para a redução de custos de transporte e promovendo a economia local	1- Reorganizar a rede de transportes públicos	Rede de transportes públicos não organizados
			2- Fazer a manutenção e conservar a rede rodoviária	Em curso
			3- Melhorar as actividades do GIME	Mobilização atempada da verba para o pagamento de manutenção corrente " GIME" uma vez que se verificou uma desmotivação total dos GIMES devido o atraso no pagamento dos salários

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			4. Elaborar e implementar o plano de mobilidade rodoviária	Plano elaborado, mas não implementado
4- Melhorar o ambiente de negócios para atrair o investimento privado	8.3.2. Infraestruturas de transporte marítimo		1- Reforçar a capacidade técnica e operacional do Porto de Ana Chaves em S.Tomé	Agendado no quadro de acordo com um parceiro externo
			2- Construir um novo porto na Região Autónoma de Príncipe	Existência de um estudo e orçamento sobre o assunto
			3- Elaborar um estudo para o desenvolvimento da cabotagem costeira	Existência de plano para elaborar um estudo para o desenvolvimento da cabotagem
			4- Construir um porto de água profunda	Em negociação
		1. Tornar o aeroporto de São Tomé e Príncipe mais eficiente e adequar as infraestruturas as exigências de desenvolvimento nacional e regional	1- Melhorar as infraestruturas de acolhimento e manobra de aeronaves de maior porte com segurança	Existência de um acordo com um grupo Angolano
			2- Estender as pistas e alargar as placas de estacionamento (taxyway)	Em estudo
			3- Alargar o terminal de passageiros às exigências do desenvolvimento do país	Terminal alargado e operacional

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	8.3.3. Modernização e Expansão Aeroportuária		4- Melhorar os serviços de combate ao incêndio, assim como de comunicação e de apoio a navegação	
		2. Melhorar a qualidade dos serviços aos utentes	5- Aperfeiçoar a gestão do processo de recertificação das capacidades aéreas	
			6- Dotar o Instituto de Aviação Civil (INAC) de legislações modernas e adequados	Existência de legisladores adaptados
			7- Dotar os aeroportos de equipamento de segurança e de meios informáticos adequados	Ausência de equipamento de segurança e de meios informáticos adequados
			8- Atrair outras companhias aéreas a prestar serviços no País	Falta de política de atracção
			9- Melhorar a qualidade dos serviços aos utentes	Melhorias dos serviços estão a ser garantidas no quadro do processo de modernização como do aeroporto em curso
			10- Construir uma nova pista de pelo menos 1 800 metros de extensão no Príncipe e adequar as infraestruturas aeroportuárias às exigências de desenvolvimento regional e nacional	Extensão da pista, obras em execução

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	8.4.1. Provisão de energia fiável e de baixo custo	1. Assegurar 80% de cobertura nacional de fornecimento de eletricidade	1- Aumentar a capacidade instalada e de produção de energia elétrica	Em negociação
			2- Melhorar a rede de transporte e distribuição de eletricidade	E curso
			3- Melhorar e expandir os serviços de energia junto às populações	E curso
		2. Aumentar o acesso em quantidade e qualidade da energia da rede nacional, de forma a dar resposta a solicitação dos consumidores	4- Reforçar as capacidades de gestão da EMAE, dando prioridades aos serviços de manutenção técnica, e aumentar a autonomia de gestão da empresa	E curso
			5- Reabilitar e criar condições de segurança da rede	Obras em curso
			6- Organizar e regulamentar o mercado energético	Existência de uma proposta de Lei base do sistema eléctrica nacional
			7- Implementar projectos de geração de energia elétrica com recursos a energias renováveis (solar, hídrica e eólica)	Não disponível
			8- Implicação do sector privado na produção de eletricidade	Existência de algumas iniciativas

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	8.4.2. Promoção e desenvolvimento da rede Telecomunicações		1- Desenvolver os serviços universais, com particular incidência nos serviços telefónicos de base nas regiões rurais	Inexistente
			2- Definir um quadro legal e regulamentar sectorial que assegura a promoção dos investimentos no sector e clarifica os objectivos específicos do Estado e dos operadores das redes e serviços	Não disponível
	8.4.3. Ordenamento do território e Urbanismo		1- Elaborar um Plano Nacional de Ordenamento do Território	Inexistente
			2- Criar um sistema de Informação Geográfica (SIG)	Inexistente
			3- Dar continuidade ao projeto ESPERG-IPAD- Formação e actualização da cartografia nacional	Não disponível
			4- Proceder os levantamentos topográficos em áreas de expansão e conceber e elaborar um plano integrado para relacionar atividades de uso e ocupação de solo, como área de serviço, de residência, lazer, parques nacional, escolas, hospitais,	Não disponível

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			shopping, etc.	
			5- Atualizar as Planta Topográficas das Cidades para implantação de infraestruturas socias de apoio autárquicas	Não disponível
			6- Elaborar as Leis de base do Ordenamento de território, do cadastro e da cartografia	Não disponível
			7- Elaborar planos urbanísticos em articulação com o Governo Regional e com as Câmaras Distritais	Não disponível
			8- Promover a capacitação técnico-profissional dos quadros dos serviços geográficos e cadastrais e das autarquias locais	Ausência de um programa consequente para o efeito
	8.4.4. Construção de habitação a		1. Dotar o IHI (Instituto de Habitação Imobiliária) de meios humanos devidamente qualificados e financeiros para tornar mais operacionais os seus serviços	Em curso o concurso para o enquadramento do pessoal
			2. Criar um comité "ad hoc" multissectorial, integrando membros do	Em análise

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	custo controlado		IHI, Finanças, Autarquias locais e cooperação no sentido de ser mais atuante junto dos parceiros de cooperação com vista a obtenção de meios matérias e financeiros	
			3. Criar brigadas de autoconstrução ou cooperativas de construção em todos os Distritos do País com vista a redução de custo tendo em conta o cariz social que lhes caraterizam envolvendo à comunidade ou a família, construindo à sua própria casa	Em análise
			4. Atualizar todo o processo de registo matricial dos imóveis do Estado e adoptar medidas coercivas de cobrança ou a banca	As casas/ apartamentos encontram-se registadas com excepção das de Bombom
4. Garantir a sustentabilidade ambiental	8.4.4. Construção de habitação a custo controlado		5. Criar um fundo de fomento de habitação devidamente estruturado e vocacionado para a habitação social, com arrecadação de receitas através dos imóveis	Há uma proposta de projecto - lei
			6. Incentivar e apoiar as empresas privadas ou de iniciativas particulares que queiram ou que apostam no mercado Imobiliário	O IHI não tem obras em curso neste momento
			7. Criar novos bairros baseado em	É a nova politica a adoptar pelo Conselho de

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			projectos integrados tais como casas socias, zonas de lazer, escolas, comércio postos de saúde etc.	Administração
			8. Elaborar uma política nacional e um Plano Estratégico de Habitação e Imobiliária	Há uma proposta de projecto - lei
			9. Estabelecer prioridade de investimento habitacional para grupos de mais baixa renda e em situação de maior carência (grandes agregados familiares e ter em conta as perspetivas de género e respeitar os princípios que tratem de forma adequada os deficientes de qualquer natureza	Em análise
			10. Elaborar uma lei de base do fomento habitacional	Em análise
			11. Projectar e construir casas sociais em função das tipologias vigentes e a baixo custo	É a nova política a adoptar pelo Conselho de Administração
			12. Incentivar e apoiar as empresas privadas ou de iniciativas particulares que queiram o que apostam no mercado imobiliário	O IHI não tem obras em curso neste momento

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
	8.5. Integração das questões relativas a alterações climáticas nas políticas do país		1.A integração obrigatória da dimensão "Mudanças Climáticas", nos diagnósticos sectoriais e nacional de forma a minimizar e repor os custos ambientais das políticas de desenvolvimento	Capacitação do RH dos diferentes serviços da administração pública em curso
			2. A criação de competências e conhecimentos relativos a importância das mudanças climáticas no processo de desenvolvimento sustentável do país	Em curso. Diferentes acções de capacitação têm sido ministrados aos técnicos nacionais
			3. Fazer o "Mainstreaming" das questões relativas as mudanças climáticas nos planos nacionais e sectoriais	
			4. Realização de acções de advocacia junto aos decisores sobre os efeitos nefastos das mudanças climáticas	Acções de advogacia têm sido feitos tendo em conta que o assunto consta da agenda dos diferentes governos
			5. Promoção de campanhas de sensibilização para a tomada de consciência da população sobre os efeitos nefastos das mudanças climáticas	Campanhas de ITC têm sido efectuados para a tomada de consciência da população sobre os efeitos nefastos das mudanças climáticas
			6. Formação de técnicos sectoriais e a sociedade civil sobre os conceitos básicos	Em curso

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo II: Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado				
			relativos as mudanças climáticas, bem como dos seus efeitos nefastos	
			7. Elaboração urgente de um Guia sobre a integração das questões de mudanças climáticas nos instrumentos de políticas de desenvolvimentos, bem como a sua aplicação	Inexistente

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
Assegurar que 100% das crianças e jovens em idade escolar concluam o ensino básico até 2016	9.1.1. Educação Pré-Escolar	1. Tornar o acesso ao ensino pré-escolar (3-5 anos) obrigatório, universal e gratuito	1- Rever e actualizar o currículo para educação Pré-escolar	Encontrava-se na fase de revisão
			2- Criar normativos para a Educação Pré-escolar	Foi elaborado o Estatuto para a Pré-Escolar e estava na posse de uma Jurista para dar o tratamento jurídico
		2. Garantir que, pelo menos X% das crianças de 0-2 anos e Y% de 3-5 anos sejam acolhidas nos jardins ou creches, no horizonte 2016	3- Reabilitar e construir as instituições de Infância	Encontrava-se em curso a reabilitação das creches de Fernão Dias, Jardim de Infância em Ribeira Peixe e foi lançada a pedra para a construção do jardim de Bobô Forro e deu-se início à construção do Jardim Cor de Rosa nas Neves.
			4- Regulamentar as actividades de todo o pessoal docente e não docente	Não foi realizado
		3. Dispensar um pré-escolar de qualidade para todas as crianças Santomenses, incluindo aquelas com	5-Realiizar acções de formação de todo o pessoal docente, gestores, inspectores e supervisores da Educação Pré-Escolar	Em curso: Foi realizado na primeira etapa o curso de noção básica a nível de informática à

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
		NEE		2.012 educadores
	9.1.2. Ensino Básico	1. Consolidar os importantes ganhos obtidos e garantir o pleno desenvolvimento do Ensino Básico de boa qualidade, gratuito e universal de 6 anos, para todos os Santomenses	1- Reforçar as capacidades do sistema de forma à generalizar o acesso à escola e a escolarização básica completa de seis anos	Foram reabilitadas as Escolas de Diogo Vaz (1ª à 6ª) classes e de Mor Peixe e construídas duas salas nesta última localidade. Foi construída uma escola de raiz (1ª a 6ª classe) na zona de Agostinho Neto
		2. Garantir a igualdade de oportunidade e de sucesso escolar dos alunos, segundo o seu meio de residência, nível de vida das famílias e o sexo (válido para todos os ciclos)	2- Reforçar as cantinas escolares e sua generalização nos ensinos básicos	
		3. Consolidar a reforma curricular e pedagógica que proporcione entre, outros, um alto coeficiente de eficiência educativa, um custo unitário de formação optimal e uma carga horária de pelo menos 25 horas semanais	3- Implementar com eficácia o plano de carreira profissional	Encontrava-se na fase de conclusão
		4. Atingir o rácio de 30 alunos/sala	4- Alargar a oferta escolar	Foram reabilitadas as Escolas de Diogo Vaz (1ª

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
				à 6ª) classes e de Mor Peixe e construídas duas salas nesta última localidade. Foi construída uma escola de raiz (1ª a 6ª classe) na zona de Agostinho Neto
			5- Actualizar do quadro legislativo	Não se realizou
			6- Definir o regime de gestão das escolas	Não se realizou
			7- Formar Recursos Humanos	Todos os anos realiza-se formação de curta duração a todo pessoal docente do Ensino Básico. Neste contexto, foram promovidos cursos de capacitação dos professores no que concerne ao sistema de avaliação, metodologia de ensino e ética e deontologia profissional
	9.1.3. Ensino	1. Implementar até 2016 x% de estabelecimento de ensino	1- Implementar um plano de carreira profissional	Está em curso o enquadramento do pessoal docente porque algumas lacunas estão sendo superadas

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
2. Desenvolver uma educação de qualidade e promover a formação profissional nos domínios prioritários de desenvolvimento	Secundário	secundário com ciclo completo		
		2. Proceder à reforma curricular e pedagógica que proporcione entre outros, um alto coeficiente de eficiência educativa, um custo unitário de formação optimal e um lugar de destaque ao ensino profissionalizante	2- Alargar a oferta escolar	Foi construída em Ribeira Afonso 5 salas de aulas e 1 polivalente e encontra-se em curso a escola de Porta Alegre. Alargou-se o nível de 9º ano para a Escola de Porta Alegre, 10º ano para as escolas de Bombom e Desejada, 11º ano para as Escolas de Guadalupe, Santana, e Angolares e 12º ano à Escola Maria Manuela Margarido
		3. Garantir a produção e distribuição de manuais escolares e demais materiais didácticos e pedagógicos	3- Reforçar a capacidade institucional	Está em curso o enquadramento do pessoal docente porque algumas lacunas estão sendo superadas
			4- Actualizar o quadro legislativo	Não se realizou
			5- Definir o regime de gestão das escolas	Foi definido o modelo de gestão para às escolas secundárias, implementando o Despacho 38/10
			6- Formar os Recursos Humanos	Todos os anos realiza-se formação de curta

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
				duração a todo pessoal docente do Ensino Básico. Neste contexto, foram promovidos cursos de capacitação dos professores no que concerne ao sistema de avaliação, metodologia de ensino e ética e deontologia profissional
			7- Implementar a 12ª classe de forma generalizada no sistema público	Encontra-se em curso. Faltam ser implementadas nos distritos de Lembá, Lobata, Cantagalo e Caué. Apenas foram implementados nos distritos de Água-Grande, Mé-zochi e Região Autónoma de Príncipe
	9.1.4. Ensino Especial	1. Propiciar às crianças portadoras de necessidades especiais uma educação de qualidade, através da garantia de um corpo docente especializado em NEE e disponibilização de infraestruturas adaptadas	1. Actualizar o quadro legislativo	Foi elaborado sobre a Língua gestual e do Ensino das crianças surdas. Está em curso. Foi criado o Decreto Lei de Língua Gestual de STP
			2. Rever e actualizar a Estratégia e currículo	Não foi realizado
			3. Alargar o acesso às capitais dos distritos	Não foi realizado
			4. Formar os Recursos Humanos	Foi feita uma formação de um ano e meio aos

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
				docentes e técnicos em língua gestual
	9.1.5. Ensino Superior	1. Criar uma Universidade Pública que garanta uma oferta sustentada de um ensino superior de qualidade, diversificado, e que tenha em conta as reais necessidades do país, diminuindo drasticamente os custos de formação feita do exterior	1. Alargar a oferta formativa em diversos domínios de modo a atender a atual demanda	Não disponível
		2. Implementar uma política de planificação estratégica de médio e longo- prazos da formação superior com vista a responder às necessidades de competências especializadas para o mercado de trabalho de São Tomé e Príncipe		
		3. Reforçar as capacidades institucionais da Direcção do Ensino Superior e formação		

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
	9.1.6. Ensino técnico profissional	1. Criar e desenvolver uma entidade encarregue da promoção, gestão e coordenação de uma Formação Técnico-Profissional de qualidade, ao nível nacional	1- Elaborar e aprovar o diploma que regulamento a formação profissional	Em curso: Quadro Nacional de Qualificação (QNQ) e Sistema Nacional de Qualificação (SNQ)
		2. Formar e capacitar recursos humanos, em convivência com o sector privado, capazes de responder às exigências e necessidades do mercado de trabalho Santomense	2- Reforçar a capacidade de instituições que lidam com a formação profissional	Foram apetrechados o Centro de Formação Profissional São Tomé e Príncipe/Brasil e 10 técnicos desta instituição tiveram a formação de capacitação.
			3- Criar um departamento de ensino técnico e profissional	Não foi realizado
			4- Aumentar e diversificar a oferta de formação profissional e com qualidade	Foram inseridos os cursos de pastelaria, carpintaria, pedreiro, betão profissionais
			5- Inserir os jovens em estruturas de formação profissional e criar condições para a formação de micro-empresas de jovens rapazes e raparigas	Construiu-se uma incubadora no Centro Politécnico, Cantagalo, Água-Izé, Lembá e Diogo Vaz para o fim de micro-empresa

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
	9.1.7. Ensino recorrente/ alfabetização	1. Reduzir em x%, no horizonte de 2016, o analfabetismo dos jovens e adultos com mais de 15 anos, disponibilizando mais centro de formação académica e profissional que administrem um ensino de qualidade, em articulação com actividades geradoras de rendimento	1- Erradicar o analfabetismo nos jovens com mais de 15 anos e adultos	O ensino de jovens e adultos continua com o programa de alfabetização em todos os distritos e Região Autónoma de Príncipe
		2. Reforçar as capacidades institucionais da DEJA, permitindo-lhe o cabal desempenho da sua missão	2- Promover a educação de jovens e adultos em articulação com as actividades geradores de rendimentos e inserir no mercado de emprego	Não realizada
3. Garantir até 2016 que 100% da população tenham acesso aos serviços			1. Construir novos hospitais a fim de reduzir o tempo de deslocação dos doentes/utentes aos hospitais	Não foi construído nenhum hospital neste ano, mas as obras de ampliação e reabilitação dos centros de Saúde de Cantagalo e Mé-zochi continuam.

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
básicos de saúde e de qualidade	9.2.1. Equidade no acesso e na utilidade de cuidados de saúde e viabilidade do sistema sanitário		2- Formar e recrutar pessoal médico	Formou-se um enfermeiro especialista em cirurgia geral.
			3- Melhorar e restaurar os hospitais e centros de saúde existentes	Neste ano iniciou-se as obras de ampliação e reabilitação do Centro de Saúde de Mé-zochi e também deu-se início à reabilitação do Posto Sanitário de Bombom, a reabilitação do Centro de Saúde de Lobata foi concluída e entregue, as obras de conclusão parcial do Centro de Saúde de Cantagalo iniciaram-se neste ano e ainda encontra-se na fase de acabamento.
			4- Melhorar os serviços de maternidade existentes no país	Este Projecto está sendo preparado para o seu arranque em 2015
			5- Melhorar a qualidade dos serviços de atendimento do sector privado da saúde	Aumento de números de médicos no sistema Recrutamento de novos Enfermeiros

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
			6- Desenvolver serviços de especialidade nos centros hospitalares	Um dos maiores constrangimentos na situação sanitária santomense prende-se com serviços especializados de saúde, por falta de médicos de especialidade. A solução vem sendo ultrapassada com recorrência aos médicos estrangeiros nomeadamente portugueses por cooperação via Saúde para Todos e Taiwaneses e Cubanos por meio da cooperação bilateral. A nível de equipamentos sanitários adquiriu-se duas ambulâncias bem apetrechadas, uma centrifugadora, uma mamografia digital e duas autoclaves
			7- Regulamentar, incentivar e fiscalizar o desenvolvimento do sector privado da saúde	A actividade privada de saúde tem sido acompanhada pela Direcção de Cuidados de Saúde em nome do Ministério da Saúde. Houve grandes avanços nesta área. No que concerne as farmácias privadas até 2013 eram 7, actualmente temos 9; As clinicas privadas temos 8 que são: Só saúde, Dentaria, ASPF, Vital-Graça, Clinica André Vicente Almeida, Medi Clinic e Clinica de Sº António

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
	9.2.2. Reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água	1. Reforçar e melhorar o sistema de abastecimento de água às populações urbanas e rurais	1- Promover a utilização racional dos serviços dos recursos hídricos	A nível da rede da Empresa de Água e Electricidade EMAE, foram feitos trabalhos de sensibilização dirigidos aos clientes da EMAE. As sensibilizações foram feitas através de visitas às casas dos clientes e através da comunicação social: a Televisão, através de sput publicitários; dramatização pelos grupos criativos; reportagem sobre a situação de fornecimento de água no país e na Rádio com músicas. A sensibilização foi feita também nas escolas de todos os distritos com palestras sobre o uso racional de água dirigidas aos alunos do Ensino Básico e do Liceu Nacional. Por fim, foram feitas visitas de estudos às instalações de água realçando a necessidade de se preservar a água, mormente nas lavandarias e os chafarizes públicos, e lembrar os utentes que a água é recurso esgotável.

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
		2. Aumentar a taxa de acesso a água potável a população, atingindo a taxa de acesso de 100% em 2016	2- Reabilitação as redes de abastecimento, transportes e distribuição de água	Foram reabilitadas redes de extensão de água das zonas de Bôbô Fôrro, Boa Morte S. Gabriel para melhorias de abastecimento. Projecto Rio de Ouro continua em curso, que abrangirá grande parte do distrito de Lobata e zona norte da cidade capital. Encontram-se em curso a reabilitação do sistema de água da zona de Neves, através de um Projecto de grande dimensão, assim como a reabilitação das condutas nas zonas de Bombom, Monta Alegre, Almas, Caixão-Grande, Riba mato, Cruzeiro, Almeirim entre outras. Laçou-se o concurso para contratação da empresa para reabilitação do sistema de abastecimento de água a vila de Ribeira Afonso. Assinou-se o acordo de empréstimo para construção do novo sistema para cidade de Santana e Água Izé.
		3. Adopção de uma estratégia de coordenação e programação no sector de água e saneamento	3- Construir barragem e represas nas zonas agrícolas de maior escassez de água	Não realizado

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
		4. Promover a utilização racional dos serviços dos recursos hídricos	4- Consolidar os estudos das bacias hidrográficas bem como das potencialidades de São Tomé e Príncipe	Projecto de gestão integrada dos recursos hídricos está em curso (bacia do rio Provaz)
		5.Reabilitar as redes de abastecimento, transportes e distribuição de água	5- Reabilitar o sistema de adução de água	Os projectos em curso contemplam a reabilitação completa dos sistemas, assim sendo, as condutas de Adução estão integradas dentro das obras a realizar no quadro dos projectos.
		6. Renovar e expandir o sistema de abastecimento de água de maneira a fazer face a crescente procurada	6- Renovar e expandir o sistema de abastecimento de água de maneira a fazer face à crescente procura	Tendo em conta a crescente procura de água para consumo da nossa população, o Governo preocupado com a situação tem procurado financiamentos a nível dos parceiros para melhorar o fornecimento de água. Neste sentido estão em curso vários projectos de abastecimento de água a saber: Construção de novos sistemas em Neves e Ribeira Afonso, Reforço dos sistemas de Monte Macaco "Rio d'Ouro" e Cangá Obolongo, Reabilitação da rede de distribuição em Madre de Deus e Chácara, Assinatura de empréstimo para Santana e Água Izé.

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em 31/12/2014
Eixo III: Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos				
		7. Melhorar o aparelho institucional, humana e técnica do sector	7- Melhorar o aparelho institucional do sector	Existe uma Estratégia do sector elaborado desde 2010.
			8- Aprovar um código de água	Lei das águas elaborada, mas falta aprovação após algumas emendas.
	9.2.3. Melhoria de acesso ao saneamento básico		1- Inventariar devidamente todas as áreas pantanosas de STP de modo a permitir a definição de uma política coerente sobre as mesma	Não inventariada
			2- Reabilitar as antigas redes de esgotos para a evacuação das águas pluviais na cidade de São Tomé e Príncipe e construir novas redes	Não efectuada
			3- Promover uma ampla campanha a favor de hábitos e estilos de vida saudáveis	Não disponível
			4- Construir latrinas melhoradas	Não disponível
			5- Promover políticas de construção de moradias com casa de banho em meios urbanos	Ausência de política de construção de moradias com casa de banho em meios urbanos

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em31/12/ 2014
Eixo IV: Reforço da Coesão e Protecçã o Social				
1. Promover a identidade Santomense e valorizar o património cultural nacional		15. Valorizar e preservar a arquitetura colonial mormente nas roças, dados ao seu avanço estado de degradação	1. Definir e inventariar o património cultural nacional em estreita colaboração com as Câmaras distritais e com a Região Autónoma do Príncipe	Ausência de uma política para definição e inventariação do património cultural nacional em estreita colaboração com as Câmaras distritais e com a Região Autónoma do Príncipe
			2. Intervir urgente nos arquivos de S. Tomé e do Príncipe, no sentido de se conservar e preservar os fundos existentes, incluindo a incorporação obrigatória de documento relevante (de carácter histórico) no Arquivo Histórico de S.T.P	Inobservância de intervenção do género nos arquivos de S. Tomé e Príncipe
			3. Registar a história geral de S.T.P	Inexistente

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em31/12/ 2014
Eixo IV: Reforço da Coesão e Protecçã o Social				
	10.1.1. Valorização e		4. Valorizar a memória histórica, através de eracção de estátuas e monumentos de figuras exemplares e marcantes da história e da cultura de S.T.P.	Ausência de uma estratégia para o efeito
			5. Definir políticas de apoio e promoção de géneros musicais que identificam S.T.P.	Ausência de política de apoio e promoção e promoção de géneros musicais que identificam S.T.P.
			6. Promover manifestações culturais em vias de extinção (quiná e outras)	Falta de ima política e estratégia de promover manifestações culturais em vias de extinção (quiná e outras)
			7. Promover uma melhor inter-ligação entre a medicina tradicional e científica de modo a aproveitar as potencialidades da nossa flora para o desenvolvimento	Existência de iniciativas isoladas e indevidamente enquadrados
			8. Resgatar os valores ético-morais através do	Falta de estratégia para o efeito

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em31/12/ 2014
Eixo IV: Reforço da Coesão e Protecçã o Social				
	preservação da identidade histórico-cultural de STP		reforço da identidade cultural nacional	
			9. Melhorar a articulação entre o sector da cultura, os mecenas e os produtores da cultura	Fraca articulação entre estes diferentes agentes
			10. Criar redes de grupos culturais, homens e mulheres de culturas	Existência de alguns grupos culturais mas, insuficientemente apoiada e enquadradas
			11. Promover a criatividade e dinamizar a cultura santomense	Ausência de política de recurso
			12. Promover a investigação, em diferentes domínios da cultura, com vista a melhor conhecer a nossa realidade social, cultural e histórica	
			13. Preservar sítios e construir monumentos e	

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em31/12/ 2014
Eixo IV: Reforço da Coesão e Protecçã o Social				
			marcos históricos	
			14. Reforçar a capacidade institucional da Direcção da Cultura	
			15. Valorizar e preservar a arquitetura colonial mormente nas roças, dados ao seu avanço estado de degradação	
2. Garantir igualdade e equidade de género	10.1.2. Promoção da igualdade e equidade de género	1. Eliminar as desigualdades estruturais entre homens e mulheres	1. Melhorar o acesso das mulheres aos postos de decisão	A nível do Governo o número de mulheres ministras verificou-se um recuo, 3 em 2012 para 1 em 2014
			2. Criar condições para que haja maior acesso das raparigas aos diferentes níveis de ensino	Realizaram-se acções de Formações dos técnicos

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em31/12/ 2014
Eixo IV: Reforço da Coesão e Protecçã o Social				
				Ministeriais; Acções de sensibilização dos directores e chefes de secções; Advocacia junto dos decisores
		2. Melhorar o acesso das mulheres aos postos de decisão	3. Habituar as crianças (raparigas e rapazes) a participarem igualmente em todas tarefas (domésticas, escolares, etc.)	Realizaram-se acções de sensibilização nas escolas: Liceu Nacional, Liceu na trindade: Matérias de CMC (folheto desdobráveis sobre gravidez precoce, violência doméstica, laço branco.
			4. Promover acções que permitam a eliminação de todas as formas de violência	Campanha de sensibilização nos distritos durante dois semestre de 2014 através e Rede Vida
3. Promover a iniciativa	10.1.3. Promoção da	1. Elaborar e implementar o Plano	1. Reforçar o quadro legal e regulamentar do	Em curso

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em31/12/ 2014
Eixo IV: Reforço da Coesão e Protecçã o Social				
de protecção eficaz aos grupos sociais vulneráveis ou desfavorecidos através de política de apoio e de inserção social	juventude e do desporto	Nacional da Juventude	Instituto da Juventude	
			2. Elaborar e implementar o Plano Nacional da Juventude	Elaborado (ver no sector)
	10.2.1. Desenvolvimento dosistema de protecção social	1. Melhorar a empregabilidade dos pobres e de grupos sociais em situação de risco de pobreza e vulnerabilidade social	1. Desenvolver uma Estratégia Nacional de Protecção Social que une todos os programas num quadro conceitual e servirá como guia para o desenvolvimento de um sistema de protecção social nacional	Estratégia elaborada
		2. Aumentar o acesso das populações pobres, vulneráveis e em situação de risco de pobreza aos serviços social de base	2. Orçar um plano operacional baseado na estratégia, incluindo as fontes de financiamento seguros e identificação clara dos parceiros de cooperação	

ANEXO Nº 2: PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE MEDIDAS

Objectivo de Eixo	Programas	Objectivos do Programa	Medidas de Politica	Ponto de situação em31/12/ 2014
Eixo IV: Reforço da Coesão e Protecçã o Social				
		3. Desenvolver uma Estratégia Nacional de Protecção Social que une todos os programas num quadro conceitual e servirá com guia para o desenvolvimento de um sistema de protecção social eficiente e eficaz	3. Elaborar um plano de advocacia para conquistar o espaço fiscal para o financiamento do Plano Operacional	Em curso com apoio da UNICEF e do Banco Mundial (BM)
		4. Melhorar a capacidade institucional de intervenção no domínio da protecção social	4. Elaborar um plano de desenvolvimento do pessoal do serviço público na área de social	Plano inexistente